

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Helena Bonumá

**AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA:
A resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**

Porto Alegre

2015

Helena Bonumá

**AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA:
A resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Sociais na Universidade Federal do
Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Marilis Lemos de
Almeida

Porto Alegre

2015

Helena Bonumá

**AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA:
A resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Marilis Lemos de Almeida

Banca examinadora:

Prof^a Dra. Jussara Prá

Departamento de Ciência Política IFCH/UFRGS

Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger

PPG Sociologia - UNISINOS

Profa. Dra. Marilis Lemos de Almeida

Orientadora (UFRGS)

*Às mulheres que reconstróem a
vida tecendo a economia solidária.*

*Aos meus filhos,
Miguel Bonumá Brunet e
Tomaz Bonumá Brunet,
Por todas as razões.*

AGRADECIMENTOS

À todas as mulheres que participaram do Brasil Local, especialmente as que constroem as histórias destas narrativas.

Ao Prof. Paul Singer e à equipe da SENAES/MTE, por terem proposto a discussão da economia feminista no âmbito da política pública de economia solidária.

À GUAYÍ, que assumiu o desafio que tive a oportunidade de coordenar

e às mulheres que integraram este projeto comigo.

À minha orientadora, profa. Dra. Marilis Lemos de Almeida, pela sensibilidade e pela orientação que faz a diferença.

Ao Luciano Brunet, pela parceria.

*A sociologia deve restituir aos homens (e às
mulheres) o sentido dos seus atos.*

Bourdieu

RESUMO

Este estudo visa analisar a participação das mulheres na economia solidária no Brasil hoje, compreendendo-a como estratégia de geração de trabalho e renda e de inclusão social, de forma associativa, desde a perspectiva do quadro atual da divisão sexual do trabalho, considerando as esferas produtiva e reprodutiva (a reprodução humana, a relação com o trabalho doméstico, com os cuidados e com a dimensão reprodutiva da vida). Partimos do reconhecimento da desigualdade histórica entre homens e mulheres na sociedade, e sua incorporação pelo sistema capitalista como elemento estruturante das relações sociais configurando gêneros com papéis sociais diferenciados, assentados numa assimetria de poder, na qual o feminino é desvalorizado e considerado inferior em diversas dimensões, inclusive no trabalho. O objetivo geral deste trabalho é, portanto, analisar a contribuição que as mulheres, a partir do lugar onde estão na divisão sexual do trabalho, trazem para o desenvolvimento da economia solidária, bem como aprofundar a compreensão do papel que a economia solidária tem na vida dessas mulheres, focalizando a vivência ainda contraditória de reprodução e emancipação na construção de uma alternativa econômica social e solidária.

Palavras-chave: economia solidária, divisão sexual do trabalho, economia feminista, feminismo

ABSTRACT

This study aims to analyze the participation of women in solidary economy today in Brazil, understanding it as a strategy to generate employment, income and social inclusion, associatively, from the perspective of the current frame of the sexual division of labor, taking into account the spheres productive and reproductive (human reproduction, the relationship with the housework with care and to reproductive dimension of life). We start from the acknowledgment of the historical inequality between men and women in society, and its incorporation into the capitalist system as a structural element of social relationships configuring genres with different social roles, setting an asymmetry of power, in which the feminine is devalued and considered inferior in several dimensions , including at work. The aim of this study is therefore to analyze the contribution that women, from the place where they are in sexual division of labor, bring to the development of social economy and deepen understanding of the role that the social economy has in life these women, focusing on the still contradictory experience of reproduction and emancipation in building a supportive economic and social alternative.

Keywords: solidarity economy, sexual division of labor, feminism and feminist economics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FEMINISMO E MARXISMO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO	18
2.1 O MARXISMO COMO MÉTODO	18
2.2 SOBRE O FEMINISMO.....	19
3. SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	22
4. AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA	36
4.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA	36
4.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA PELA MÃO DAS MULHERES	44
5. A RESISTÊNCIA NO COTIDIANO TECENDO UMA VIDA MELHOR.....	51
5.1 QUEM SÃO ESTAS MULHERES? QUAIS FORAM SUAS MOTIVAÇÕES? (HIPÓTESE 1)	52
5.2 COMO SE DEU A ORGANIZAÇÃO INICIAL DO EMPREENDIMENTO?	56
5.3 O ESTADO DA ARTE: COMO ESTES EMPREENDIMENTOS ESTÃO HOJE E COMO SE SITUAM NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA? (HIPÓTESE 2).....	63
5.4 O SENTIDO CONTRADITÓRIO: A APOSTA (HIPÓTESE 3).....	77
5.4.1 <i>Divisão Sexual do Trabalho</i>	77
5.4.2. <i>Ressignificar a vida</i>	80
5.4.3. <i>Economia Solidária e Feminista: a aposta</i>	85
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
APÊNDICE.....	97

1 INTRODUÇÃO

A ciência não corresponde a um mundo a descrever. Ela corresponde a um mundo a construir.

Bachelard

Este estudo busca analisar a participação das mulheres na economia solidária no Brasil hoje, compreendendo-a como estratégia de geração de trabalho e renda e de inclusão social, de forma associativa, desde a perspectiva do quadro atual da divisão sexual do trabalho, considerando as esferas produtiva e reprodutiva (a reprodução humana, a relação com o trabalho doméstico, com os cuidados e com a dimensão reprodutiva da vida). Partimos do reconhecimento da desigualdade histórica entre homens e mulheres na sociedade, e sua incorporação pelo sistema capitalista como elemento estruturante das relações sociais configurando gêneros com papéis sociais diferenciados, assentados numa assimetria de poder, na qual o feminino é desvalorizado e considerado inferior em diversas dimensões, inclusive no trabalho.

A partir da perspectiva exposta acima, o problema que orienta este estudo é sintetizado em algumas questões centrais. Qual a contribuição das mulheres para o desenvolvimento da economia solidária? Em que medida esta, considerada tanto uma prática econômica, como movimento social e política pública - se coloca para as mulheres como alternativa real e emancipatória, significando autonomia econômica e possibilidade de igualdade no mundo do trabalho e na vida? No âmbito da economia solidária haveria uma reprodução, sob nova roupagem, da divisão sexual do trabalho e da discriminação, constituindo-se em um espaço de adequação das mulheres à condição subalterna no trabalho e na sociedade?

A escolha de estudar a relação das mulheres com a economia solidária no Brasil hoje, como tema do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Sociologia se deve, em primeiro plano, ao fato de estar envolvida, de início de 2010 a final de 2012, com o **Projeto Economia Solidária e Economia Feminista**, integrante de uma das ações da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, o **Projeto**

Brasil Local – Economia Solidária em Desenvolvimento, que foi desenvolvido pela Guayí¹ sob minha coordenação. O Projeto contemplou um mapeamento de 300² empreendimentos produtivos compostos por mulheres, em nove estados, abrangendo as cinco regiões do país e, além da formação em economia solidária e em economia feminista, visava, fundamentalmente, subsidiar a estruturação e a qualificação da política pública de fomento à economia solidária, buscando aproximá-la da realidade das organizações produtivas de mulheres, para o fortalecimento das mesmas. Para isso, o Projeto Economia Solidária e Economia Feminista mapeou empreendimentos organizados por mulheres em diferentes segmentos produtivos, em uma amostra representativa do trabalho das mulheres na economia solidária e da diversidade regional, cultural e étnica que nos caracteriza como nação.

Assim, decidi aproveitar a finalização do bacharelado em Ciências Sociais e o esforço do TCC para um estudo mais aprofundado desta realidade, analisando as informações recolhidas. Com isso, viso contribuir para a produção de conhecimento acadêmico sobre o tema ao trazer dados pouco difundidos sobre a situação das mulheres na economia solidária. De outra parte, a análise deste material contribui para qualificar o trabalho realizado junto aos empreendimentos, subsidiando a Guayí, com desdobramentos no âmbito da política pública junto às mulheres. Por fim e, principalmente, busco contribuir para a visibilidade e o fortalecimento dos empreendimentos produtivos de mulheres na economia solidária.

A escolha do tema se justifica também pela incipiência, do ponto de vista histórico, das políticas públicas de economia solidária e pela pouca produção acadêmica existente nesta área, bem como pela participação significativa das mulheres na economia solidária, questão ainda muito pouco estudada.

Meu compromisso pessoal e militante com o feminismo e a luta das mulheres é outro elemento determinante nesta definição. Minha militância feminista remonta ao final dos anos 1970, ainda no contexto do movimento estudantil de então, quando participei, juntamente com outras estudantes da UFRGS, de um dos primeiros grupos feministas, o *Liberta*. Foi o início de uma trajetória que passou, nos anos 1980, pelo movimento das trabalhadoras rurais (MMTR), pela Comissão de Mulheres da CUT e pelo trabalho com mulheres no movimento sindical em diversas categorias a partir do Núcleo de Ação Feminista Lua Nova. Ainda em

¹ Guayí é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, constituída em 2001, com sede central em Porto Alegre.

² A meta era de 300 EES mas foram mapeados 360.

1982, participei do primeiro Encontro Estadual de Mulheres do Partido dos Trabalhadores, passando a integrar a sua Comissão de Mulheres (hoje Secretaria). Nos anos 1990 até 2004, tive três mandatos de vereadora em Porto Alegre com um forte viés feminista, ocasião em que trabalhamos junto a grupos de mulheres com projetos de geração de renda. Como vereadora, fui autora de um projeto de lei que criava um Programa de geração de renda para mulheres (de responsabilidade da SMIC) dentro de uma perspectiva de desenvolvimento econômico, que foi elaborado em um processo de discussão com movimentos sociais e grupos de geração de renda de mulheres³. O envolvimento com as políticas públicas para as mulheres passou ainda pela titularidade da Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal, onde se situava a Assessoria de Políticas Públicas para as Mulheres e, mais tarde, como a primeira Secretária da SDHSU – Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana, que a seguiu, e que abrigava o Núcleo de Políticas Públicas para as Mulheres.

A trajetória que percorro, se inscreve num movimento coletivo de tomada de consciência da dimensão sexuada da sociedade e da história, de uma dimensão individual e uma dimensão coletiva, do movimento de mulheres e do feminismo, como teoria e como prática social. Ao longo desta trajetória, me constituí como mulher e como cidadã e, portanto, posso afirmar que a condição das mulheres em nossa sociedade é algo que vivo de forma consciente e militante, não se constituindo meramente em objeto de estudo, mas num referencial de vida. Analisar do ponto de vista feminista a situação das mulheres na economia solidária e compreender sua relação com a política pública que está se construindo, a partir do movimento social e da ação do Estado, tem o sentido de sintetizar teoria e prática, biografia e história.

As hipóteses construídas para orientar a investigação são as seguintes:

Um contingente importante de mulheres responde ao desemprego e à exclusão - agravados pelas políticas neoliberais dos anos 1990 e pela ausência de políticas sociais mais estruturadas - gerando trabalho e renda de forma associativa e solidária, quase que como extensão do seu papel “natural” na divisão sexual do trabalho, concentrando-se em segmentos produtivos “femininos”, compatibilizando-o com o trabalho doméstico e reprodutivo e criando, assim, formas de sustento para si e suas famílias. Portanto, para estas mulheres a economia solidária representa uma estratégia de sobrevivência e inclusão econômica e social.

³ O projeto foi aprovado pela Câmara de Vereadores e vetado pelo Prefeito Fogaça, em início de 2005.

Esta ação das mulheres “recoloca” na pauta da esfera econômica e do trabalho produtivo, as necessidades da reprodução humana, dos cuidados e do trabalho doméstico, incorporando a dimensão da participação e priorizando os aspectos sociais, associativos e solidários ao lucro. Esta ação contribui fundamentalmente com o desenvolvimento da economia solidária no Brasil como atividade econômica concreta (por mais vulnerável que esta prática econômica das mulheres ainda seja), como movimento social e como política pública, dentro de uma estratégia de construção de um outro modelo de desenvolvimento.

Este processo tem um sentido contraditório: ao mesmo tempo que reproduz, em nova versão, a divisão sexual do trabalho, reproduzindo de alguma forma a discriminação das mulheres, significa para estas uma possibilidade de autonomia econômica e de participação social, ao mesmo tempo em que ressignifica a economia, trazendo o privado para a esfera pública e da produção, destacando assim a esfera reprodutiva como fundamental para a produção da vida e, com isto, reafirmando a economia solidária e atribuindo-lhe um conteúdo novo.

O objetivo geral deste trabalho é, portanto, analisar a contribuição que as mulheres, a partir do lugar onde estão na divisão sexual do trabalho, trazem para o desenvolvimento da economia solidária, bem como aprofundar a compreensão do papel que a economia solidária tem na vida dessas mulheres, focalizando a vivência ainda contraditória de reprodução e emancipação na construção de uma alternativa econômica e social solidária. Assim, os objetivos específicos são: (i) analisar a economia solidária como estratégia de geração de trabalho e renda para as mulheres; (ii) identificar a dimensão social e reprodutiva da participação das mulheres na economia solidária e, por fim, (iii) verificar as principais consequências/resultados dessa participação para a economia solidária e para a vida das mulheres.

Para atingir tais objetivos optamos por um desenho metodológico que articulasse as dimensões epistemológicas, teóricas e metodológica como nos ensina Bourdieu (e outros) no *Ofício de Sociólogo*, o que nos serve de referência tanto para a discussão do método como para a construção dos conceitos, bem como na escolha dos instrumentos e técnicas da pesquisa.

Parti da decisão de desenvolver o estudo deste TCC no universo do Projeto Brasil Local - Economia Solidária e Economia Feminista para o qual, como ação da política pública de fomento, também estava colocada a necessidade de um conhecimento mais aprofundado da situação das mulheres na economia solidária. Com esta dupla motivação, propus o desenvolvimento das ações do Brasil Local incluindo uma pesquisa sobre esta realidade, de forma que pudéssemos falar sobre ela a partir de um outro grau de aproximação. Mas esta pesquisa não poderia ser algo externo ou paralelo à ação pedagógica que planejamos

desenvolver com o projeto. Também não poderia fugir da preocupação metodológica do feminismo e da educação popular de que não estamos trabalhando com “público-alvo” de ações ou “objeto” de pesquisa. Trabalhamos com sujeitos: as mulheres da economia solidária, e isto deve ter consequências no processo de produção do conhecimento. Desta forma, foi importante, para a escolha da metodologia a ser trabalhada, o fato de que o feminismo propõe um questionamento sobre a situação de desigualdade que as mulheres vivem em nossa sociedade, que precisa ser revelada e compreendida como condição para sua superação. Portanto, o conhecimento crítico desta realidade é uma necessidade insubstituível, e o método de construí-lo deve considerar a necessidade de fomentar, no processo, o protagonismo das mulheres.

A relação com a sociologia, neste contexto, foi um dos fatores determinantes para que, entre as ações planejadas para o desenvolvimento do projeto fosse proposto um processo de investigação concebido como pesquisa-ação. Para isto, optamos por construir um desenho de projeto que incorporasse a pesquisa (Diagnóstico Produtivo e FIT – Ficha de Informação da Trabalhadora) e a produção de conhecimento como parte integrante da ação pedagógica que, em conjunto com as mulheres da economia solidária e com as agentes de desenvolvimento, passamos a construir. Para o projeto Economia Solidária e Economia Feminista, portanto, significou um ganho na qualidade do processo realizado. Para este TCC de Sociologia significou uma oportunidade de construção de conhecimento em movimento e com um grande envolvimento com o universo analisado - um imenso desafio.

Em consonância com o marco teórico e metodológico que sustenta este TCC de Sociologia, na primeira etapa do projeto, utilizamos uma **metodologia qualitativa** que permitisse a recuperação da experiência das mulheres na economia solidária a partir da reconstrução da história por aquelas que a protagonizaram, valorizando sua fala e sua participação no processo. Escolhemos, assim, instrumentos e técnicas para trabalhar com a **História Oral**, entendida como a “(...) a preocupação de apreender os processos, acontecimentos e relações sociais a partir da perspectiva dos agentes nele envolvidos.” (SILVA, 1998, p. 116). Segundo o autor, a História Oral compartilha com a História de Vida o recurso do relato oral, mas diferencia-se por concentrar seu foco não na trajetória do indivíduo entrevistado, mas no cruzamento desta com o objeto de estudo construído pelo pesquisador, no caso do nosso estudo, a economia solidária.

Para este TCC, nos valem das estratégias de produção de dados desenvolvidas no âmbito do Projeto Brasil Local, no qual se utilizou: (a) a “Linha da Vida” dos empreendimentos, em uma oficina específica realizada com cada empreendimento para esta finalidade; (b) a “Roda de Conversa” para o resgate do trabalho doméstico na experiência das integrantes dos

empreendimentos, a partir do exercício de recuperação de um dia de trabalho doméstico, com o preenchimento de um roteiro, pelas mulheres, com base na sua rotina pessoal; (c) a “Construção de Narrativas”, sendo uma por estado, sobre a experiência de empreendimentos previamente selecionados, de acordo com critérios elaborados por nós coletivamente, compondo uma amostra representativa das experiências que o projeto abarcou e, finalmente, (d) também coletamos depoimentos de algumas mulheres, numa amostra significativa desta realidade.

Este processo foi desenvolvido na primeira etapa do Brasil Local Economia Solidária e Economia Feminista (maio de 2010/dezembro de 2011), quando trabalhamos com 31 Agentes de Desenvolvimento, mulheres selecionadas nos nove estados, com relações com a economia solidária e/ou com o movimento de mulheres, sendo muitas delas trabalhadoras da economia solidária, e que receberam formação específica para a realização das atividades junto aos empreendimentos, além de participarem do planejamento e da organização das mesmas. Posteriormente, de maio a outubro de 2012, trabalhamos com um Diagnóstico Produtivo dos empreendimentos e com uma Ficha de Identificação das Trabalhadoras (FIT), o que nos permitiu complementar o perfil destes empreendimentos e destas mulheres. Ao todo, atingimos 360 empreendimentos.

Para este estudo, trabalhamos com a análise das narrativas e com depoimentos realizados no âmbito do projeto Brasil Local e, além desses, consideramos os dados gerais do Mapeamento do SIES (Sistema de Informação em Economia Solidária – SENAES/MTE).

Sobre as narrativas

A escolha da análise de narrativas se insere no esforço de utilização de metodologias qualitativas como mais adequadas ao estudo da realidade que estamos abordando. Esta perspectiva tem em Fritz Schütze seus fundamentos teóricos e metodológicos desenvolvidos. Segundo Germano (2009, p.1)

Fundado num conjunto de tradições tais como a sociologia fenomenológica, o interacionismo simbólico e a etnometodologia, o método de Schütze pretende revelar “estruturas de processos” pessoais e sociais de ação e de sofrimento, como também possíveis recursos de enfrentamento e mudança. Parte do pressuposto de que há uma ‘profunda relação entre o desenvolvimento da identidade de um indivíduo e suas versões narrativas de experiências históricas de vida’ (SCHÜTZE, 2007, p. 8).

Como relatamos na Introdução deste TCC, as narrativas que aqui analisamos foram construídas no âmbito do Projeto Brasil Local Economia Solidária e Economia Feminista, que

tive a oportunidade de coordenar, e entendemos importante explicitar como elas foram construídas: o processo se desenvolveu a partir da escolha de um empreendimento em cada um dos nove estados integrantes do projeto, contemplando assim uma representação de cada uma das cinco regiões do país, considerando a variedade de tipologia existentes e compondo um quadro nacional representativo das experiências de mulheres na economia solidária. Outro ponto importante foi a formação das Agentes de Desenvolvimento que realizaram, com cada empreendimento selecionado, a construção de suas narrativas, bem como a fixação de critérios e referências para que isso ocorresse, com base numa concepção e em referenciais metodológicos comuns.

O método é um caminho a ser projetado antecipadamente de forma a permitir chegar ao resultado esperado, controlando e, na medida do possível, antecipando erros e dificuldades. O método deve ser o resultado de uma escolha, a qual não deve se dar ao acaso, pois as escolhas metodológicas estão profundamente ligadas às escolhas teóricas e ao objeto construído como resultado de um processo de reflexão. (COTANDA *et al.*, 2008, p.63).

Outro elemento a salientar é que estamos analisando narrativas de empreendimentos construídas coletivamente pelas mulheres integrantes dos mesmos (e não narrativas das mulheres sobre suas trajetórias individuais). Aqui nos baseamos na proposição de Flick (2004, p. 124) acerca das entrevistas e discussões tipo grupos de foco: consideramos que as mulheres entrevistadas não estavam apartadas das relações cotidianas na qual convivem e trabalham, ao contrário, a construção das narrativas se dá nos seus espaços, nos seus tempos de trabalho e se realiza coletivamente, entre as mulheres que têm construído efetivamente a experiência do empreendimento, possibilitando criar uma situação interativa bem próxima da realidade que se quer resgatar. Também fez parte das preocupações metodológicas a mediação entre as participantes, possibilitando que todas pudessem se expressar e participar da narrativa contribuindo com a riqueza dos dados e ultrapassando os limites de apenas uma respondente. Considera-se um dado importante o fato de as participantes da construção da narrativa serem integrantes do empreendimento, portanto, o grupo de construção da narrativa é o próprio empreendimento. Segundo Flick (2004, p. 109), “as narrativas permitem ao pesquisador abordar o mundo experimental do entrevistado, de modo mais abrangente, com a própria estruturação deste mundo.” Nesta perspectiva, trabalhamos a construção de narrativas com as mulheres integrantes dos empreendimentos como forma de resgatar a experiência e a realidade dos mesmos a partir de uma “questão gerativa da narrativa”, nos moldes propostos por Flick, que estimulava a falar sobre as motivações presentes na criação do empreendimento, as questões relevantes vivenciadas pelos mulheres em seus empreendimentos (incluindo

problemas-dificuldades e avanços-facilidades) e, por fim, uma avaliação sobre a situação atual em que se encontravam (no momento da narrativa). De acordo com Flick, estas questões orientadoras servem não apenas para estimular a produção da narrativa, mas também para concentrar a narrativa na área e no período de interesse. A dinâmica consistiu em reunir as integrantes de cada um dos empreendimentos e propor a elas a recuperação da história do mesmo, seus principais momentos, seus problemas, limites e suas conquistas, bem como a situação atual, estimulando a dinâmica do próprio grupo em torno das questões propostas. A partir de uma escuta ativa e observativa foi possível acumular elementos para compreender as evidências factuais que revelam como o processo se desenvolveu, articulando tipologias e analisando estas histórias, com base no conhecimento acumulado sobre o tema.

A apresentação dos resultados alcançados será feita em quatro capítulos, além desta Introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, “Feminismo e marxismo” o objetivo é trazer as referências teóricas a partir das quais se desenvolve este estudo. O segundo capítulo, “Sobre a divisão sexual do trabalho” é uma aproximação da temática do trabalho, trazendo uma recuperação histórica que entendemos necessária para compreender a história de hoje, fazendo a ponte entre o primeiro capítulo e o campo. No terceiro capítulo “As mulheres e a economia solidária” busca-se situar o leitor em relação à economia solidária e particularmente, sobre a presença das mulheres neste espaço. Por fim, o quarto capítulo, “A resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor” discutimos nossa problemática a partir da análise das narrativas.

2 FEMINISMO E MARXISMO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO

Como ponto de partida para a sistematização das questões teóricas que embasam este estudo, bem como para as opções metodológicas e para a elaboração dos conceitos para o seu desenvolvimento, procuramos trabalhar com referências que dialogam com a problemática formulada e permitam atualizar o conhecimento produzido nas temáticas que o envolvem, subsidiando o processo de construção conceitual e orientando a leitura da realidade analisada e a construção de conhecimento sobre a mesma. É o que trazemos neste capítulo.

2.1 O MARXISMO COMO MÉTODO

Para iniciar uma reflexão teórica sobre a questão do método de conhecimento da realidade que orienta nosso estudo sobre a condição das mulheres na economia solidária, nos valem das referências de Marx, na Contribuição à Crítica da Economia Política, onde afirma que não se pode compreender o concreto sem decompô-lo em suas múltiplas determinações, nas relações que o compõem, salientando que estas relações não são simplesmente produtos de uma intuição genial ou de uma capacidade superior de abstração, mas devem resultar de um estudo da realidade concreta. No Prefácio à Segunda Edição d'O Capital, Marx expõe que

A investigação tem que apoderar-se da matéria em seus pormenores, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído este trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará refletida, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori. (...) Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado. (Marx, 1980, p.16)

Pelo menos três questões fundamentais decorrem deste debate: primeiro, a necessidade de mergulhar na realidade concreta para decompô-la e entender suas relações, suas contradições, seu movimento; segundo, é da nossa capacidade de pensar o mundo a partir de suas relações concretas que deriva nossa possibilidade de aproximação com o mesmo; e, terceiro, a reconstrução da realidade pela nossa interpretação, como um trabalho de produção de conhecimento sobre esta realidade. Não se trata de algo que “está dado” e que só vamos “descortinar” através da pesquisa, como postula a lógica cartesiana. Nosso trabalho deve ser de

desconstituição, leitura, interpretação e reconstrução da realidade, produzindo um conhecimento novo sobre ela. Isto significa uma autoria, uma responsabilidade e tem que estar bem explicitado.

Contrária aos determinismos e fundamentalismos de vários tipos, considero o marxismo como uma teoria aberta que, além do acúmulo teórico e conceitual legado por Marx para o conhecimento do capitalismo, sua gênese e seus mecanismos centrais de reprodução, fundamentalmente nos proporciona um método de conhecimento da realidade, que tem sido criado e recriado, e um instrumental que nos permite elaborar, de forma criativa, para a realidade e o tempo que vivemos. Perry Anderson recupera a ideia do marxismo como teoria crítica formulada pela Escola de Frankfurt, salientando, no entanto, que a real propriedade desta expressão para o marxismo não é centralmente “acelerar um desenvolvimento que levaria a uma sociedade sem exploração” (Horkheimer) ou “tornar os homens conscientes teoricamente daquilo que distingue o materialismo” (Adorno), mas o fato de que ele proporciona um conjunto de instrumentos analíticos geral capaz de produzir um método consistente de análise da realidade, tendo como objetivo não apenas o conhecimento do “estado das coisas”, mas como este se gera pelo “movimento real das coisas”:

(...) ele inclui, indivisível e ininterruptamente, autocrítica. Isto é, o marxismo é uma teoria da história que, ao mesmo tempo, reivindica proporcionar uma história da teoria. (Anderson, 1987, p.15)

Mesmo que o marxismo como teoria compreensiva da sociedade tenha sido questionado por correntes do feminismo por não trabalhar centralmente temas como família, trabalho doméstico e sexualidade, que escaparam – por muito tempo - de seu escopo tradicional, por limites históricos, podemos dizer que o feminismo tem tido no marxismo uma das bases conceituais e teóricas fundamentais para o seu desenvolvimento. Assim, entendemos o materialismo histórico como um método que proporciona o conhecimento das relações concretas entre homens e mulheres para a produção e reprodução da vida ao longo da história, permitindo dotar a análise sobre a opressão da mulher de um rigor teórico necessário para sua melhor compreensão. Por fim, consideramos que o marxismo como um pensamento vivo, faz parte do processo de transformações ocorridas na sociedade, na ciência e nas ciências sociais, e produziu acúmulos que permitem avançar na compreensão de temáticas antes não abordadas, não sem contradições.

2.2 SOBRE O FEMINISMO

Para este estudo, outro elemento estruturante na discussão do método de análise e de construção de conhecimento é o feminismo, como principal ferramenta que permite fazer uma leitura da realidade das mulheres:

O debate feminista estende-se para além das ciências sociais em outro sentido. Suas premissas não são as de um projeto incompleto, de uma abertura para a diversidade da experiência social que se apresenta para ser descrita. Sua abertura é de outro tipo, sua comunidade de estudiosos constituída de maneira diversa. Afinal de contas, a ideia de um projeto incompleto sugere que a completude poderia ser possível; o debate feminista é um debate radical, na medida em que compartilha com outros radicalismos a premissa de que a completude é indesejável. O objetivo não é uma descrição adequada, mas expor os interesses que informam a própria atividade descritiva. (STRATHERN, 2009, p. 53).

A definição da problematização a ser construída e das questões mais relevantes que se quer destacar estão estreitamente articulados com a orientação teórica, ideológica e política da pesquisadora:

Dessa história, eu, assim como muitas outras mulheres, fui testemunha e atriz. Por isso, gostaria de contar minha experiência, porque, sob certos aspectos, ela é significativa da passagem do silêncio à palavra e da mudança de um olhar que, justamente, faz a história ou, pelo menos, **faz emergir novos objetos** no relato que constitui a história, na relação incessantemente renovada entre o passado e o presente. (PERROT, 2006, p.13).

Como resgata Perrot, história é o que acontece, é a sequência dos fatos, das mudanças, das revoluções e dos acúmulos que constroem as sociedades. Mas é também o relato que se faz de tudo isto, e as mulheres ficaram muito tempo fora deste relato, como se, destinadas à obscuridade de uma invisível e inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos fora dos acontecimentos. Confinadas na invisibilidade e no silêncio que fazem parte da “ordem das coisas” ao longo da história, como salienta Perrot:

(...) as mulheres foram mais imaginadas e representadas, do que descritas ou contadas, dando mais informação sobre os artistas que as representaram do que sobre as mulheres reais existentes. (2006, p.14)

Portanto, trata-se de afirmarmos as mulheres como matéria-prima, como sujeito e objeto do conhecimento. As mulheres como um lado da história e a história vista do ponto de vista das mulheres. A passagem das categorias neutras para as categorias sexuadas e os questionamentos que essa passagem traz em relação aos conceitos e às teorias existentes nas ciências sociais são uma contribuição importante de renovação teórica e da capacidade de conhecimento da realidade social que o feminismo tem provocado. Passar da invisibilidade da situação das mulheres para a visão das relações sociais sexuadas, gerando uma renovação nas

ciências sociais, tem sido centralmente uma construção do feminismo com a qual sintonizamos este nosso esforço de focar as mulheres na economia solidária e a economia solidária pela mão das mulheres.

3. SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Este capítulo busca revisar referências teóricas para análise da opressão das mulheres reconhecendo que, no âmbito do feminismo, há um leque de explicações para a mesma, num debate que passa pelos conceitos de patriarcado, gênero e divisão sexual do trabalho, dentre outros, buscando qual deles explica melhor essa relação de opressão e seu caráter através da história.

O conceito de gênero, mesmo tendo uma dimensão biológica, diz respeito à construção social do que é ser homem e ser mulher em nossa sociedade, construção esta que consolida papéis diferenciados entre o masculino e o feminino, assentados em desigualdades que constituem um sistema de relações de gênero. O conceito de gênero tem sido útil para compreender as relações sexuadas como **relações sociais** entre sexos diferentes, no entanto, ele tem sido usado com diferentes abordagens, algumas das quais ambíguas, algumas vezes diluindo a desigualdade na diferença e caindo, assim, num relativismo que perde a capacidade analítica e pasteuriza a realidade que deveria evidenciar. Este é o resultado de algumas abordagens que, a partir do conceito de gênero, acabam “naturalizando” papéis e lugares para homens e mulheres na sociedade, algumas vezes com o entendimento de que são “complementares”, perdendo a capacidade de análise crítica das relações sociais desiguais entre os sexos, e das contradições que as caracterizam. Ao contrário desta leitura, entendemos que as relações entre homens e mulheres expressam a assimetria de poder, onde o feminino é discriminado em várias esferas, inclusive no trabalho. Assim, as relações de gênero são compreendidas, portanto, como relações que se estabelecem e se reproduzem em modelos patriarcais de sociedades, contribuindo efetivamente para reprodução das mesmas, como relações hierárquicas assentadas em desigualdades sistêmicas.

Nesta perspectiva, resgatamos o conceito de divisão sexual do trabalho, como conceito que permite compreender e caracterizar a desigualdade entre homens e mulheres, resultante de relações de exploração e de opressão historicamente construídas na produção e reprodução da vida, buscando entendê-lo em sua dimensão histórica, chegando ao nosso tempo. O processo de construção de uma divisão social do trabalho se entrelaça, ao longo da trajetória da humanidade, ao patriarcalismo, tal como o formula Castells (2002), compreendendo as relações entre homens e mulheres ao longo da história, chegando às desigualdades dos dias de hoje:

O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que esta autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. É essencial, porém, tanto do ponto de vista analítico como político, não esquecer o enraizamento do patriarcalismo na estrutura familiar e na reprodução sócio biológica da espécie, contextualizada histórica e culturalmente. Não fosse a família patriarcal, o patriarcalismo ficaria exposto como dominação e acabaria esmagado pela revolta da ‘outra metade’, historicamente mantida em submissão”. (CASTELLS, 2002, p. 169).

Um olhar para a história da humanidade, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, permite perceber que, se inicialmente a divisão básica de tarefas entre os sexos decorria de suas diferenças em relação ao processo reprodutivo (gestação, parto, amamentação e os decorrentes cuidados iniciais para garantia da vida), ao longo do desenvolvimento histórico ela se complexifica e se enraíza, gerando o que Castells nomeia como patriarcalismo, uma relação desigual baseada na dominação das mulheres.

Para o estudo da situação das mulheres na economia solidária entendemos ser necessário um resgate histórico da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, e suas consequências para a vida das mulheres. Interessa apreender a divisão sexual do trabalho como parte da divisão social do trabalho, atribuindo às mulheres centralmente a responsabilidade com as tarefas reprodutivas, com os cuidados com a família e com o trabalho doméstico, *definindo a partir daí* seu lugar na sociedade e no mundo do trabalho produtivo.

No seio de toda a formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são sempre distintas, mas, ao mesmo tempo, relacionadas uma a outra. As exigências de análise nos levam a atribuir à primeira o nome de produção e à segunda o de reprodução. (COMBES & HAICAULT, 1986, p. 24).

Para compreender essa problemática propomos olhar as condições concretas de desenvolvimento da sociedade humana para a produção da vida e o papel da mulher neste processo, incluindo a relação entre homens e mulheres para a procriação, a família e as relações sociais que a partir daí se estabelecem. Portanto, temos como uma primeira questão teórica, a discussão da opressão da mulher desde a sua origem e desenvolvimento histórico até a situação atual em uma sociedade com as características da nossa.

A opressão das mulheres não acontece apenas na sociedade capitalista, ela existe em outros tipos de sociedade e é bem mais antiga do que o capitalismo, embora se reestruture, neste sistema, assumindo novas configurações. Segundo Godelier, podemos trabalhar com a hipótese da universalização da dominação masculina, reconhecendo, necessariamente, a imensa variação desta dominação. Assim,

Explicar tudo por uma só causa, não explicará nada. Muitas causas se combinam hierarquicamente para produzir ao mesmo tempo esse efeito geral da dominação masculina e a variação das formas desta dominação. (GODELIER, 1980, p. 20).

De onde partimos, então?

Para imaginar a origem das desigualdades, é necessário partir do modo de vida dos caçadores-coletores, uma vez que a humanidade viveu 99% de sua evolução neste quadro econômico e social. (GODELIER, 1980, p. 20).

E esta é basicamente a dificuldade, pois trata-se de um período da vida da humanidade ainda pouco estudado e conhecido. Além disto, como nos traz Eisler (1987), os estudos existentes apresentam um forte viés etnocentrista e androcentrista. Para mostrar a dimensão deste problema, Eisler (1987) cita vários pesquisadores e estudiosos, entre eles a historiadora da arte Merlin Stone que viajou pelo mundo examinando escavações, arquivos, objetos, reexaminando fontes primárias e conferindo como tinham sido interpretadas. Os estudos de Stone revelam que quando há evidências “de um tempo em que as mulheres e os homens viviam como iguais, o fato foi simplesmente ignorado”. (EISLER, 1987, p. 74).

Ao analisar o desenvolvimento econômico da humanidade no seu Tratado de Economia Marxista (1972), Mandel fala do esforço necessário em “desocidentalizar” a matéria, considerando a diversidade das sociedades e das situações históricas, mas buscando encontrar traços comuns nas categorias econômicas pré-capitalistas em todas as civilizações que chegaram ao estágio do comércio entre nações (povos).

Mandel recupera um período da história com ausência de divisão social do trabalho, entendida como a diferenciação de ofícios e desenvolvimento de técnicas específicas, com a respectiva organização do trabalho, como conhecemos posteriormente, assumindo formas diversas, em épocas diferentes da história. Neste período mais primitivo, em que ainda não podemos falar de divisão social do trabalho tal como a conceituamos hoje, a maior parte do tempo de existência dos grupos humanos, era dedicada ao esforço de sobrevivência e à busca de alimentos.

Enquanto não se tinha assegurado a alimentação em quantidade suficiente para a sobrevivência do grupo, não havia como se dedicar de maneira mais efetiva a outras atividades que não fossem aquelas para atender às necessidades básicas de sobrevivência da espécie (falamos aqui de alguns milhões de anos atrás). Para a evolução da humanidade ao longo de centenas de milhares de anos, com a utilização de instrumentos, com o desenvolvimento da linguagem e da organização social, podemos dizer que o trabalho (*latu sensu* falando) foi, juntamente com a reprodução, a forma pela qual a humanidade se desenvolveu. Trabalho produtivo e criativo, de bens materiais e imateriais, produzindo o mundo e a humanidade. Do

ponto de vista da análise econômica, podemos falar de um produto necessário, ou seja, o conjunto da produção da época proporciona o necessário para satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, sem permitir nenhum tipo de excedente permanente que possibilitasse um salto de qualidade na situação, o que acontecerá mais adiante. Neste contexto, no entanto, podemos falar da

(...) existência de uma divisão de trabalho rudimentar que se pode distinguir em todos os estágios de desenvolvimento econômico da humanidade: **a divisão do trabalho entre os sexos**. Entre os povos mais primitivos, os homens se dedicam à caça e as mulheres recolhem frutos e pequenos animais inofensivos. Entre as sociedades humanas um pouco mais evoluídas, certas técnicas já adquiridas se exercem com exclusividade, por homens ou por mulheres. As mulheres se ocupam das atividades que se desenvolvem perto do habitat: manter o fogo, fiar, tecer, fabricar panelas de barro, etc. Os homens se distanciam mais, caçam peças maiores e utilizam os materiais de base – madeira, pedra, marfim e osso – para fabricar instrumentos de trabalho. (MANDEL, 1972, p. 25).

A lenta acumulação de descobertas e conhecimentos permite ampliar a produção de alimentos, reduzindo o esforço físico dos produtores. Tal acumulação significa um aumento da produtividade do trabalho: um avanço na tecnologia de caça e pesca (arco e flecha, arpão, etc.) aumenta a capacidade de provisionamento. O couro, a pele e os ossos dos animais abatidos, transformam-se em novas matérias-primas para novas atividades. O descobrimento de locais apropriados para a caça e pesca contribuiu com o sedentarismo, permanente ou temporal, por estação, o que, por sua vez, possibilita a fixação no território, o que incentiva a prática da agricultura a partir do manejo das sementes e raízes às quais as mulheres se dedicavam mais. Este processo aumenta ainda mais a produtividade do trabalho e

Lentamente, ao lado do produto necessário para a sobrevivência da comunidade, vai aparecendo assim um primeiro excedente constante, uma primeira forma de sobreproduto social. A função essencial deste sobreproduto é permitir a constituição de reserva de víveres, com o objetivo de evitar o retorno periódico da fome ou, pelo menos, reduzi-la. (MANDEL, 1972, p.26).

Este sobreproduto social também permite uma ampliação da divisão de trabalho existente entre homens e mulheres e o crescimento da população, bem como o aumento de sua idade média, aumentando a densidade populacional dos grupos nos territórios. Todo este processo cria as condições para uma revolução tecnológica e econômica, que ocorre em torno de 15.000 a 10.000 anos antes da nossa era, com a criação de animais e o pastoreio e, principalmente, com o desenvolvimento da agricultura, no período da chamada “revolução neolítica” (referente à idade dos metais). A humanidade estava passando de uma época de caça e coleta – de se apropriar de recursos que a natureza colocava à disposição – para a iniciativa de produzi-los, de forma ativa, provocando assim um aumento importante da produtividade

social do trabalho humano, que contribuiria para mudar significativamente a vida humana e a história do mundo.

O desenvolvimento da agricultura por um lado, e do pastoreio e da criação de animais, por outro, representam a primeira grande divisão social do trabalho, em torno da qual vão se constituir povos dedicados centralmente à uma ou a outra modalidade, por mais que ambas pudessem se desenvolver em parte em conjunto.

O progresso decisivo que resulta da prática da agricultura deve, sem dúvida, atribuir-se às mulheres. O exemplo dos povos que sobrevivem em estado de agricultores primitivos, assim como inúmeros mitos e lendas (a população indonésia dos Bataks chama suas mulheres de pasigadong: meios de obter = pasi, alimento = gadong), atestam que a mulher, que na sociedade primitiva se dedica à coleta de frutos permanecendo a maior parte do tempo ao redor do habitat, foi a primeira a semear as sementes dos frutos recolhidos a fim de facilitar o provisionamento da tribo. As mulheres da tribo indígena dos Winnebago eram também obrigadas a esconder o arroz e o milho destinados à sementeira, para evitar que os homens os comessem. Em numerosos povos de agricultores primitivos, estreitamente ligados ao desenvolvimento da agricultura por mulheres, aparecem as religiões fundadas nos cultos à deusas da fertilidade. A instituição do matriarcado, cuja existência pode-se demonstrar em diversos povos com mesmo nível de desenvolvimento social, está igualmente ligada ao papel desempenhado pelas mulheres na criação da agricultura. Summer, Keller e Fritz Heichelheim enumeram um grande número de casos provados de matriarcado entre os povos agricultores primitivos. (MANDEL, 1972, p. 29).

Robert Graves, em trecho citado por Mandel, traz questões importantes sobre o significado social e simbólico da atividade produtiva das mulheres na agricultura, pelo seu papel fundante de sustentação da vida, provavelmente, associado ao próprio papel reprodutivo das mulheres, tendo origem talvez num tempo em que o papel do homem na reprodução humana ainda era desconhecido:

Toda a Europa neolítica, a julgar pelos artefatos e mitos sobreviventes, possuía um sistema notavelmente homogêneo de ideias religiosas, baseado na adoração da Deusa Mãe, com muitos títulos, que também era conhecida na Síria e na Líbia. A Europa antiga não tinha deuses. A Grande Deusa era considerada imortal, inalterável e onipotente; e o conceito de paternidade não havia sido introduzido no pensamento religioso (...) o fogão que ela acendia em uma caverna ou choça foi o primeiro centro social, e a maternidade seu mistério primordial. O autor hindu Debiprassad Chattopadhyaya analisou extensamente o papel das mulheres como primeiras cultivadoras do solo, o matriarcado e o culto mágico-religioso das deusas da fertilidade, segundo a história e a literatura antiga de seu país. (GRAVES, *apud* MANDEL, 1972, p. 29).

Citamos o Tratado de Economia Marxista, de um autor reconhecido por sua produção na área econômica (Ernest Mandel), um economista que não estudou especificamente a condição da mulher, mas que apresenta inúmeras citações para embasamento de seus argumentos, como Gordon Child, Margareth Mead, Engels, Graves, Malinovski, Raymond Firth e muitos outros, demonstrando que esta temática da divisão sexual do trabalho e do papel

social das mulheres tem muitas abordagens, e há muito tempo, mas que confluem no reconhecimento da divisão sexual do trabalho e da importância social e econômica do trabalho da mulher nos primórdios da sociedade humana, particularmente no papel da mulher no desenvolvimento da agricultura e nas consequências dessa para o desenvolvimento de nossa civilização. Consideramos ainda o fato de que o livro de Mandel foi escrito em 1960, portanto antes da segunda onda do feminismo que provocou, em diversas áreas (história, antropologia, arqueologia, história da arte, etnografia, psicologia, biologia), um aprofundamento da pesquisa e do conhecimento que nos permite muitos avanços na compreensão deste processo.

Como exemplo, podemos dizer que um dos avanços nas formulações do feminismo é a superação da ideia de matriarcado, quase que como oposto ao patriarcado que conhecemos hoje, e que Mandel cita algumas vezes. Agora sabemos que se trata de processos de outra natureza, baseados na matrilinearidade da descendência e na matrilocalidade na fixação no território e na produção da agricultura. Não faz sentido pensar que, em sociedades onde os homens não dominavam as mulheres, as mulheres dominavam os homens, não se encontra evidência disso.

Hoje podemos falar de uma nova visão do passado, baseadas nas evidências empíricas de inúmeras pesquisas e de suas análises desde uma perspectiva que supera o androcentrismo como o ponto de vista a partir do qual se conta a história. São estudos sobre a sociedade que levam em conta toda a história humana, incluindo a pré-história, bem como toda a humanidade, incluindo as mulheres. O resultado tem nos trazido o conhecimento de um tempo em que os fundamentos da organização social não eram a caça e a guerra centralizadas na ação masculina, mas a partilha entre mães e filhos. Um tempo em que mulheres e homens, juntos, utilizaram as capacidades humanas para sobreviver e cuidar da vida. Portanto, podemos dizer que a divisão sexual do trabalho existente então entre homens e mulheres não significava desigualdade social e subalternidade das mulheres. Ao contrário, os indícios são todos de valorização social das mulheres, como evidências arqueológicas dos últimos 30 mil anos demonstram nas pesquisas feitas em sítios de diversos lugares do mundo.

Recentes descobertas arqueológicas revelam um longo período de paz e prosperidade em que nossa evolução social, tecnológica e cultural subiu de patamar – milhares de anos em que todas as tecnologias básicas sobre as quais está edificada nossa civilização foram desenvolvidas por sociedades sem dominância masculina, violência ou hierarquia. Encontramos mais comprovações da existência de sociedades antigas organizadas de modo muito diverso da nossa nas imagens, de outro modo inexplicáveis, da Deidade como feminina na arte, nos mitos e mesmo nos escritos históricos da Antiguidade. Na verdade, a ideia do universo como Mãe que tudo provê, sobrevive (...) Faz muito sentido, evidentemente, que a primeira representação de poder divino em forma humana tenha sido feminina ao invés de masculina (...) a vida emerge do corpo da mulher. (EISLER, 2008, p. 29).

Se as descobertas arqueológicas demonstram o reconhecimento social da mulher por estas sociedades, sem evidências da subordinação e desigualdade como as que caracterizam a condição da mulher em nosso tempo, porque esta situação teria se transformado?

No neolítico médio, entre 6000 e 3000 a.C., produz-se a segunda revolução técnica, acompanhada da segunda revolução demográfica que acaba por alterar tanto a organização social como o estatuto das mulheres na sociedade. Essa revolução foi caracterizada pela descoberta de energias novas (a força do boi, da água, do vento), pela invenção de técnicas melhores (o arado, o moinho de vento e a azenha, o barco a vela), por novas formas de transporte, pelo conhecimento das propriedades físicas dos metais e dos processos químicos que permitem a fusão do minério de cobre, pela invenção do calendário solar, da arquitetura de tijolos e das matemáticas aplicadas. O homem substituiu a mulher como agente da produção agrícola, o campo sucedeu ao pedaço de terra, o arado do homem à enxada da mulher. (MICHEL, 1979, p. 17).

Este salto tecnológico possibilitou a produção de um excedente alimentar, tendo como consequência um importante crescimento demográfico. Ao mesmo tempo, fomentou a sedentarização: do pequeno grupo do paleolítico e da pequena aldeia do neolítico inferior, passa-se para as primeiras cidades, trazendo outras formas de desenvolvimento da propriedade, da acumulação e da sociedade. A divisão do trabalho se complexifica, surgindo artesãos, sacerdotes, militares e outros,

(...) com a formação de uma sociedade estatal, baseada na escravidão, nas classes sociais e na degradação da condição das mulheres. (MICHEL, 1979, p.18).

Toda esta transformação se assenta em relações complexas de parentesco, de família e de reprodução da vida, a partir das quais os humanos produzem em sociedade, ao mesmo tempo se produzindo como ser social. Da exogamia e da circulação de mulheres, que predominava no paleolítico, significando um elemento de relação entre os grupos, ampliando possibilidades de descendência e de futuro, dentro de uma estratégia de cooperar e de partilhar para sobreviver (o que explicaria o gênero da dádiva e a troca de mulheres, praticada de forma diversificada nas mais diferentes culturas), passa-se progressivamente para o controle sobre as mulheres, que deve ter tido como um de seus elementos geradores, o conhecimento do papel dos homens na reprodução, provavelmente a partir do conhecimento sobre a reprodução dos animais. A análise da pré-história indica que a domesticação dos animais foi paralela ao desenvolvimento da agricultura e que, provavelmente, tenha acontecido, juntamente com aquela, pela mão das mulheres.

É muito provável que as mulheres do paleolítico superior fossem encarregadas de cuidar dos animais domésticos. Mas a primeira domesticação foi seguida pela descoberta da criação como forma principal de subsistência. Pode-se supor que, nesta etapa, o papel dos homens já era predominante. (BOULDING, 1977, p. 114).

Estima-se que o pastoreio e a criação de animais tenham possibilitado o conhecimento do papel dos homens na reprodução, o que teria incidido, progressivamente, no controle sobre as mulheres.

É o começo do enclausuramento das mulheres. A aliança pelo casamento das mulheres “exportadas” para outros clãs é substituída pelo recurso à guerra. A guerra endêmica substitui os tratados de paz (...). Assim nasceu a concepção instrumental das mulheres reduzidas aos papéis de genitoras e de servas-produtoras do grupo familiar. (MICHEL, 1979, p. 18).

Assim, ao lado da guerra como uma atividade masculina, avança-se para a situação onde as mulheres passam a ser guardadas, dentro de uma estratégia maior de controle das mesmas como reprodutoras da principal força produtiva: a própria humanidade.

Os homens, que dominam o processo de produção material e que possuem o monopólio dos complexos saberes da caça e do uso da violência armada, controlam as mulheres não como produtoras, mas como reprodutoras da vida que prolonga o grupo. (GODELIER, 1980, p. 22).

Mais recentemente, nos últimos trinta anos, as descobertas arqueológicas e as novas tecnologias de pesquisa nesta área têm possibilitado um avanço significativo no conhecimento sobre este período de vida da humanidade que, como bem caracteriza o arqueólogo britânico James Mellaart, citado por Eisler (1987, p. 28), constituem “uma verdadeira revolução arqueológica”, reafirmando, a partir do estudo e da interpretação de milhares de evidências, um sentido geral de desenvolvimento da humanidade.

Pelos objetivos deste estudo, não iremos analisar aqui os diferentes períodos deste processo ao longo do tempo, mas podemos dizer que confirmam o desenvolvimento histórico da desigualdade entre homens e mulheres, que aparece como um fenômeno universal, mesmo que de formas diferenciadas, nas mais diversas culturas. Eisler (1987, p. 131) nos traz que esta situação de desigualdade já estava consolidada na Grécia antiga (e aqui estamos falando de algumas centenas de anos antes de nossa era) onde as mulheres, consideradas deusas até o neolítico, eram descritas como “formas” para incubação do esperma masculino, como narra Ésquilo na sua trilogia Oresteia – um dos dramas gregos mais famosos - na qual Orestes é absolvido no julgamento pelo assassinato de sua mãe, porque, segundo Apolo, os filhos não guardam relação de parentesco com suas mães: “aquela a quem chamam de mãe não é geradora de seu filho, é apenas aquela que cuida da semente recém-plantada que cresce (...) Se pode ser pai sem a ajuda da mãe, e pode testemunhá-lo a filha de Zeus, que não foi criada nas trevas do seio materno”. No texto de Ésquilo, a deusa Atena que, segundo a religião grega, nasceu adulta da cabeça de seu pai Zeus, confirma a declaração de Apolo contribuindo decisivamente para

instituir que “(...) somente o pai tem parentesco com seus filhos”. Já estava aí se consolidando a situação de subordinação, que evoluiu desde então até chegar ao nosso tempo.

Assim, podemos dizer que, historicamente, as mulheres foram designadas à dimensão privada e, centralmente, responsabilizadas pela reprodução, pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com a família. Diferente disto, a esfera pública se constitui como espaço masculino, onde os homens tiveram seu papel predominante no trabalho produtivo, nas relações econômicas e na política. Atualizando o debate para o nosso tempo, entendemos que o capitalismo aprofundou a divisão sexual do trabalho, fortalecendo a separação entre estas duas esferas, reduzindo o conceito de trabalho à produção, ao mercado e à atividade pública, desconsiderando o trabalho de reprodução e de cuidado com a vida humana, realizado no âmbito doméstico, centralmente de responsabilidade das mulheres, que, mesmo sendo fundamental para o funcionamento da sociedade, foi progressivamente desconsiderado e invisibilizado.

No século XIX, esta situação se consolida, enraizando-se no imaginário e no simbólico da sociedade a ideia de uma “natureza” feminina ligada à maternidade e ao lar, destituindo-se o trabalho doméstico da condição de trabalho e fazendo com que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho assalariado fosse percebido socialmente como “deslocamento”, na melhor das hipóteses, como um papel coadjuvante, complementar, sendo, como consequência menos valorizado do que o trabalho dos homens.

Aqui no Brasil, o início do processo de industrialização, contou com um expressivo contingente feminino. Pena (1981), num estudo sobre a presença das mulheres na constituição do sistema fabril brasileiro, salienta que, a partir de meados do século XIX, quando as primeiras fábricas têxteis começam a funcionar, as mulheres eram a maioria de seus trabalhadores: “(...) em São Paulo, o recenseamento de 1872 mostrou que, dos 10.256 operários da indústria do algodão, 9.514 eram mulheres.” Pena (1981, p. 91). Segundo a autora, em 1907 o número de indústrias no Brasil era de 3.258, com 151.841 operários e, em 1920, passou para 13.336 indústrias com 275.512 operários. Nesta última data, as mulheres eram 33,7% do proletariado industrial, sendo 51% da indústria têxtil, 40% do vestuário, 31% do ramo químico e 28% da alimentação (Fonte: Recenseamento do Brasil 1920/ Censo Industrial, in Pena, 1981, p.92).

(...) a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais valia relativa obtida

através do emprego da tecnologia de então. (...) A análise não pode, pois, centrar-se apenas no trabalho feminino como atividade meio que permite à mulher obter os meios de subsistência de que necessita. Este constitui tão somente um aspecto da questão (...) Necessário se faz ultrapassá-lo, examinando o grau de exploração de que é alvo o trabalho feminino enquanto atividade exercida por um contingente humano subvalorizado sob vários aspectos; e, sobretudo, as implicações, quer no nível da personalidade feminina, quer no nível da organização e das estruturas da sociedade, do não trabalho remunerado a mulher, isto é, de sua marginalização do sistema produtivo de bens e de serviços. Trata-se, pois, de ver a questão de um segundo ângulo, ou seja, do ângulo da marginalização do trabalho feminino, o que vale dizer, da marginalização da própria mulher enquanto socius. (SAFFIOTI, 1979).

Saffioti chama a atenção para o papel que as mulheres cumprem nesta fase inicial de estruturação do capitalismo industrial permitindo, com sua condição de trabalhadoras de segunda categoria, uma espécie de “acumulação primitiva” a partir da superexploração do seu trabalho. Assim, fica evidente o quanto a divisão sexual do trabalho, atribuindo às mulheres centralmente a responsabilidade com as tarefas reprodutivas, com a família e com o trabalho doméstico, define a partir daí seu lugar na sociedade, desvalorizando sua inserção na esfera do trabalho produtivo. Portanto, mesmo com o não reconhecimento das tarefas de reprodução humana, do trabalho doméstico e de cuidados, a carga das mulheres, na categoria de 'trabalho', e de sua invisibilidade, elas pesam decisivamente para a desvalorização da força de trabalho feminina. Ou seja, as mulheres vão para a esfera produtiva a partir do “status” que a divisão sexual do trabalho lhe confere: como trabalhadoras de segunda categoria que, portanto, têm condições de desvantagem em relação aos homens no mercado de trabalho.

Esta significativa presença de mulheres no início da industrialização brasileira se dá num quadro de pobreza urbana acentuada desta população proletária composta de migrantes e despossuídos, moradores de cortiços, com graves problemas de saúde resultante das condições precárias de vida e de trabalho. É de se supor que os cuidados todos necessários para a reprodução das famílias, cuidados com as crianças e demais necessidades domésticas, ficavam extremamente dificultadas pela inserção das mulheres na força de trabalho industrial, com agravantes nas condições de vida deste contingente. Em relação a isso, Rago (1985) resgata o discurso oficial da época citando o Dr. Evaristo da Veiga, inspetor sanitário de São Paulo, ao fazer uma visita nas habitações operárias do Bom Retiro, Brás e Bexiga em 1894: “Basta (...) penetrar na habitação aglomerada de italianos para se deprender, desde logo, que o menor preceito de higiene e de moral, que é a base do edifício social, ali não existe” (*apud* RAGO, 1985, p. 12). O discurso higienista associava a “degradação dos costumes, as práticas dissolutas, o alcoolismo, o jogo, o crime e as doenças” aos trabalhadores e trabalhadoras da indústria nascente, em sua maioria migrantes europeus, com de influência política anarquista, socialista ou comunista, e que organizavam suas lutas por melhores condições de trabalho e de vida, em

estratégias de resistência anticapitalista. Fruto destas mobilizações, em 1906 surge a COB (Central Operária Brasileira) e em 1917, realiza-se a primeira grande greve geral no país. Entre uma e outra, um período intenso de mobilização, organização e construção de identidade de classe. As mulheres foram parte importante desta história, mas sua presença na mesma evidencia fortemente as contradições do movimento e do processo de industrialização daquela época.

As necessidades de reprodução do capital, incorporando tecnologia e novas formas de organização do trabalho – fordismo e taylorismo – exigiam uma mudança significativa neste contexto, buscando constituir condições para outro nível de reprodução da força de trabalho, de forma que esta se inserisse e sustentasse o novo momento da industrialização de “ponta” no Brasil. Este processo tem como um de seus suportes a implantação de uma política governamental de higienização da classe trabalhadora que, mais do que enfrentar os graves problemas da precariedade de suas condições de vida, buscava a instituição de um novo trabalhador, a partir de um novo modelo de reprodução da força de trabalho, onde a família e, especialmente as mulheres, passaram a ter um papel central.

(...) sobre os trabalhadores urbanos que compõem a classe operária em formação nos inícios da industrialização no Brasil constitui-se paulatinamente uma vasta empresa de moralização. Seu eixo principal: a formação de uma nova figura de trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo, a imposição de uma identidade social ao proletariado emergente, (...) a construção de um novo modelo de comportamento e de vida. (RAGO, 1985, p. 12).

Um bom exemplo da consolidação desta ideia como norma social foi o debate que se estabeleceu na Câmara Federal sobre as condições do trabalho industrial da mulher e da criança, com o objetivo de elaboração da legislação e de sua regulamentação, em 1919, quando deputados se manifestaram contra este tipo de trabalho, na defesa da “moralidade familiar” conforme os Documentos Parlamentares da Legislação Social citados por Moura (1982):

Somos todos concordes em considerar que o trabalho é o aviltamento e a escravidão da mulher, porque é o fim da solidariedade conjugal, da família. O verdadeiro reino da mulher é o lar. Se ela o abandona, se ela não sabe aí servir ao homem e aos filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência (*apud* MOURA, 1982, p. 132).

Este discurso se insere no contexto do debate público da época sobre a necessidade de mudanças no padrão inicial de formação da indústria brasileira que, como vimos, contou com uma intensa participação de mão-de-obra feminina e também infantil. Esta participação se dava numa situação de superexploração do trabalho em condições, na maioria das vezes, precárias e insalubres, numa jornada extensa de uma força de trabalho extremamente empobrecida.

Do mesmo modo que os industriais e os poderes públicos, o movimento operário participa do movimento que define o lugar da mulher na sociedade, privilegiando a esfera sagrada e privada do lar, construindo e impondo uma identidade que também as mulheres aceitaram ao interiorizarem a representação masculina e burguesa de sua figura. (RAGO, 1985, p. 70).

A autora cita exemplos da imprensa operária da época que, ao denunciar as condições de trabalho das mulheres apelam sobretudo para o problema moral e da sexualidade e os prejuízos ao exercício da maternidade, ficando claro que o movimento operário fortaleceu a onda disciplinadora de deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar, a partir de onde ela passa a cumprir um papel importante para a reprodução da força de trabalho através do trabalho doméstico e de cuidados.

Esta rápida recuperação histórica nos permite perceber claramente a construção social do lugar da mulher na sociedade e no mundo do trabalho, num momento importante de afirmação do capitalismo como modelo de desenvolvimento no Brasil.

A partir deste olhar pela a história, buscamos as ideias centrais na definição do conceito de divisão sexual do trabalho, entendendo-a como parte da divisão social do trabalho, que atribui às mulheres centralmente a responsabilidade com as tarefas reprodutivas, com os cuidados com a família e com a responsabilidade com o trabalho doméstico, definindo a partir daí seu lugar na sociedade e no mundo do trabalho produtivo. Como resultado da divisão sexual do trabalho, podemos dizer que as mulheres têm sua vida reguladas por dois tipos de tempo: um ligado às necessidades humanas, o outro à esfera econômica e produtiva da sociedade. É importante ainda resgatar as grandes contribuições do trabalho reprodutivo para o capitalismo, dentre elas a de reproduzir a baixo custo a força de trabalho e a de exercer de forma gratuita parte do trabalho necessário para a manutenção da economia capitalista. Portanto, entendemos que a reprodução da divisão sexual do trabalho se articula com o processo de produção e de acumulação de riqueza nas sociedades capitalistas.

Para a atualização do “estado da arte” sobre a problemática da divisão sexual do trabalho, avaliação dos principais estudos e síntese do conhecimento acumulado nesta área nos baseamos na obra de Hirata (2002). A autora questiona o conceito de trabalho, por não incluir o trabalho doméstico, o trabalho não remunerado e o trabalho informal. Questiona também a separação entre o antagonismo de classe e o antagonismo de sexo, e define estas duas relações sociais em termos de coextensividade, vinculação e sobreposição parcial de uma e outra, tendo como eixo central de sua reflexão a divisão sexual do trabalho, doméstica e profissional, e as relações entre homens e mulheres, bem como as desigualdades decorrente delas. Concordamos com a autora quando diz que

O conceito de relações sociais sexuadas e de divisão sexual do trabalho são indissociáveis sendo que aquela é pré-existente como noção e posterior como problemática (HIRATA, 2002, p. 275).

A divisão sexual do trabalho, assim, é concebida como um aspecto das relações sociais sexuadas e permite superar – como conceito – a abordagem em termos de papéis e funções complementares na sociedade.

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseada em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus moldados por tais condições, portanto, objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas em esquemas de pensamento que são produtos da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal, e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre. (BOURDIEU, 1999, p.45).

Concluimos, portanto, que a divisão sexual do trabalho faz parte do desenvolvimento histórico da humanidade, estando presente como um dos eixos estruturadores das sociedades, nas suas diversas culturas. Apesar das transformações ocorridas ao longo dos séculos, a assimetria de poder se mantém, sustentada em relações desiguais entre homens e mulheres, com hierarquia de papéis, onde as condições de inferioridade das mulheres são evidenciadas de diversas formas.

Focalizando o contexto atual da globalização capitalista e das políticas neoliberais, concordamos com Freitas (2007) quando afirma que a incorporação da mulher no mercado de trabalho não trouxe a igualdade entre os sexos. Ao contrário, as relações assimétricas existentes foram ganhando novas configurações além do que, apesar de um aumento significativo da participação das mulheres no mercado de trabalho desde as últimas décadas do século XX, esta participação ainda se mantém restrita a algumas categorias profissionais (prestação de serviços, comércio, área social, trabalho agrícola). Num estudo sobre as pesquisas recentes no Brasil sobre o trabalho da mulher em diversos segmentos econômicos e profissionais, a autora conclui que as condições de inferioridade das mulheres são evidentes:

(...) é a alta taxa de desemprego ou de emprego em trabalho precário; recebem salários mais baixos do que os dos homens, mesmo com níveis de escolaridade mais elevados

(IBGE); ocupam poucos postos de chefia e de supervisão; e cumprem uma jornada de trabalho maior, uma vez que conciliam o trabalho doméstico com o profissional. Embora o desenvolvimento tecnológico, as condições econômicas e a reestruturação do modelo produtivo acarretem algumas modificações na divisão sexual do trabalho, a hierarquia nas relações de sexo permanece inalterada. (FREITAS, 2007, p. 16).

Neste contexto, segundo Freitas, a força de trabalho feminina passa a ser incorporada por meio das jornadas parciais, dos contratos por tempo determinado e dos trabalhos em domicílio, em atividades flexíveis com perda de direitos legais. Além disso, as mulheres continuam sendo incorporadas em trabalhos com características tayloristas de produção (FREITAS, 2007, p. 18). Da mesma forma, nos setores onde há maior capital intensivo e máquinas mais avançadas, predominam os homens, e onde há mais trabalho intensivo, onde é maior a exploração do trabalho manual, predominam as mulheres (ESPÓSITO & FONSECA, 2002, p. 5).

Uma outra consequência das transformações no modo de produção econômica é a bipolarização do emprego feminino. De acordo com Kergoat e Hirata (2007), trata-se de mulheres que assumem postos de prestígio e alta remuneração no mercado de trabalho e que contratam outras mulheres para realizar o seu trabalho doméstico, o que torna possível sua dedicação e sucesso profissional. Esta questão traz à tona a situação de desigualdade social entre as mulheres, o que, num país como o Brasil, tem uma dimensão importante.

Ao fim desta análise, podemos dizer que o sistema de relações de gênero está assentado na divisão sexual do trabalho e nas diferentes características que esta assume, atribuindo responsabilidades diferenciadas a mulheres e homens na reprodução e no cuidado com a vida humana, com determinantes para o tipo de trabalho que as mulheres podem assumir a partir do lugar onde estão na sociedade. É neste contexto que focamos a participação das mulheres na economia solidária.

4. AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

4.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária, tal como a concebemos hoje, resulta de experiências de auto-organização comunitárias para provimento de suas necessidades e de alternativas associativas para geração de trabalho e renda, que ao longo da história do capitalismo aparecem de diferentes formas, em diversos lugares.

Segundo Singer (2002), o trabalho associado, autogestionário e solidário, como prática econômica concreta, foi criação dos trabalhadores, ainda no início do processo de industrialização capitalista, como resposta à pobreza e ao desemprego resultante da difusão desregulamentada das máquinas e do motor a vapor no início do séc. XIX. O processo de desenvolvimento do capitalismo, em sua fase inicial, se baseou no fortalecimento do capital comercial e na acumulação primitiva que, de um lado expropriou os produtores diretos de seus meios de produção, passando estes a vender sua força de trabalho como forma de sobrevivência e, de outro lado, acumulou riquezas para os donos do capital. Schmidt (2006) nos mostra que se criou, assim, o mercado de trabalho, específico do capitalismo, aprofundando-se a divisão social do trabalho onde os produtores, cada vez mais, passam a produzir para o mercado. Toda esta construção se assenta em um processo violento de expropriação e de exploração do trabalho, minuciosamente analisado por Marx no capítulo sobre a acumulação primitiva n' *O Capital* (1980).

As primeiras cooperativas surgem a partir de 1823, na França, e de 1826, na Inglaterra, como tentativas por parte dos trabalhadores de fazer frente a esta situação, tentando recuperar a autonomia do trabalho e aproveitar as possibilidades criadas pelas novas forças produtivas. Sua estruturação tinha como referência os valores básicos do movimento operário de então, de igualdade e democracia, influenciados pela ideologia do socialismo e do comunismo da época. A primeira grande onda do cooperativismo de produção foi assim contemporânea da expansão da organização das “uniões” sindicais e da luta por direitos. Conforme Boaventura de Souza Santos,

Estas primeiras experiências cooperativas surgiram da influência das teorias pioneiras do associativismo contemporâneo. Na Inglaterra, o pensamento de Robert Owen, que participou diretamente na fundação das primeiras comunidades cooperativas, constituiu a contribuição fundadora para a tradição intelectual cooperativa. As ideias associativas na Inglaterra continuaram a se desenvolver no início do século XX,

particularmente através da contribuição de Harold Laski, R. Tawney e G. Cole. Na França, as teorias associativas de Charles Fourier e de Pierre Proudhon inspiraram o estabelecimento das primeiras cooperativas de trabalhadores. (SANTOS, 2002, p. 33).

No Brasil, de acordo com Gaiger (2014, p. 95), o segundo mapeamento da economia solidária (2009/2013) registra um primeiro empreendimento de 1885, situado no nordeste do país, situado em uma comunidade quilombola e formado hoje por um pequeno grupo de mulheres jovens que produzem artesanato. Também registra, no nordeste, um segundo empreendimento em antiguidade, criado em 1890, uma associação de agricultores familiares que atualmente tem cerca de cem integrantes, homens e mulheres e, de 1919, um terceiro empreendimento, ainda no nordeste, uma associação com 1.250 integrantes, numa colônia de pescadores, para consumo e uso coletivo de bens e serviços, comercialização e finanças solidárias. No registro do segundo mapeamento, consta onze empreendimentos atuais com atividades iniciadas até 1930, 140 até 1970 e 336 até 1980, sendo quase 9% o total de empreendimentos mapeados que tiveram suas atividades iniciadas até 1991.

Além dos dados, sabemos que o Brasil tem uma história bastante rica de exemplos de trabalho autogestionário, como as comunidades indígenas, a experiência dos quilombos em diversas regiões do país, a Colônia Cecília no Paraná, as Ligas Camponesas no nordeste e, particularmente no Rio Grande do Sul, um acúmulo de experiência cooperativista, principalmente no setor agrícola, que surge com as pequenas cooperativas coloniais.

No início dos anos 1980 no Brasil, ocorre uma onda significativa de constituição de experiências de gerar trabalho e renda de forma associativa e solidária que resulta da busca de alternativas frente ao desemprego que ocorre em taxas relevantes frente à crise econômica. Nesta época, os trabalhadores de diversas empresas falidas assumem a gestão das mesmas, no que ficou conhecido como organização de “empresas recuperadas”. O movimento sindical, um dos movimentos sociais mais organizados de então, teve um papel importante no impulsionamento de muitas destas experiências e, principalmente, na sustentação política das mesmas, como alternativa ao desemprego e mesmo ao assalariamento do mercado capitalista. Em 1994, surge a ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias, como entidade de representação e de apoio que, em 1999, já contabilizava 65 empresas com um faturamento de R\$ 320 milhões, reconstituindo 20 mil postos de trabalho e 80 mil empregos indiretos, espalhando-se por diversas regiões do país (ANTEAG, 2000, p.7). Dentre estas empresas, pode-se citar alguns exemplos emblemáticos como a Makerly (indústria de calçado de Franca, SP, com 482 trabalhadores), a COOPERTEXTIL (antiga Fábrica de Cobertores Parayba, de São José dos Campos, SP, que tinha 193 funcionários e passou a ter

402 postos de trabalho), e diversas empresas metalúrgicas (como a Hidro-Phoenix, de Sorocaba, SP; a Facit, de Juiz de Fora, MG; a CTMC, de Canoas, RS; a COOPARJ, de Duque de Caxias, RJ). Também pode-se citar o exemplo emblemático da Usina de Catende, em Pernambuco.

Nos anos 1990, no entanto, é que este processo assume dimensões mais massivas como forma de enfrentar o desemprego e a exclusão social, gerados pela aplicação do receituário neoliberal num país capitalista dependente como o Brasil, recém-saído de uma ditadura de mais de 20 anos, herdeiro de uma formação econômica e social marcada pela desigualdade. Neste contexto, a economia solidária se amplia, no Brasil, como resistência e busca de alternativa de sobrevivência frente à forte crise de desemprego e às significativas transformações no mundo do trabalho, além da ausência de políticas públicas para enfrentar a situação, resultantes da política de estado mínimo de então. Podemos dizer, portanto, que a economia solidária entra no cenário recente sendo tensionada, a partir da prática social de resistência e de busca de alternativas que a foi construindo, mas, evidentemente, situando-se dentro da tradição histórica de luta pelo trabalho autogestionário no Brasil e no mundo.

Analisando a gênese dos empreendimentos mapeados, Gaiger (2014) nos chama a atenção para que o fato de mais da metade dos empreendimentos (52,9%) terem sido criados entre 1999 e 2007, em menos de dez anos, portanto, não deve encobrir o rico testemunho daqueles que, não tendo sido criados nos momentos de pico da crise de emprego e no período de intensificação da política pública, nos mostram que a economia solidária transcende a estas dimensões.

Numa tentativa de periodização, podemos considerar que no Brasil aconteceram três ondas de desenvolvimento do trabalho autogestionário. A primeira ligada a experiências de resistência e organização comunitária e às lutas de auto-organização do trabalho, com vários exemplos ao longo da história do país - quilombos, ligas camponesas, cooperativas coloniais, dentre outros, que acontecem até meados do século XX. A segunda, centralmente nos anos 1980 e 1990, como estratégia sindical para manter o trabalho dos demitidos, na recuperação de empresas falidas, e também como alternativa popular de geração de renda para setores excluídos do mercado pelo desemprego crescente deste período. A terceira onda, por fim, nos anos 2000, com o advento das políticas públicas de fomento à economia solidária de iniciativa de governos populares, onde destacam-se as gestões do Partido dos Trabalhadores na Prefeitura de Porto Alegre bem como as políticas do Governo Popular do estado do Rio Grande do Sul (1999/2002) e, a partir de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE criada no início do Governo Lula. Também é parte importante desta construção o movimento da economia solidária, articulado nos seus fóruns, congregando empreendimentos, entidades de

apoio e gestores, tendo como marco a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em 2003.

Mas entendemos que esta periodização tem um tecido de fundo que articula suas diferentes ondas, que é o que Gaiger (2014) chama de “a defesa de um outro sistema de vida” (p. 97). Fazendo referência aos “múltiplos ciclos do tempo submersos na história” (p. 99), o autor propõe que

Reconstituir estas durações, no caso da economia solidária, significa ir além das circunstâncias momentâneas de sua expansão recente. Se considerarmos que é o lastro de experiências e a capacidade de idealização o que converte a alternativa solidária em ação prática, portanto não bastando que os sujeitos estejam simplesmente acuados pelas circunstâncias, deveríamos verificar como a trajetória dos EES repousa em recursos e ativos detidos por seus protagonistas, conforme tenham evoluído suas condições de vida e à medida que tenham favorecido ou arrefecido sua predileção pelas práticas da solidariedade. (GAIGER, 2014, p. 99).

Concordamos com o autor que, nesta perspectiva, nos traz que os dados do mapeamento “sugerem vínculos entre os eventos da atualidade e seus antecedentes”, buscando “um olhar transcendente no tempo e no espaço” a partir do qual

(...) a economia solidária editaria um novo ciclo, amplificado pela convergência de diversas modalidades de ação coletiva, com raízes mais ou menos distantes no tempo. A lógica de solidariedade vivenciada em nossos dias antecede o surto dos anos 1990 e 2000, ultrapassando os contornos espontaneamente reconhecidos pelas redes de agregação e mobilização instituídas desde então. (GAIGER, 2014, p. 99).

A partir dos acúmulos desta longa construção histórica enquanto resistência ao capitalismo, auto-organização comunitária, prática econômica alternativa e política pública, podemos conceituar economia solidária como formas diversas de auto-organização visando o provimento de necessidades comunitárias, de vários tipos de trocas solidárias, de geração de trabalho e renda, de auto-organização para produzir, comercializar e consumir, baseada nos princípios da autogestão e da solidariedade. Conforme definição de Singer (2002), no contraponto ao modelo capitalista de exploração e alienação do trabalho

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. A empresa capitalista pertence aos investidores, aos que forneceram o dinheiro para adquirir os meios de produção, e é por isso que a sua única finalidade é dar lucro a eles, o maior lucro possível em relação ao capital investido. O poder de mando, na empresa capitalista está concentrado totalmente (ao menos em termos ideais) nas mãos dos capitalistas e dos gerentes por eles contratados. O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital são fundidos (...) E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. (SINGER, 2002, p. 83).

A Economia Solidária, assim concebida, propõe uma nova forma de organizar a produção, as relações de trabalho, as finanças, a comercialização, a distribuição e o consumo,

se definindo como alternativa ao mercado capitalista, cuja lógica subordina os interesses dos trabalhadores, dos consumidores e dos cidadãos aos interesses do mercado e ao lucro de poucos. A Economia Solidária é considerada a atividade econômica e produtiva que visa a geração de trabalho e renda de forma associativa, cooperativa e autogestionária, buscando – mais do que o lucro – a sustentabilidade, a inclusão social, o desenvolvimento comunitário, o bem-estar e a dignidade humana, e a solidariedade.

Apesar da história de resistência de suas diferentes expressões e das suas formulações ousadas de alternativas ao capitalismo através da autogestão e da solidariedade, concordamos com Gaiger quando afirma que correntes de esquerda importantes no séc. XX não souberam compreender a importância e o potencial estratégico da economia solidária. Assim,

O afastamento gradual das correntes políticas e de boa parte do sindicalismo deixou esta arena de luta relegada a uma função subsidiária, o que transferiu ao mercado o papel de ocupar-se da economia, ao estado o de responder às demandas sociais e aos sistemas de proteção autóctone, no âmbito doméstico e comunitário, o de garantir o atendimento das necessidades vitais, sem mais cogitar-se quanto ao seu sentido emancipatório. (GAIGER, 2014, p. 101).

Frente a esta questão, do ponto de vista estratégico concordamos com Paez (2001) quando reafirma a importância da economia solidária como integrante da base de construção de um outro tipo de desenvolvimento alternativo ao capitalismo, portanto com importância estratégica:

Nossa proposta de economia solidária reside, precisamente, dentro do marco do humanismo social e obedece a uma concepção dialético-ascendente de história em função de um desenvolvimento humano mais integral e solidário, (...) como alternativa e possibilidade para servir de base e ponto de partida para a esse tipo de desenvolvimento humano. (PAEZ, 2001, p.42).

Resgatamos os fundamentos da economia solidária nas relações de cooperação e solidariedade para produzir, comercializar e consumir, sem exploradores e explorados, com fortalecimento comunitário, desenvolvimento local e respeito ao meio ambiente. Segundo o documento da Campanha Nacional de Mobilização Social “Economia Solidária: Outra Economia Acontece!” (SENAES-MTE, 2007)

Pense em um jeito de produzir, de vender, de consumir produtos, de oferecer e receber crédito, onde as pessoas não são movidas pela ganância, mas pelo desejo de que não haja ninguém excluído, de que todos possam viver bem. Agora pense em uma outra economia, onde em vez de individualismo, há união; em vez de competição, há cooperação; em vez de indiferença, há solidariedade; onde, no lugar da devastação do ambiente, há o cuidado com a natureza; e no lugar do autoritarismo de chefes ou patrões, há democracia com todos decidindo juntos e compartilhando igualmente o que se ganha ou se perde. Esta é a imagem que se projeta da Economia Solidária, que vem crescendo rapidamente em nosso país e traz a promessa de um futuro mais justo e feliz para as novas gerações. (SENAES-MTE, 2007, p. 4-5).

No mesmo documento, são apresentados (p. 32-33) os Dez Princípios da Economia Solidária: autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio-ambiente. Toda esta formulação expressa o compromisso da Economia Solidária com a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo ao capitalismo e suas relações de exploração e desigualdade. Pela própria definição da política pública,

Empreendimentos Econômicos Solidários são organizações coletivas, supra familiares, cujos participantes ou sócios/as são trabalhadores/as dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades assim como a distribuição dos resultados, incluindo empreendimentos que estão em processo de implantação, e com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real ao registro formal (SENAES-MTE, 2007).

Com a preocupação do debate estratégico, Schmidt (2006) nos traz outro elemento importante de se considerar, que é uma das leis gerais do capitalismo quanto a tendência à acumulação do capital, promovida pela própria concorrência capitalista. Há sempre uma tendência dos capitalistas para buscar aumentar a taxa de mais valia (trabalho não pago) pois dessa forma se aumenta a taxa de lucro, principal indicador de desempenho econômico no capitalismo. Desta forma, pelo funcionamento geral do sistema capitalista, as empresas de menor intensidade de capital transferem valor para as de maior intensidade de capital. Desde fins do séc. XIX, se verificou no mundo capitalista um crescente processo de monopolização e oligopolização, consolidando uma assimetria significativa entre grandes e pequenas empresas resultando na transferência sistemática de valor das pequenas para as grandes (MANDEL, 1962). Assim, mesmo que um empreendimento econômico solidário possa ser melhor para seus trabalhadores do ponto de vista da inclusão social, de distribuição da riqueza e do poder, a apropriação da renda e da riqueza pelo capital só cessará com uma transformação sistêmica, numa sociedade de produtores livremente associados e sem a exploração do trabalho. Esta questão nos aponta para o fato de que a economia solidária – pela sua natureza, concepção e construção social - tem limites para o seu pleno desenvolvimento dentro dos marcos da economia capitalista. Mas, como nos aponta Schmidt (2006) resgatando sua importância estratégica, ao mesmo tempo a economia solidária pode ser parte de uma mudança sistêmica que construa alternativas à lógica e à sociedade do capital:

A economia solidária tanto no que se refere aos demais trabalhadores como ao conjunto da sociedade, precisa conquistar apoio para se afirmar (...) demonstrar que é funcional para o desenvolvimento, não aquele apenas identificado com o crescimento econômico, mas o desenvolvimento que também distribui renda e

riqueza, atende aos direitos humanos, preserva a natureza e aprofunda a democracia (SCHMIDT, 2006).

Desde 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), a economia solidária é reconhecida pelo governo federal, com o objetivo de fomento a partir do desenvolvimento de ações e políticas públicas nesta área. Para esta estruturação foi fundamental o acúmulo das experiências desenvolvidas por governos municipais e estadual (RS) bem como a rede diversificada de iniciativas no campo popular, sindical, de entidades de apoio e universidades. Além disso, construção desta política pública passou pelo processo de realização de três Conferências Nacionais (CONAES): a primeira, em 2006, teve como tema “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, teve 1.352 participantes na etapa nacional e 16.976 nas etapas preparatórias, realizando 27 conferências estaduais e 159 territoriais. A II CONAES, em 2010, teve como eixo central de discussão “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”, reivindica o reconhecimento às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento. Foi constituída por 1.613 representantes na etapa nacional e 20.459 participantes nas etapas preparatórias, tendo realizado 27 conferências estaduais e 187 conferências territoriais e 5 conferências temáticas. Por fim, em novembro de 2014, realiza-se a III CONAES, cujo eixo central “Construindo um Plano Nacional de Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e de Viver de Forma Associativa e Sustentável”, com 1.460 delegad@s, garantindo cota de 50% de mulheres, aponta para os seguintes objetivos:

1. Realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da economia solidária considerando-se deliberações das conferências nacionais anteriores;
2. Promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à economia solidária fomentadas pelos governos e pela sociedade civil;
3. Elaborar Planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária;
4. Elaborar um Plano Nacional de Economia Solidária contendo visão de futuro, diagnósticos, eixos estratégicos de ação; programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento de a economia solidária no país.

A avaliação do contexto da economia solidária feita pela III CONAES reconhece que, nos últimos anos, a economia solidária experimentou uma significativa expansão, em especial entre os segmentos populacionais mais vulneráveis, incentivados por estratégias socioeconômicas e processos de desenvolvimento local e territorial sustentável.

A Economia Solidária expressa as formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseado no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade. São milhares de atividades econômicas realizadas por organizações solidárias: cooperativas, associações, empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão, grupos solidários informais, redes de cooperação em cadeias produtivas e arranjos econômicos locais ou setoriais, bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos etc. (Plano Nacional de Economia Solidária, 2015, p. 6).

Reconhece, ao mesmo tempo, que, apesar dos avanços alcançados, desafios estruturais e institucionais permanecem e precisam ser enfrentados para a consolidação da economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Para isto, o Plano Nacional aponta quatro eixos como prioritários para enfrentar os desafios e limites: Eixo 1: Produção, Comercialização e Consumo; Eixo 2: Financiamento, Crédito e Finanças Solidárias; Eixo 3: Educação e Autogestão e Eixo 4: Ambiente Institucional.

Atualmente, a política pública de economia solidária consta no Plano Plurianual (PPA 2012-2015), no Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia em dois objetivos estratégicos:

Objetivo 0982 – Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Objetivo 0983 – Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário (Lei 12.593 de 18/01/2012).

A partir destes objetivos, a SENAES procura promover a geração de trabalho e renda e inclusão social e econômica, prioritariamente, junto a segmentos sociais marginalizados pelo desenvolvimento excludente e concentrador de renda e riqueza que caracteriza a história de nosso país, tendo como objetivos, dentre outros

a) Fomentar o desenvolvimento local e territorial sustentável e solidário por meio da implantação e consolidação de ações integradas de economia solidária em territórios caracterizados pela concentração de extrema pobreza;

b) Apoiar iniciativas de geração e manutenção de postos de trabalho, de melhoria de renda e das condições de vida de comunidades com população em situação de extrema pobreza; (Política Nacional de Economia Solidária – SENAES/MTE, Termo de Referência, maio de 2013, p. 5-6).

Os Segmentos prioritários desta política são a população de extrema pobreza, conforme definido no Plano Brasil Sem Miséria (decreto 7.492, de 02 de junho de 2011), como a população com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70,00(setenta reais), em especial, as mulheres; pessoas inscritas no Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal

(CADUNICO); comunidades de baixa renda e baixo índice de IDH; Comunidades e Povos Tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, etc.); trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos econômicos solidários já constituídos nos territórios beneficiados e usuários do sistema de saúde mental. As mulheres são parte expressiva e ativa deste público.

4.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA PELA MÃO DAS MULHERES

São poucos os dados sobre as mulheres na economia solidária no Brasil e menos ainda os estudos analíticos sobre esta realidade. Quando focamos a relação das mulheres com a economia solidária, uma primeira questão que chama a atenção é que a participação amplamente majoritária das mulheres nos espaços de comercialização e de representação da economia solidária (evidência empírica de amplo reconhecimento), não corresponde à proporção que se expressa entre homens e mulheres nos dados do SIES, demonstrando que as mulheres participam bem mais do que os homens nestes espaços. Outra hipótese é que uma leitura destes dados pode nos indicar que talvez as mulheres sejam ainda pouco visíveis, inclusive para suas organizações e, assim, talvez não tenham sido registradas em toda a sua dimensão, pelas pesquisas.

Ainda em 2003, com a criação da SENAES, surge o SIES – Sistema de Informações da Economia Solidária, que passa a organizar informações com a estruturação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária. O primeiro levantamento feito em nível nacional iniciou em 2005, revelando 14.954 empreendimentos e, em 2007, pesquisa complementar, resultante de parceria com a FINEP, aponta 21.859 empreendimentos de economia solidária no Brasil, abrangendo 1.683.693 integrantes, sendo 37% de mulheres e 63% de homens.

A composição dos associados destes empreendimentos nos mostra que quanto menor o seu tamanho, maior a participação relativa das mulheres. As mulheres predominam nos empreendimentos com menos de 10 sócios (58%) e os homens predominam nos EES que possuem mais de 20 sócios (56% nos EES de 21 a 50 sócios e 59% nos EES com mais de 50 sócios). Segundo estes dados, há cerca de 3.900 empreendimentos constituídos exclusivamente por mulheres (18%), cerca de 2.100 EES cujos sócios são exclusivamente homens (9%) e os demais (73%) são formados por homens e mulheres (SIES, 2007).

O segundo mapeamento foi realizado entre 2009 e 2013 e complementado por uma pesquisa amostral em 2013, ambos realizados pela parceria da SENAES com a UNISINOS/Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa – Ecosol. Este estudo

avança bastante em relação ao acúmulo anterior⁴, trabalhando, além da análise dos dados, uma proposta de tipificação dos EES de acordo com a finalidade que cumprem para seus membros e as características comuns que apresentam a partir deste critério inicial. Outra dimensão importante é sobre a percepção dos sentidos que os empreendimentos assumem para seus integrantes, e o seu significado do ponto de vista das necessidades e aspirações dos mesmos e, além disso,

duas questões de natureza estrutural e de importância teórica e política serão preliminarmente tratadas: o papel dos EES no combate às desigualdades de renda e a hipótese de conterem uma lógica distinta, simultaneamente social e econômica, inclusiva e igualitária; portanto, de serem portadores de outra economia. (GAIGER, 2014, p. 15).

A base de dados do segundo mapeamento nacional da economia solidária conta com 19.708 EES e 1.423.631 associados – homens e mulheres. Dos EES, 54,8% tem como área de atuação o espaço rural; 34,8% a área urbana e 10,4% situam-se simultaneamente no espaço rural e urbano. Quanto à forma de organização 60,0% são associações; 30,5% são grupos informais; 8,9% são cooperativas e 0,6% são sociedades mercantis. Cruzando a forma de organização dos EES, com tamanho médio do EES, com o sexo d@s sóci@s (homens e mulheres) e com as cinco regiões do país, temos o seguinte quadro:

- **Grupos informais:** apresentam média nacional de 19 sóci@s, com incremento na região centro-oeste (27) e predominância das mulheres (12,5) sobre os homens (7) em todas as regiões;
- **Associações:** apresentam média nacional de 73 sóci@s, com incremento na região norte (116) e queda na região sudeste (51). Em todas as regiões e nas médias nacionais, há uma vantagem de homens (39) sobre as mulheres (34), com mais equilíbrio no sudeste (26x24);
- **Cooperativas:** apresentam a média nacional mais elevada, com 249 sóci@s. Esta média oscila bastante: de 483 no sul a 87 no sudeste. É o segmento com maior preponderância de homens sobre as mulheres (169x80). O maior desequilíbrio está na região sul (343x140) e o menor na região nordeste (109x76) quando a média de mulheres equivale a 70% daquela dos homens;
- **Empresas Mercantis:** representam um segmento pouco numeroso de EES, mas com uma média nacional de 145 sóci@s, perdem apenas para as cooperativas. A supremacia numérica da média de homens (82) sobre as mulheres (63) é atenuada e as mulheres predominam nas regiões centro-oeste e sudeste. (GAIGER, 2014, p. 49-50).

⁴ Quando tivemos acesso a este texto de análise do segundo mapeamento, por ocasião da III CONAES em novembro de 2014, este TCC já estava concluído, não tendo sido ainda apresentado à banca por razões que não cabe aqui citar. A leitura do texto, no entanto, pela importância que a ele atribuímos, nos fez dialogar com algumas das questões formuladas, neste capítulo sobre As mulheres e a Economia Solidária, mas de forma muito aquém do que suas instigantes questões nos provocam. Pela importância estratégica das questões que formula, nos anima a pensar na continuidade da leitura e do trabalho para o aprofundamento das questões propostas, na reflexão e no trabalho que fazemos com as mulheres e a economia solidária e feminista.

Analisando os dados acima, podemos ver que as mulheres predominam nos empreendimentos informais, que são menores, enquanto os homens predominam nas cooperativas e nas empresas mercantis, que são EES formalizados e significativamente maiores. Outro elemento revelador da relação entre homens e mulheres na economia solidária aparece na comparação entre suas participações, avaliadas pelo número médio de sóci@s, nas diferentes áreas de atuação: os EES urbanos equilibram mulheres e homens, enquanto nos rurais predominam os homens,

um fato de sabidas conotações culturais quanto a quem incumbe representar a família associada no EES, mas também de nítido conteúdo social e econômico, relativo ao perfil das atividades produtivas e ao protagonismo familiar (das mulheres) nas periferias urbanas (GAIGER, 2014, p. 55)

Outra questão relevante trazida pela pesquisa é a importância da renda auferida pelas mulheres, no EES, para sustentar a família: é a única renda disponível (15,4%), é a renda principal (16%), ou é equivalente à de outros membros da família (14,7%). Da mesma forma, o cuidado com filhos menores e demais dependentes no horário de trabalho mostra que as alternativas são recorrer a redes informais de parentesco, amizade e vizinhança (19,3%) aparecem ainda mais que as instituições especializadas, como creches e escolas (17,8%). Apenas 7,0 % obtêm contribuição do marido ou do companheiro nessas tarefas, o que por falta de opções acarretam saídas paliativas, como deixar os filhos e demais dependentes em casa (5,8%) ou levá-los para o EES (7,2%), embora apenas 4,0% deles ofereçam condições adequadas para os filhos menores. (GAIGER, 2014, p. 73).

Escolhemos salientar os dados acima, no âmbito do segundo mapeamento e da pesquisa amostral que o complementou, por evidenciarem a diferença da posição de homens e mulheres na economia solidária, o que entendemos como expressão da divisão sexual do trabalho que permeia nossa sociedade, acarretando desigualdades em detrimento das mulheres. Certamente, pela riqueza do estudo, possibilita um conjunto de cruzamentos e interpretações que fogem ao escopo deste TCC, onde analisamos narrativas de um projeto específico como uma amostra da situação das mulheres na economia solidária.

No Projeto Brasil Local Economia Solidária e Economia Feminista fizemos um mapeamento de 360 empreendimentos, majoritariamente femininos, em nove estados, abrangendo as cinco regiões do país, o que consideramos uma amostra significativa do perfil das iniciativas femininas na economia solidária. Destes, apenas 24 (6,6%) estavam constavam no SIES em 2012 (ocasião da sistematização das informações do BL Feminista), demonstrando

o problema da subnotificação destas iniciativas. Estes EES envolvem 3.868 mulheres e 155 homens, numa média de 10,7 mulheres por empreendimento.

Quadro 1 - Números de empreendimento solidários, por estado da federação, segundo o sexo dos participantes.

ESTADO	EES	M	H	TOTAL
CE	35	385	14	399
DF	38	322	39	361
PA	34	564	36	600
PE	35	400	12	412
PR	35	298	07	305
RJ	31	464	03	467
RN	32	285	22	307
RS	87	858	19	877
SP	33	292	03	295

Fonte: Mapeamento do Brasil Local Feminista \ Guayí, 2010 a 2012.

Do total destes 360 empreendimentos, o Projeto Brasil Local realizou um Diagnóstico Produtivo em 216 deles, abrangendo os nove estados nos quais desenvolveu suas ações. Este diagnóstico nos mostra que 73% destes empreendimentos não têm formalização, mas, ao mesmo tempo, a maioria deles existe há mais de 5 anos, sendo que um total de 65% existe de 5 a 10 anos. Entendemos que são dados bem reveladores da condição da mulher na economia solidária: por um lado, a fragilidade organizativa e institucional, certamente associada à condição de vulnerabilidade, que não permite acessar e manter um CNPJ, por mais necessário que ele possa ser para os processos de comercialização e de acesso à um conjunto de políticas públicas e mercados. Por outro lado, a permanência no tempo, a capacidade de se manter, demonstrando que, apesar das condições precárias, o empreendimento cumpre um papel, aglutina as mulheres, produzindo, mais além dos resultados econômicos, um pertencimento e uma capacidade coletiva de resistência que faz a diferença.

Figura 1 - Distribuição dos empreendimentos solidários, segundo segmento produtivo.



Fonte: Brasil Local Economia Solidária e Economia Feminista- Guayí/2012.

O gráfico mostrando a distribuição dos empreendimentos mapeados, por segmentos produtivos, o permite identificar onde as mulheres majoritariamente se encontram: 48% no artesanato, 17% na confecção, 13% na alimentação, totalizando 78% em atividades que são tipicamente femininas dentro da divisão sexual do trabalho. Além deste expressivo percentual, temos que considerar que, dentre as pescadoras, as quilombolas e as agricultoras (que são os demais segmentos registrados), também há um contingente expressivo que associa o artesanato e/ou a alimentação à atividade produtiva central que as caracteriza, bem como as mulheres indígenas, que trabalham centralmente com artesanato, o que avançaria para a quase totalidade dos empreendimentos concentrados nestas três atividades.

Este quadro nos mostra que as mulheres vão para a economia solidária a partir do lugar onde estão na divisão sexual do trabalho, se dedicando a atividades nas quais têm conhecimento e experiência e que, portanto, são atividades factíveis nas condições de dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Este trabalho pode ser considerado, assim, quase que extensão do trabalho doméstico e, em boa parte das vezes, é feito na própria casa, com instrumentos e equipamentos pessoais e domésticos, com materiais reciclados por elas próprias, com doações ou extração da natureza (folhas de bananeira e outras, palhas e fibras, sementes,

conchas, madeira, barro, escamas e couro de peixe, penas, etc.) como é principalmente o caso do artesanato.

Outro aspecto importante a ser considerado, é a possibilidade de compatibilizar as atividades produtivas na economia solidária, pelo seu caráter autogestionário de organização do trabalho, com as responsabilidades familiares e domésticas às quais a maioria das mulheres responde. A análise das narrativas nos permite ver mais de perto esta realidade.

Por fim, registramos a invisibilidade que também parece acontecer no próprio movimento de economia solidária. Citamos, a seguir, a Carta das Mulheres presentes na IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária:

Carta das Mulheres da Economia Solidária presentes na IV Plenária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES

Nós mulheres, que somos a grande maioria na Economia Solidária, que participamos do movimento de mulheres, do movimento feminista, do movimento agroecológico, da luta pela terra, pela reforma urbana e rural, trabalhadoras da Economia Solidária do campo e da cidade, negras, índias, extrativistas, brancas, jovens, lésbicas, de todas as crenças e de todas as regiões desse país.

Nós, mulheres, que contribuímos com a construção de uma nova sociedade com igualdade e justiça para todas as mulheres e homens, que somos responsáveis pela produção e reprodução da vida, e pela soberania alimentar e conservação da biodiversidade do planeta.

Queremos registrar a nossa indignação pela invisibilidade das mulheres no documento base da IV Plenária, pela inteira ausência das nossas falas, questões e propostas vindas dos nossos estados e territórios.

Reafirmamos a necessidade de um espaço próprio de auto-organização das mulheres no FBES, reconhecendo e valorizando a participação das mulheres enquanto sujeitos políticos e econômicos em todas as instâncias e processos dos Fóruns, municipais, estaduais e regionais.

Luiziânia, 29 de março de 2008

Este texto é emblemático de um momento de afirmação das mulheres como parte integrante da economia solidária, recuperando seu papel como um segmento que vive a especificidade de sua condição de mulher. Um primeiro elemento importante é a afirmação da identidade - quem fala são as mulheres - e o resgate do peso das mulheres na economia solidária, ou seja, quem está falando é a maioria da economia solidária. Em segundo lugar, de onde as mulheres falam: “do campo e da cidade” mostrando a amplitude desta representação, bem como reivindicando sua participação em diferentes movimentos e processos de lutas sociais, portanto, fazendo parte da construção política da luta democrática e por direitos em nosso país. Em terceiro lugar, a representatividade de quem fala pela sua diversidade étnica/racial, cultural, de orientação sexual, espelhando a riqueza do povo brasileiro. Em quarto lugar, resgatando a legitimidade de quem constrói um projeto de futuro para toda a sociedade e, ainda, a legitimidade de quem reproduz a vida e cuida da vida. Por fim, a fala de indignação: as mulheres se instituindo como “*sujeit@s*” do processo e, na cobrança de terem suas questões específicas

consideradas, o ato de se afirmar como segmento social e econômico. A proposta de um espaço próprio para a auto-organização das mulheres, transformando a representação da economia solidária, através da constituição de espaços específicos para potencializar suas questões foi um momento marcante que gerou muita discussão e resultou na constituição do Grupo de Trabalho de Gênero no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) que, posteriormente em 2011, se transformou no GT de Mulheres, superando a ambiguidade do conceito de gênero e afirmando um espaço específico das mulheres da economia solidária. A partir deste processo, a situação no interior do movimento de economia solidária não foi mais a mesma, passando a reconhecer-se a “questão da mulher” como um dos eixos da construção da economia solidária como atividade econômica, movimento social e como política pública, embora isto ainda não se reflita em medidas concretas que alterem significativamente a situação.

5. A RESISTÊNCIA NO COTIDIANO TECENDO UMA VIDA MELHOR

O esforço de escrever sobre as mulheres da economia solidária e seus empreendimentos se aproxima à prática do artesanato que muitas delas fazem. Juntar retalhos e pedaços de histórias diversas, compor quadros com a matéria-prima que temos, evidenciar os nós, puxar os fios, amarrar os laços e tecer os vínculos que podem dar sustentação à trama toda. Nosso estudo sobre a realidade das mulheres na economia solidária, apoia-se em dez narrativas de empreendimentos econômicos solidários, cada uma delas produzidas coletivamente pelas suas integrantes, sendo uma narrativa por estado (RN, CE, PE, PA, DF, RJ, SP, PR) e duas do RS. A presença de dois casos no Rio Grande do Sul, destoando dos demais estados, se justifica pelo fato de que são experiências bastantes representativas de polos distintos da economia solidária: uma delas sendo um caso típico de empreendimento que se forma, a partir da assistência social, para trabalhar com artesanato, em situação de muita vulnerabilidade, e outro, sendo uma das raras experiências de produção industrial que não se origina de empresa recuperada, e que é uma iniciativa da Guayí, com parceria de um mercado institucional, para fomento de uma rede industrial de confecção solidária.

Mas é necessário dizer que, além disso, a matéria prima de fundo para a tessitura deste quadro são os testemunhos, as linhas da vida, as oficinas realizadas nos empreendimentos, a participação observante e o envolvimento comprometido com as mulheres e com a necessidade de irmos fundo na análise desta realidade, como condição para sua compreensão, sua visibilidade e valorização.

Retomando o problema que orienta este estudo, queremos compreender a inserção das mulheres na economia solidária e verificar em que medida esta, como tem se desenvolvido até agora – como prática econômica, como movimento social e como política públicas – e coloca para as mulheres como alternativa real e emancipatória, significando autonomia econômica e possibilidade de igualdade no mundo do trabalho e na vida, ou em que medida reproduz, em nova roupagem, a divisão sexual do trabalho e a sua discriminação, sendo mais um espaço de adequação das mulheres à condição subalterna no trabalho e na sociedade.

Para avançar nesta compreensão, queremos ver mais de perto algumas questões: quem são as mulheres que buscam alternativas através da economia solidária? Por que constituíram seus empreendimentos? Quais foram suas motivações? Como isso foi feito? Qual é o estado da arte destas construções? Quais são suas perspectivas? Estas são questões que

orientaram nossa reflexão e buscamos suas respostas nas narrativas dos empreendimentos selecionados que o Projeto Brasil Local Economia Solidária e Economia Feminista registrou.

5.1 QUEM SÃO ESTAS MULHERES? QUAIS FORAM SUAS MOTIVAÇÕES? (HIPÓTESE 1)

Dialogando com a primeira hipótese, a análise das narrativas nos mostra que, em sua maioria, são mulheres adultas, responsáveis por filhos e famílias, que estão fora do mercado formal de trabalho e buscam no trabalho associado e cooperativo alternativas de gerar renda, de inclusão social, de convivência, de ressignificar as próprias vidas. Registramos que parcela importante das mulheres são participantes e/ou egressas dos programas municipais de assistência social, o que nos informa portanto que são mulheres em situação pobreza e de vulnerabilidade, que têm nos programas assistenciais seu lugar de encontro, de convivência inicial e mesmo de tentativas e articulações de iniciativas econômicas que possam significar uma inclusão mais efetiva:

O grupo (...) veio da experiência com a assistência social (do município), com mulheres com dificuldade, sem alternativa e com depressão, algumas com problema de violência... a dificuldade econômica que faz a gente buscar ajuda e se organizar. A ideia era um grupo que pudesse se ajudar de forma mais permanente, né... que não dependesse só do governo. Nós tinha um grupo do projeto social, mas perdemos o espaço e ficamos um tempo sem trabalhar. (Mulher que faz, Novo Hamburgo, RS)

O “Arte na Praça” surgiu em 2009, para tirar crianças e jovens da vulnerabilidade e da prostituição na praça da Matriz e entorno, e para atender famílias carentes de áreas de ocupação irregular e com muitos problemas sociais. O Objetivo eram ações de inclusão produtiva e a geração de renda com mulheres, particularmente aquelas do Bolsa Família. São donas de casa, costureiras, aposentadas, mulheres que adoeceram e não estavam trabalhando em atividade remunerada, comerciárias, desempregadas, auxiliar de enfermagem e cuidadoras de idosos. São mulheres que têm dupla ou tripla jornada de trabalho. São responsáveis pelo trabalho em casa, pelos cuidados com filhos e gente da família, algumas são chefes de família, garantindo o sustento com seu trabalho. (Arte na Praça, Marituba, PA).

Brasilândia fica no Parque Anhanguera e resulta de muita luta social e de ocupações diversas, onde as mulheres tiveram um papel importante. Na década de 1980, tinha apenas duas ruas com eletricidade, sem água encanada e sem asfalto. A Genoveva, uma líder consagrada na comunidade, foi das responsáveis pelos vários processos de mobilização pela garantia de direitos e melhoria da vida. Pela situação de dificuldades, desemprego e falta de alternativas, várias mulheres começaram a se reunir na igreja com a ideia inicial de começar uma cooperativa, em início de 2010, para gerar trabalho e renda. (Arte com Sabor, Brasilândia, SP).

As narrativas falam da situação de pobreza e de vulnerabilidades de mulheres que demonstram ter capacidade de resistência e de se mobilizar por uma vida melhor. Sem

perspectiva de trabalho no mercado formal, constroem saídas coletivas como forma de se reforçarem mutuamente: assim surgem seus empreendimentos. Falam da violência, dos problemas com crianças e jovens, com a prostituição, com famílias carentes tendo como problema de fundo as necessidades básicas de sobrevivência. As narrativas falam ainda da depressão e do adoecimento, provavelmente agravados pelo quadro de dificuldades da vida.

Cidade Ocidental fica à uma distância de 48 km de Brasília, é considerada ‘cidade dormitório’ pois, grande parte de seus moradores se deslocam até a capital federal para trabalhar, ficando assim mais difícil conseguir emprego, principalmente para as mulheres que não tinham como deixar os filhos, além do trabalho em casa, para trabalhar na capital. A Nilva já tinha se aposentado e ficava muito receosa de entrar em depressão, por conta da quantidade de pessoas conhecidas que tiveram a doença após a aposentadoria. Ao conhecer as outras mulheres, conversando, viu que a dificuldade delas era arrumar emprego por conta da idade já avançada. O objetivo principal de se criar a cooperativa era a geração de trabalho e renda para as mulheres. (COOPART, Cidade Ocidental/DF).

A experiência da COOPART é emblemática como exemplo das alternativas criadas pelas próprias mulheres para fazerem frente ao conjunto de dificuldades que se apresentam no contexto em que vivem, como as Mulheres Criativas, de Fortaleza, que passaram a reciclar o que tinham de sobras em casa, se constituindo como coletivo e, a partir daí, buscando apoios diversos. Em sua narrativa, a afirmação de que

(...) não podíamos mais viver só detrás do fogão (...) a gente podia aproveitar o que tinha à disposição - retalho de tecido, papel e coisas que seriam jogadas fora. Somou a força de vontade e foi assim que nasceu o Grupo de Mulheres Criativas. (Mulheres Criativas, Fortaleza, CE).

Expressando, além das dificuldades e carências que as impulsionam a se organizar para gerar renda, o fato de que não se contentam mais em apenas “viver só detrás do fogão”, mostrando assim que as mulheres também têm outras necessidades, como a convivência e o aprendizado, como mais adiante elas mesmas vão evidenciar no seu relato.

A maioria das mulheres, mesmo registradas como pescadoras, desenvolve a função de marisqueiras, porque o registro não especifica função. A profissão de pescadora é ensinada pelos maridos, mas nem todos passam seus conhecimentos para as mulheres, muito ainda pela visão tradicional de que cabe a eles o sustento da casa ou mesmo de que “esta profissão é a deles”, deixando para elas outras práticas consideradas “mais leves”, como a coleta do sururu e mariscos. Em 2007, um grande desastre ecológico, com esgoto e resíduos químicos lançados no Rio Timbó pela Saint-Gobain Abrasivos, despejou restos industriais, causando a migração e mortalidade de peixes e, principalmente, dos mariscos, sururu, ostras e camarões. ‘Muitos peixes, que sabem nadar, foram para outros lugares, mas e o sururu e o marisco, que vivem grudados nas pedras?’ Aplacar a fome era a tarefa imediata, mas a mais importante era o retorno do pescado para o Rio Timbó. Para diminuir a fome contaram, durante seis meses, com cestas básicas fornecidas pela Prefeitura e insuficientes para o número de famílias atingidas (...) Para aumentar a feira, passaram a coletar as frutas do quintal; armaram uma tenda em praça pública e fizeram o porta a porta pedindo doação de alimentos (não queriam dinheiro, apenas alimentos). (Empreendimentos de Abreu e Lima/PE).

No relato dos empreendimentos de Abreu e Lima, Pernambuco, se evidencia a pobreza das famílias que vivem da pesca artesanal e de uma agricultura de subsistência que, ao enfrentarem a adversidade do desastre ecológico, se agrava bastante, passando por um quadro de grandes dificuldades. As mulheres trabalham, mas seu papel é considerado secundário em relação à atividade econômica central dominada pelos homens, refletindo assim a divisão sexual do trabalho. Pela situação de pobreza, muito provavelmente estas mulheres tenham uma carga grande de trabalho doméstico para dar conta. Neste contexto, uma crise como a que enfrentaram, coloca as mulheres na linha de frente da luta pela sobrevivência. Como resposta a esta situação, três grupos de mulheres então se articularam na comunidade, a partir da Colônia Z33: o de artesanato (Maré Arte); o de horta (Planeta Vida) e o de alimentação (Aquarius), criados nessa sequência, a partir das necessidades e possibilidades que foram surgindo.

Da mesma forma, os depoimentos de integrantes da Rede Pinhão dos Clubes de Troca, da Região Metropolitana de Curitiba, reafirmam o quadro de carência e depressão e falta de alternativas destas mulheres:

Maria contou que, em 2004, passava por vários problemas familiares e de saúde, já não tinha mais ânimo e forças, com profunda depressão, sem saber o que fazer da vida. Foi convidada para fazer visita no Clube de Troca Perpétuo Socorro. (...) Idair diz que em 2004, através de uma amiga que a convidou para participar da escolinha de Educação Popular e Economia Solidária na casa do Trabalhador, conheceu a proposta dos Clubes de Trocas. Lá foi convidada para formar um Grupo de Troca: "na minha comunidade, que era muito carente, as pessoas sem emprego e sem perspectiva, as mulheres eram depressivas e extremamente pobres. (Clubes de Troca, Região Metropolitana de Curitiba/PR).

Por fim, a experiência da Rede Industrial de Confecção Solidária, que confirma este quadro geral de vulnerabilidade, avançando numa particularidade importante: a inclusão de mulheres do sistema penitenciário, ainda cumprindo pena em meio fechado:

A RICS agregou mulheres desempregadas de comunidades carentes de Porto Alegre e região metropolitana, e um grupo de apenadas e egressas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, com dificuldade de inclusão no mercado de trabalho e com vulnerabilidades diversas (Rede Industrial de Confecção Solidária, RS).

À luz destes depoimentos que resgatam as motivações das mulheres na busca de trabalho, retomamos a discussão sobre as consequências da crise do mundo do trabalho, resgatando Pinto (2006) que chama atenção para o enfraquecimento dos vínculos sociais decorrente da mesma:

As consequências disso (da crise) dizem respeito, antes de tudo, a um enfraquecimento dos vínculos sociais, representados pelos direitos e pelas identidades forjados a partir da condição assalariada. O desemprego e o subemprego, ao assumiram um aspecto funcional ao atual padrão de crescimento, se traduzem em uma

miríade de formas precárias e vulneráveis de trabalho ou mesmo de sobrevivência. Nesse ambiente, a insegurança e a falta de horizontes marcam o comportamento individual, enquanto socialmente assiste-se à perda da coesão social. (2006, p. 21)

Segundo o autor, neste quadro, o trabalho assalariado perde seu papel de grande referência para a articulação de outras dimensões sociais como a família e a comunidade: "o que está sob ameaça é exatamente a centralidade do trabalho na produção de identidades e vínculos sociais" (Pinto, 2006, p.27). Indo além na análise da crise do trabalho, Castel (1998) fala de um contexto de instalação da precariedade que produz uma situação de "desestabilização do estável": assim, segundo o autor, não se trata mais de tentar reduzir as desigualdades, mas, ao contrário, de deixar o máximo de margem para o mercado, controlando apenas as consequências mais extremas do liberalismo. Como um dos resultados deste processo, Castel aponta **a desfiliação e a perda de identidade**, com os riscos do individualismo negativo e da perda de regulações coletivas que não está ligada apenas ao mundo do trabalho:

Essa diluição dos enquadramentos coletivos e de pontos de identificação que valem para todos não está limitada às situações de trabalho (...) Uma espécie de desinstitucionalização, entendida como uma des-ligação em relação aos quadros objetivos que estruturam a existência dos sujeitos, atravessa o conjunto da vida social. (Castel, 1998, p. 601-602).

Não se trata, no âmbito deste trabalho, de fazermos a discussão do quanto o enquadramento num paradigma salarial é significativo nos marcos do trabalho no Brasil. O que queremos trazer para discussão é que, se podemos falar de filiação das mulheres da economia solidária à algum enquadramento, sem dúvida é ao seu lugar na divisão sexual do trabalho, onde são as responsáveis primeiras pela reprodução e pelos cuidados com as famílias, principalmente em situação de vulnerabilidade, agravada justamente pelo processo de ajuste e de reorganização produtiva. É a partir daí que buscam o trabalho "fora" (de casa) compatibilizando-o, numa situação de desemprego e de agravamento das condições de vida que o país viveu a partir das políticas neoliberais na década de 1990, com o trabalho informal e precarizado. Como vemos nas narrativas, são mulheres em situação de baixa renda e vulnerabilidade, portanto, que não dispõem de recursos para buscar no mercado a contratação de serviços (empregada doméstica, lavanderias, faxinas, babás) ou produtos (alimentação já processada, etc.) para amenizar a dupla jornada. A economia solidária, com a possibilidade da auto-organização e da autogestão, aparece assim como uma alternativa importante pois, além de gerar trabalho e renda, permite a compatibilização com as tarefas de reprodução, com o trabalho doméstico e de cuidados que as mulheres realizam "naturalmente" em seu cotidiano.

Voltando ao tema da desfiliação, consideramos que, na medida em que o trabalho assalariado não se constituiu como alternativa para estas mulheres num contexto de retração e

de especialização do mercado de trabalho, podemos dizer que para elas a economia solidária significa uma possibilidade de enquadramento em outro paradigma, que dialoga diretamente com as questões centrais que enfrentam no cotidiano, na condição de terem que compatibilizar as atividades reprodutivas e de cuidados com o trabalho remunerado.

5.2 COMO SE DEU A ORGANIZAÇÃO INICIAL DO EMPREENDIMENTO?

(Ainda dialogando com a hipótese 1)

O que a gente tinha era pouca coisa. Daí procuramos vários órgãos, vários lugares pra a gente se encontrar e achar uma solução pro nosso cotidiano. Que a gente trabalhava e a gente vendia pra comprar o leite e o pão pra ajudar no auxílio da casa, e a gente correu atrás e conseguiu um espaço. Daí veio o problema a matéria-prima, que a gente não tinha, o que a gente tinha era pedaços de retalho em casa. Fizemos cursinho onde a gente buscava vidros e latas e a gente começou a trabalhar com vidro e lata. Aí veio o fuxico, a gente começou com o retalho, a gente começou a produzir e vender e com aquela venda a gente começou a conseguir o material. E assim a gente tem se sustentado, já, há dois anos nessa nova casa, faz dois anos que a gente tem esse grupo, e a gente se mantém assim, né... trabalhando, buscando uma empresa que faça uma doação... tem material parado... (Mulher que faz/Novo Hamburgo/RS)

Como as prefeituras estão mais próximas das comunidades por serem as responsáveis constitucionais pelo atendimento básico das políticas públicas em várias áreas, principalmente as políticas de assistência social, para muitos destes grupos, o ponto de encontro inicial são os CRAS (Centros de Referência de Assistência Social) com o atendimento sócio assistencial. A partir daí são estimulados a darem continuidade de alguma forma à busca de alternativas de trabalho e renda. Mas a políticas sócio assistencial em seu desenho não avança nisto, e os municípios, com raras exceções, também não. Alguns até tentam constituir saídas na linha da inclusão produtiva, mas ainda de uma forma pontual e totalmente desarticulada com a área de desenvolvimento econômico, portanto sem conseguir efetivar alternativas mais articuladas e permanentes de geração de trabalho e renda para as mulheres integrantes dos projetos sócio assistenciais.

O projeto foi da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Marituba (SEMADS) como uma proposta de mudança da realidade sócio econômica das famílias atendidas pelos CRAS, a partir de conhecimentos específicos na área de empreendedorismo solidário e fomentando estratégias de sobrevivência, geração de renda e resgate da cidadania, com foco voltado principalmente às mulheres pelo seu importante papel junto às suas famílias. Inicialmente, para os grupos participantes do Projeto, com seus segmentos de produção, foram realizados cursos nas diversas especialidades: culinária, artesanato, bordado, pintura, crochê, bijuterias, reciclagem, etc. Os grupos foram formados de segmentos diversificados, por bairros, para facilitar a comunicação e o trabalho. Da formação dos grupos até o momento de conseguir um local para realizar a comercialização foi um grande percurso, mas agora os grupos estão expondo na Praça da Matriz de Marituba, o que já se constitui numa referência na cidade. (Arte na Praça, Marituba/PA).

Os cursos de capacitação realizados pela prefeitura obedecem à lógica da divisão sexual do trabalho, não estimulando que as mulheres possam ter outras alternativas para busca de novos mercados para seu trabalho. Não há uma preocupação com uma reconversão desta capacidade produtiva para produtos e serviços que pudessem compor leque alternativo orientado por demandas reais do desenvolvimento local, que garantisse mercado contribuindo com a sustentabilidade dos empreendimentos e rompendo com a lógica de confinamento das mulheres no que elas fazem a partir da experiência doméstica. Conforme demonstram várias das narrativas, este problema é bem representativo das situações que as mulheres vivem na economia solidária.

Tudo começou quando 3 mulheres fizeram um curso oferecido pela prefeitura da cidade, de artesanato, do projeto Cidade Livre. A primeira reunião aconteceu no dia 30/05/2003, na qual participaram 50 mulheres. A prefeitura com a Secretaria da Indústria e Comércio, ajudou com as documentações e formação, dando palestras sobre o que é cooperativa e como fazer para organizar uma. Aconteceram várias reuniões até se conseguir o registro em outubro de 2004, restando apenas 21 mulheres. Neste mesmo ano, com alguns apoios e parcerias, fizeram um projeto para conseguir a sustentabilidade. Hoje, são 36 cooperadas e 2 homens. No começo era muito difícil, não tinham recurso nem para comprar os retalhos para fazer os fuxicos. A malharia que fazia doações de retalhos ficava bem longe da casa da presidente, então iam de carrinho de mão buscar. Conseguiram uma máquina de costura emprestada e começaram a fazer calcinhas, mas faltava um bom acabamento, pois precisavam ter outro tipo de máquina para isso. Com muitas dificuldades, conseguiram comprar a máquina, mas ainda assim tinham dificuldade em comercializar. A prefeitura cedeu uma loja que é a Casa do Artesão, onde comercializam até hoje. Começaram a catar lata na rua para fazer um fundo de caixa da Cooperativa, foi quando uma das cooperadas teve a ideia de aproveitar as garrafas pet, e a partir delas faziam bonecos com as tampinhas, bijuterias e pufes. (COOPART/DF).

A leitura destas narrativas nos mostra a atuação das prefeituras de forma fragmentada e episódica, a partir de uma lógica “liberal” em que o Estado apoia a livre iniciativa dos sujeitos econômicos que, a partir de suas próprias iniciativas, com seus próprios recursos, vão disputar o mercado. Reunidas, em boa parte das situações, pelas políticas sócio assistenciais, estas mulheres se encontram em uma situação de vulnerabilidade que não lhes permite acessar os “capitais” necessários para que, desta forma, pudessem se instituir com sucesso econômico. Portanto, apesar das ações pontuais, a lógica da pobreza se reproduz, como nos coloca Amartya Sen (2009, p. 109) com sua formulação da pobreza como privação das capacidades e a necessidade de uma ação integral para romper com ela.

De outro lado, o Espaço Mulher, em Teresópolis, Rio de Janeiro, resulta de um processo onde, a partir das demandas e da mobilização das próprias mulheres em articulação com ações públicas de várias áreas, a iniciativa foi constituída pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres do município, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social

e Economia Solidária, para fomentar a autonomia econômica das mulheres, gerando renda e inclusão social, o que nos parece, pelo menos na fase inicial, uma história diferenciada, mesmo que ainda longe do que seria o ideal:

Foi realizada no ano de 2008, em Teresópolis, região serrana do estado do Rio de Janeiro, em comemoração ao Dia 8 de Março, a 1ª feira feminista de economia solidária no pátio da prefeitura municipal, fruto de uma iniciativa da Secretaria dos Direitos da Mulher (SMDM) com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Economia Solidária da prefeitura municipal. Para a realização dessa feira, foi aberto um edital convocando as artesãs que fossem residentes há mais de um ano na cidade. O número de inscritas foi surpreendente: cerca de 200 artesãs! A feira foi realizada nos dias 7 e 8 de março de 2008 e contou com um grande número de visitantes. Foi um sucesso! Dessa forma surgiu a ideia de se criar uma feira permanente de economia solidária e feminista, e assim nasceu o Espaço Mulher. (Espaço Mulher/RJ).

Pode-se perceber na narrativa deste caso, que diferentemente da maioria das situações onde a porta de entrada dos empreendimentos é através da assistência social, em Teresópolis já existia um espaço institucional na prefeitura para fomentar a economia solidária que, juntamente com a área das políticas afirmativas voltadas às mulheres, produz outro tipo de proposta que já surge articulada num outro conceito de afirmação de direitos e de relação com a esfera econômica, que, mais tarde, com a troca de governo e com problemas de gestão da prefeitura, vão se enfraquecer.

No esforço de auto-organização das mulheres, uma das primeiras dificuldades que se apresentam é a falta de espaço para a realização do trabalho coletivo o que, considerando-se sua situação de vulnerabilidade, e um fator decisivo. Para estas mulheres é na possibilidade do encontro num espaço compartilhado, e do entrelaçamento das carências e dos diferentes saberes, que se afirma a identidade de grupo e a capacidade coletiva de fazer frente às adversidades construindo alternativas em conjunto. O espaço significa o abrigo e a possibilidade de continuidade que permite a auto-organização para o trabalho e para a comercialização. É uma referência, um ponto comum: é a “casa” do empreendimento – o que remete à relação que as mulheres têm com a “casa” como lugar de reprodução e de cuidados com a vida. A ideia do espaço do empreendimento como a “casa” do trabalho, e aqui também podemos remeter ao conceito de economia como “o cuidado com a casa”.

Dos empreendimentos narrados, em dois deles encontramos esta situação: o Mulher que Faz, de Novo Hamburgo/RS conseguiu uma sala com a prefeitura em um equipamento voltado a abrigar projetos sociais e a COOPART, de Cidade Ocidental/DF conquistou, também junto à prefeitura local, uma loja na Casa do Artesão, embora a produção tenha continuado na casa de uma das integrantes. O Espaço Mulher, de Teresópolis/RJ e o Arte na Praça, de Marituba/PA, passaram a expor em praças da cidade, em articulação com as respectivas

prefeituras. Os demais ou funcionam na casa de uma das integrantes ou conseguiram espaços com alguma parceria:

(...) o problema do espaço pra trabalhar, que a gente passou um tempo parada porque não tinha espaço e isso dificulta, né...O problema da matéria-prima pra produzir, cada uma traz o que tem, a gente recicla um monte de coisa, tecido, vidro, lata...mas a gente precisava de uma coisa mais certa, que desse mais... E também máquinas decentes, né.....Pra bem dizer, a gente precisava de um monte de coisas...Precisava de lugar certo pra vender... (Mulher que Faz, NH/RS)

Eu e uma amiga passamos a nos reunir para arrumar um espaço onde pudéssemos fazer as trocas. Conseguimos o local e com o apoio do CEFURIA e com oficinas de trocas, no ano de 2007 foi inaugurado o Clube de Trocas Nova Semente (Clubes de Troca, Região Metropolitana de Curitiba/PR).

No início, o grupo funcionava no salão do Idoso que existe na comunidade, era muito difícil porque tinham que levar e trazer as coisas. Cada uma levava um pouco. Hoje o grupo está funcionando num local alugado, o que facilita o trabalho das mulheres. (Mulheres Criativas, Fortaleza/CE).

Outro problema importante é o tipo de produção: por se tratar de mulheres em situação de vulnerabilidade social, em muitas ocasiões, não há condições financeiras para a compra de matéria-prima. A produção é feita a partir da reciclagem do que elas têm em casa (retalho, vidro, lata, garrafa pet) ou, na melhor das hipóteses, de doações - como no relato do Mulher que Faz e da COOPART - o que acaba limitando bastante o que é produzido e, por consequência, a potencialidade de venda também. É o mesmo caso do Mulheres Criativas, de Fortaleza/CE, que surge como empreendimento a partir da reciclagem de materiais que as próprias mulheres têm em casa. A produção deste tipo de artesanato pode ser feita praticamente sem equipamentos e com instrumentos simples, como por exemplo o “fuxico” que é retalhos de tecido costurado à mão, o tricô, o crochê, a pintura, o bordado, a customização de roupas usadas, a reciclagem de vidro, latas, garrafas pet, etc. Este trabalho, juntamente com a produção com fibras e palhas, bem como o artesanato com sementes e materiais extraídos diretamente da natureza, é possível de ser feito na condição de carência da maioria dessas mulheres. Mas quando aparece a possibilidade de avançar, como o caso da COOPART com a confecção, enfrentam o problema da logística (transporte dos retalhos com carrinho de mão) e das máquinas necessárias para a produção que, pelo menos num primeiro momento, são inacessíveis a estas mulheres, a não ser como doação ou empréstimo.

Aos poucos, a pesca voltou ao Rio Timbó, mas, como era de se esperar, as mulheres continuavam as mais prejudicadas. O peixe, que nadou na época do desastre, foi voltando, mas o restante (o marisco, o sururu) havia morrido. Justamente o que possibilitava renda para as mulheres. Assim começa a história do primeiro grupo, o Maré Arte, fruto da constatação das próprias mulheres e da Associação de que precisavam gerar renda, de outras fontes além do marisco. O segundo grupo, o Planeta Vida, se caracteriza como de Horta Comunitária. Foi no final de 2008 que começou a

se organizar, a partir de uma iniciativa da UFPE. "A gente tinha terra, mas não plantava", dizem elas, que já tinham consciência da possibilidade de retorno financeiro com a atividade agrícola, já que praticavam a coleta e venda de frutas do quintal. O terceiro grupo – Aquarius – é especial. "nasceu da experiência dos outros; aprendemos com os erros e estamos construindo diferente". Relatam que, muito antes de 2010, quando o grupo começou efetivamente a se formar, a diretoria da Colônia já vinha pensando na criação de um grupo de alimentação. Principalmente para atuar em festas da comunidade e reuniões, a exemplo do que já ocorre em outras colônias. A iniciativa visava agregar valor aos pescados, bem como possibilitar, com o desenvolvimento das receitas, o aumento sustentável da renda familiar. (Empreendimentos de Abreu e Lima, PE).

Para fazer frente à crise, as mulheres, que ficaram prejudicadas com a morte dos mariscos, ostras e sururus, e que eram consideradas coadjuvantes nas atividades da pesca, iniciam um processo de auto-organização em três grupos diferentes, sucessivamente, um aprendendo com a experiência do outro: artesanato, horta comunitária e alimentação. É o esforço de se unir para fazer frente às dificuldades comuns: o trabalho associado e solidário como alternativa de sobrevivência.

Dentro da estratégia de viabilização destes empreendimentos, os cursos e oficinas de capacitação cumprem um papel importante, segundo as narrativas: é o caso da quase totalidade dos empreendimentos, que têm nas capacitações não apenas a qualificação técnica, mas o fortalecimento do encontro e da elaboração coletiva, transformando-se em momentos importantes de apoio à produção. Os cursos são demandados principalmente junto aos municípios, mas também – em algumas situações – junto a entidades de apoio (Mulher que Faz e COOPERMUPS) e universidades (empreendimentos de Abreu e Lima).

A partir de reuniões das mulheres surgiu um grupo de Formação Política e, a partir dessa formação, passaram a coordenar o Projeto de Desenvolvimento Margarida Alves em parceria com a Visão Mundial (entidade). Em 2001, iniciou-se o processo de capacitação para idealização da cooperativa. Como resultado deste processo, em setembro de 2002, foi criada e instituída a COOPERMUPS, com cerca de 20 mulheres cooperadas. No mesmo ano, já tinha seu primeiro contrato, fazendo a alimentação de um evento do SECOM – Sindicato dos Comerciantes de Mossoró e Região Oeste do RN, depois obtendo vários contratos de prestação de serviços, alimentação e limpeza. (COOPERMUPS/RN)

No final de 2007 o IPA, que se tornou parceiro neste período, propiciou um curso de artesanato (casca de marisco, sururu, ostra...) para 10 mulheres da comunidade. Esta primeira iniciativa não frutificou, porque acabaram produzindo apenas para si, mas acabou ganhando fôlego a partir de uma segunda parceria, em 2008, com a Universidade Federal de Pernambuco, através do programa Conexões de Saberes. Chegaram pelas mãos de Edilson, "filho da comunidade", e integrante do programa, que trouxe Ana Emília, professora do curso de design e coordenadora do Conexões. Com ela, novas possibilidades: trabalharam a identidade; o aproveitamento de diversos materiais e começaram a produzir acessórios femininos para comercializar. O nome do grupo: Maré Arte, remetendo ao lugar onde vivem, onde e o que produzem e de onde tiram a matéria-prima para sua produção. (Maré Arte, Abreu e Lima/PE).

Também há depoimentos, como o do Planeta Vida que mostra que, às vezes, os cursos são muito teóricos e organizados sem levar em conta a realidade dos empreendimentos, sem uma relação orgânica com os mesmos e não considerando as necessidades concretas do processo de produção e de organização do trabalho, o que gera desestímulo e mesmo desistência:

Começou com 11 mulheres e apenas um homem, mas as aulas teóricas desmotivavam o grupo, além de apresentar inúmeras dificuldades: eram realizadas aos sábados e muitas das integrantes, que aproveitavam o sábado pela manhã para comercializar o pescado na feira, vinham sem almoço para o curso, realizado na sede da Colônia. Logo, portanto, quiseram partir para a prática. Decidiram plantar coletivamente, nos sítios das pessoas envolvidas. Todas juntas plantavam, todas juntas limpavam, todo o grupo colhia. A tarefa de aguar as plantas ficava para quem morava no sítio. Esta experiência foi implantada em dois locais distintos, mas, com o tempo, um deles desistiu e a experiência ficou circunscrita ao sítio "das meninas", todas da mesma família. Atualmente são quatro integrantes que, em sua maioria, continuam na pesca durante dois ou três dias da semana e três delas integram também o grupo da alimentação. (Planeta Vida, Abreu e Lima/PE)

Este depoimento também demonstra a importância das relações familiares como um elemento articulador e de sustentação destas iniciativas constituídas em contexto de vulnerabilidades.

Começou a se materializar quando um curso de gastronomia, através de uma parceria da Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura com a fábrica de farinhas Sarandi, foi realizado, durante a 7ª edição da semana do peixe, em setembro de 2009. Peixes como manjuba, budião, saúna e carapicú, apesar de abundantes na região, possuem baixo valor comercial. Pouca coisa foi produzida, entretanto, até setembro de 2010 quando, por ocasião da 1ª Feira de Agricultura Familiar e Reforma Agrária de Pernambuco, no Marco Zero no Recife, decidiram colocar seu aprendizado em prática. Para lá, produziram e comercializaram coxinha, pastel, risolis, esfirras e tortas. Atraiu a atenção, rendeu lucros bastante significativos diante do custo apresentado e empolgou. Desde lá, não pararam mais de produzir coletivamente e participam de todos os eventos que conseguem descobrir, bem como aceitam encomendas para festas, simpósios e reuniões. Atualmente oito mulheres integram o Aquarius e, no momento, acreditam não ter condições para aumentar o grupo (Aquarius, Abreu e Lima/PE).

Podemos dizer também que a experiência de constituição dos grupos de mulheres de Abreu e Lima, em Pernambuco esboça numa espécie de cadeia produtiva local, com atividades de pesca artesanal e agricultura de subsistência (Planeta Vida), indo para o artesanato (Maré Arte) com matéria-prima da pesca, e para a alimentação com matéria prima da pesca e da agricultura (Aquarius), surgida no esforço de fazer frente à adversidade enfrentada pela comunidade quando o Rio Timbó, fonte de alimentação da vida na região, foi poluído por resíduos químicos.

1º. Nó – A fé e o golpe: Dada a situação de vulnerabilidade, desemprego e falta de alternativas, várias mulheres começaram a se reunir na igreja, com a ideia inicial de

começar uma cooperativa, em início de 2010, para gerar trabalho e renda. A partir desse objetivo buscaram o apoio do pastor que motivava o grupo para que a cooperativa fosse formada, propagandeando que, em pouco tempo, as mulheres (por volta de 20) iriam receber cerca de R\$ 500,00. Assim, foi solicitada a documentação de todas, dizendo que seria um trabalho com a fabricação de ração humana. As mulheres foram encaminhadas pelo pastor a um banco de alimentos na Vila Maria, onde todas fizeram uma grande faxina no local, depois receberam uma quantidade grande de frutas e verduras para limpar e, em seguida, congelar. No mesmo local, foi feito um almoço coletivo. No dia seguinte, outra turma foi levada para este lugar e repetiram o trabalho do dia anterior. Esse foi o primeiro nó e representou, desta forma, a grande decepção do grupo. As mulheres acreditaram na proposta, se motivaram, se mobilizaram e realizaram algumas tarefas e no entanto, nada! Foi criada uma expectativa que não se realizou, muitas mulheres estavam contando com o dinheiro que foi prometido, e que não se concretizou. Frustração. Mas também foi um momento dessas mulheres mostrarem a sua capacidade de enfrentar problemas e, apesar de tudo, manter acesa a chama da esperança. (Arte com Sabor, Brasilândia/SP).

Os clubes de Troca da Rede Pinhão surgiram em 2001, em Curitiba-PR, com os(as) moradores(as) do Bairro do Sitio Cercado e, com o apoio do CEFURIA e de educadores da Rede de Educação Cidadã, foi implantada a moeda Pinhão. Aos poucos, foram se agregando participantes e apoiadores. Os grupos foram se multiplicando, atingindo o número de 22 grupos que se articulavam em forma de Rede. Com participação importante das mulheres. (Rede Pinhão de Clubes de Troca/PR).

Em 2005, a ONG Guayí e o Grupo Hospitalar Conceição (que agrega quatro grandes hospitais, localizados em Porto Alegre, que atendem exclusivamente pacientes do SUS) assinaram um Termo de Parceria que tinha como objetivo a implantação de uma rede autogestionária de empreendimentos solidários para a confecção da roupa hospitalar envolvendo grupos informais de mulheres desempregadas de comunidades carentes de Porto Alegre e região e um grupo de apenadas da Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

A RICS, com sua experiência, inova em aspectos importantes. O primeiro, a ideia do trabalho industrial na economia solidária, feito de forma associativa e autogestionária, indo bem além do padrão recorrente das experiências das mulheres na economia solidária, que enfrentam justamente a falta de um mercado mais efetivo e regular para seus produtos, de forma que possam ter um patamar mínimo assegurado de trabalho e renda, a partir do qual possam se colocar no mercado em melhores condições para a busca de demandas complementares. Outro, é trazer para o trabalho prisional o aprendizado da autogestão, que permite que, como no caso da Penitenciária Feminina Madre Pelletier, se fomente o empreendimento em meio fechado e se possa dar seguimento, com mulheres que acessam a progressão penal e mesmo egressas do sistema.

De início, já enfrentamos um duplo desafio: aprender a costurar a roupa hospitalar e implantar a autogestão, despertar o empreendedorismo em mulheres que estavam descartadas do mercado de trabalho. Cada grupo se organizou internamente, estabelecendo seu funcionamento e, ao mesmo tempo, que devia se adequar com as necessidades da produção em rede, com a montagem de uma metodologia e de uma logística que desse conta de tudo isto. Foram tempos de muita correria. Em 2007, uma

ex-apenada do grupo “Liberdade” (interno do Presídio) fundou um grupo de mulheres em Cachoeirinha, que também passou a integrar a Rede. No final de 2008, resultado de uma parceria entre a Escola Calábria e a Guayí, foi fundado um novo grupo na rede, o grupo “Aracaju”, localizado na comunidade da Vila Nova. Após enfrentar problemas relacionados à violência e segurança, o grupo acabou fechando em 2010 e uma de suas trabalhadoras passou a integrar o Semente, que surgiu em 2009. Passaram pela rede mais de dez ex-apenadas, oriundas do grupo fechado, que passaram para o regime semi-aberto, e algumas já estão em liberdade. Hoje estamos com sete compondo os empreendimentos, além do grupo Liberdade, na penitenciária, em regime fechado (RICS, Região Metropolitana de Porto Alegre/RS).

Estas narrativas nos falam diretamente da realidade de mulheres que, em situação de vulnerabilidade, buscam alternativa para gerar trabalho e renda de forma compartilhada, com as condições que estão ao alcance. As histórias de constituição destes empreendimentos reforçam a compreensão de que, a partir de diferentes trajetórias, em diferentes lugares, com diferentes apoios, se vive uma mesma sina: são mulheres pobres, com a responsabilidade de reprodução e de sustentação de suas famílias que encontram, de forma associativa, variadas alternativas de inclusão com algum resultado econômico (por menor que seja). Desta forma, estes empreendimentos efetivamente promovem a integração social das mulheres e são mais flexíveis, mais criativos e mais próximos da população. Estes empreendimentos de mulheres se relacionam com diversos serviços sociais e políticas públicas, bem como têm participação ativa nos movimentos sociais e comunitários por melhores condições de vida, resolução de problemas urbanos, participação nos espaços públicos de controle social e discussão das políticas públicas.

Podemos dizer que, ao mesmo tempo em que mostram um quadro de dificuldades diversas, estes relatos reafirmam a responsabilidade das mulheres com o cuidado e com a reprodução de suas famílias e comunidades, dentro dos parâmetros da divisão sexual do trabalho, onde a esfera reprodutiva é, centralmente, responsabilidade das mulheres. Nestas histórias, a geração de trabalho e renda de forma associativa aparece como extensão do seu papel “natural” na divisão sexual do trabalho, concentrando-se em segmentos produtivos “femininos”, compatibilizando-o com o trabalho doméstico e reprodutivo e criando, assim, formas de sustento para si e suas famílias. Portanto, as mulheres na economia solidária como estratégia de sobrevivência e inclusão econômica e social. A economia solidária, assim, tem se apresentado como uma resposta possível, tanto do ponto de vista conceitual como concreto, prático.

5.3 O ESTADO DA ARTE: COMO ESTES EMPREENDIMENTOS ESTÃO HOJE E COMO SE SITUAM NO ÂMBITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA? (HIPÓTESE 2)

Para contextualizarmos estes empreendimentos, recuperamos o cenário de fundo no qual eles surgem majoritariamente, considerando que, a partir das últimas décadas do século XX, ocorrem mudanças importantes no padrão de acumulação capitalista, tendo como uma de suas consequências, a desregulamentação das relações de trabalho, gerando o desemprego, o subemprego e a precarização, alimentando um processo de perda de direitos que vem agravar a exclusão. No Brasil, os custos sociais das políticas neoliberais dos anos 90 se efetivam num contexto histórico-estrutural de significativa desigualdade social, onde podemos perceber um processo de feminização da pobreza: as mulheres, pelas responsabilidades com o trabalho reprodutivo, têm mais dificuldades de conseguir trabalho assalariado formal, estão mais em situações informais e precarizadas, têm mais dificuldades para o trabalho autônomo por terem menos acesso ao crédito, à propriedade e à terra. Numa análise das mudanças que afetam as estruturas familiares no Brasil, Sorj (2008, p. 78) apresenta dados da PNAD/IBGE que mostram a tendência de crescimento significativo das famílias monoparentais femininas nas últimas décadas no Brasil:

Enquanto o tipo de família composta por casais e filhos declinou (embora ainda seja a forma mais comum no Brasil, as chefiadas só por mulheres cresceram expressivamente – passaram de 11,7% nos anos 1980 para 18,2% em 2006. Nas famílias monoparentais femininas, as mães são em geral as únicas provedoras e cuidadoras da casa, de modo que se exacerbam as dificuldades em conciliar o trabalho remunerado e os cuidados com o lar. (SORJ, 2008, p 78).

Além disso, no Brasil não tivemos um “Estado-providência” e nem chegamos a garantir boa parte das conquistas resultantes da Constituição Federal de 1988, com as possibilidades de universalização de direitos. Com os cortes de investimentos para políticas sociais resultantes das receitas de ajuste e de estado mínimo nos anos 1990, se agravam as já difíceis condições de reprodução das famílias vulneráveis, pesando ainda mais sobre as mulheres as responsabilidades com sua manutenção.

Neste contexto, estes empreendimentos foram sendo construídos pela prática concreta de suas integrantes, empiricamente, agrupando iniciativas diversas que apostam mais nas necessidades e interesses coletivos e na solidariedade do que na busca do lucro. A participação das mulheres na economia solidária se dá, neste quadro, desde um lugar historicamente feminino de acordo com a divisão sexual do trabalho, de resolução das demandas familiares e comunitárias, numa estratégia de luta pela sobrevivência e por uma vida melhor. É importante salientar que, neste estudo, não estamos tratando de empresas recuperadas – com sua história/memória/estrutura do trabalho assalariado, onde a presença das mulheres é

pequena, e onde já há uma certa capacidade de acessar crédito e mercado. Também não estamos tratando aqui da agricultura familiar com sua história/memória/estrutura da produção familiar (onde há um sindicalismo forte, muitas associações e cooperativas organizadas e o movimento das mulheres trabalhadoras rurais, organizado desde os anos 1980, além de organizações produtivas solidárias de mulheres que são referência), para a qual já há um conjunto de instrumentos e ações que compõem as políticas públicas de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Estamos falando principalmente das mulheres que acessam a economia solidária a partir da exclusão urbana e que, pela situação de vulnerabilidade, dão conta de uma jornada pesada de reprodução de suas famílias, e passam a gerar renda a partir de sua vivência doméstica e de seu trabalho em casa, com recursos e instrumentos pessoais, muitas vezes precários, com reciclagem de materiais, doações de matéria prima, busca de parcerias – via de regra pontuais e desarticuladas - para espaço de produção, para comercialização e apoios diversos. Portanto, é fundamentalmente por força das necessidades básicas de sobrevivência que as mulheres se associem e estabelecem laços de cooperação e de solidariedade, o que, na situação de vulnerabilidade que enfrentam, tem um papel muito importante.

A gente tem força de vontade e isso é muito bom, né. A gente é um grupo que tem respeito, união, solidariedade...cada uma sabe fazer muita coisa...e a gente faz. A gente se ajuda (...). (Mulher que Faz, NH/RS).

Participavam de várias feiras locais, mas não vendiam quase nada pois a população era muito carente, as vezes vendiam fiado, às vezes não recebiam e a desvalorização do trabalho era muito grande. Em 2005, conheceram as propostas e a política da Economia Solidária, foi quando melhorou um pouco as vendas, pois passaram a participar do Projeto de Feiras do IMS, mas mesmo assim não era o suficiente pra sobreviver. Em 2008, conheceram o Banco Providência, quando fizeram um empréstimo, o que não viabilizou a COOPERATIVA, pois estavam com muitas dificuldades financeiras, mas não desistiram. Em 2009, ficaram sabendo que na Caritas tinha um projeto de Bazares, e como faziam parte da Economia Solidária, conseguiram receber os tecidos. Foi aí que mudaram as suas vidas de verdade: compraram algumas máquinas e matéria prima, fizeram um curso de costura e começaram a costurar com os tecidos melhorando assim sua produção e suas vendas. Em 2010, fizeram um projeto para o fundo Ecumênico da Caritas, foram contempladas com R\$ 5.000,00, o que permitiu comprarem as máquinas que faltavam. Em 2011, participaram da Oficina de formação do CFES/DF, aonde apreenderam colocar preço nos produtos, melhorando a formação em Economia Solidária, fizeram um exercício de trocas solidárias, vendo como se começa e mantem um Fundo Rotativo Solidário. As parcerias realizadas foram muito importantes para o fortalecimento da Cooperativa, ajudando na viabilização da mesma. Fazendo parte da rede de Empreendimentos, o grupo conseguiu qualificar a produção e melhorar a comercialização. Com a prefeitura e a Secretaria de Indústria e Comércio, com metodologias de formação, tiveram cursos de organização e gestão da Cooperativa, e plano de negócio. Participando do Fórum de Economia Solidária do DF e Entorno, conseguiram a visibilização dos seus produtos e a participação em Feiras no DF e no Brasil. (COOPART, Cidade Ocidental/DF).

Mesmo considerando-se a diversidade regional, cultural e de parcerias, a história destes empreendimentos é recorrente: produzir a partir da reciclagem, de sobras e de doações, com o conhecimento e com os instrumentos que se tem, vender "pingadinho" para um mercado de baixo poder aquisitivo, ou não vender por falta de compradores ou de oportunidades de venda. Contato com parceiros que apoiam com cedência de espaço, alguma possibilidade de investimento ou de curso de capacitação, participação no movimento de economia solidária, nos fóruns e diálogo com as políticas públicas. Chegar a tomar empréstimo – quando se consegue - correndo o risco de ficar com mais dificuldades ainda. E, neste processo, tornarem-se visíveis, reconhecidas como integrantes da economia solidária, o que incide no fortalecimento da identidade do grupo e na autoestima das mulheres.

A Comercialização: no começo era muito mais difícil, as mulheres tiveram que conquistar seus espaços, mostrar pras amigas e familiares. Aí foi se tornando conhecido (o empreendimento). Hoje expõem numa loja criada pela Rede Estrêla de Iracema para produtos da Economia Solidária, participam de Feiras de Ecosol. Também vendem pras amigas, aceitam encomenda, inclusive lembranças de aniversário e outros eventos. Aproveitam os eventos da comunidade, como festa de padroeiro, atividades dos idosos, exposição no espaço físico do grupo. (Mulheres Criativas, Fortaleza/CE)

A comercialização destes empreendimentos é difícil: em primeiro lugar porque, em sua maioria, não produzem produtos de primeira necessidade. O artesanato, tendo uma função ornamental e mesmo utilitária, não é um produto com grande escala de vendas, com raras exceções (turismo, eventos e feiras especiais, etc). Além disto, o artesanato a partir da reciclagem, nas condições de produção da maioria destes empreendimentos, via de regra tem como mercado os próprios segmentos populares das comunidades onde os empreendimentos se assentam, ou seja, uma população com baixo poder aquisitivo, que compra este tipo de produto apenas em algumas ocasiões (para dar presentes, etc.). As encomendas, assim, aparecem como uma boa possibilidade, permitindo planejar a produção, mas pelo tipo de produto, com pouco valor agregado, o mercado é restrito, eventual e pobre.

A grande dificuldade é conseguir que a produção dê sustentabilidade para a Cooperativa. Tiveram muita dificuldade para encontrar um produto que garantisse mercado para o sustento. Já tentaram com o fuxico, com palhacinho de tampa de garrafa, com puff de Pet, bijuterias, calcinhas, mas não deu. Foi quando conheceram a Caritas e assim conseguiram várias encomendas de bolsas para as oficinas, o que começou a mudar um pouco este quadro. Também já fizeram uniformes para prefeitura. Conseguiram, com parceria, confeccionar os uniformes dos trabalhadores. Outra dificuldade é o fato da cooperativa não ter uma sede própria, onde possam produzir, comercializar e realizar cursos de capacitação. A Cooperativa é na casa da Presidente e não tem muito espaço. Os cursos feitos em parcerias com a Prefeitura, que paga os professores, dão uma boa visibilidade para a Cooperativa, pois são ofertados à comunidade. O problema é que, funcionando toda manhã de segunda a

sexta, só resta o turno da tarde para o trabalho, reduzindo a produção e dificultando a entrega das encomendas. (COOPART, DF).

4º. Nó – A mudança: Uma vez escrito o projeto, o padre que tinha sido grande apoiador do grupo foi transferido. Nesse meio tempo elas souberam que o projeto foi aprovado e, este estava vinculado à conta bancária da paróquia, que também oferecia como contrapartida o espaço da paróquia e tinha como um dos objetivos a ampliação do projeto e do grupo. Essa mudança trouxe uma série de transtornos e atualmente as mulheres estão tentando dialogar com o novo padre para acessar os recursos, garantir a contrapartida, etc. Deste Nó fica a lição de que os empreendimentos devem ter a preocupação de construir sua autonomia e a autogestão na sua organização. As parcerias são fundamentais, mas não podem substituir o próprio empreendimento. (Arte com Sabor, SP).

Se individualmente as mulheres têm avançado ao sair de casa, empreender coletivamente, buscar parcerias, fazer cursos de capacitação, etc, seus empreendimentos continuam frágeis pela impossibilidade de acessar recursos e condições para seu desenvolvimento e sustentabilidade. De alguma forma, reproduz-se a lógica de que o trabalho da mulher “fora”, é complementar, acessório e, portanto, não requer as condições para sua efetivação em um outro nível no contexto das relações econômicas como são concebidas e praticadas.

A repartição do lucro é investida na compra de material, o restante é dividido entre as participantes de acordo com o produziram, quanto mais produção mais rendimento. (Mulheres Criativas, Fortaleza/CE)

A divisão dos resultados obedece a lógica das necessidades básicas: comprar material para continuar produzindo e dividir a sobra, que, via de regra, é pequena. Prevalece a repartição igualitária, a não ser em caso de produtos diferenciados.

R\$ 90,00 foi o investimento inicial do grupo, obtidos com apoio dos parceiros e utilizados para comprar alguns materiais necessários. Para a primeira feira da qual participaram, no Centro de Artes e Comunicação da UFPE, lembram até hoje, conseguiram um empréstimo de R\$ 70,00 com “Seu Dega”, presidente da Colônia. Obtiveram R\$ 180,00 de retorno; pagaram o que deviam e dividiram o que sobrou igualmente, depois de guardarem R\$50,00 na caixinha. Eram seis mulheres e cada uma recebeu R\$ 10,00.(...) Do grupo inicial a maioria saiu, porque necessitavam de retorno financeiro imediato. Outras foram entrando, entretanto, e hoje a maioria das sete integrantes mora na cidade de Abreu e Lima e se mantém numa estrutura familiar. São irmãs, tias e sobrinhas trabalhando juntas, na casa de uma ou outra, já que não possuem lugar específico para sua produção. Comercializam em feiras, com o apoio e indicação dos parceiros. A maioria das feiras rende de R\$ 200,00 a R\$ 300,00, mas já houve em que conseguiram R\$ 600,00 e outras em que não vendem nada. Algumas vezes, passam dois ou três meses, sem feira para comercializar. Nesse período, voltam à pesca ou fazem alguma faxina para ajudar no sustento da família. (Maré Arte/PE).

As narrativas revelam o quadro de pobreza das mulheres e de fragilidade de suas iniciativas econômicas, onde a família, até pelo peso que tem nas responsabilidades femininas, também aparece como o espaço de articulação de algumas possibilidades.

Querem incrementar a plantação, pensam em aumentar o grupo, seja com família ou vizinhos, e também acham que é necessário a presença de alguns homens, para ajudar no serviço mais pesado. De apoio dos homens, só contam mesmo com algum material que é emprestado por eles: o carrinho de mão e o tonel de água do tio (não possuem água no local); a enxada do pai (que tem que ser devolvida diariamente, no horário marcado). Mas as dificuldades são imensas já que, além da água, não possuem instrumentos adequados para o trabalho e já chegaram a molhar as plantas com balde e canequinho, pois não possuíam regador. A renda obtida com a venda de coentro (o principal plantio do grupo atualmente) ainda não permite investimentos nestes materiais e mesmo com a verba que receberam do Projeto Descobrimo Tesouros (também da UFPE) não conseguiram comprar alguns deles, já que materiais permanentes não constavam da rubrica. Com a verba, de 430,00 compraram 4 pares de bota, uma mangueira de 50 metros e sementes, que estão armazenadas esperando a estiagem, já que as fortes chuvas do período acabaram também atrapalhando a produção. (Planeta Vida/PE)

Para fazer frente à precariedade das condições de trabalho, as mulheres articulam alternativas e parcerias diversas. Mas a situação de pobreza é grande e ainda não há uma política pública integrada e sistemática que possa dar um suporte para que estas iniciativas se estabilizem e se desenvolvam. As ações de apoio são pontuais e a descontinuidade pesa decisivamente frente à fragilidade dos grupos. Os homens aparecem como mais instituídos e com mais poder, sendo uma referência a que se pode recorrer em algumas circunstâncias.

Os grupos que fazem parte do Arte na Praça, são autogestionários e comercializam em coletividade, são formados por 8 a 10 mulheres em média, de bairros carentes oriundos de ocupações, com sérios problemas de infra-estrutura, vulnerabilidade e violência. O movimento de comercialização ainda é fraco para a sustentabilidade dos grupos, apesar da Ação Social promover eventos culturais para atrair a população e assim divulgar o trabalho. A maioria a população do município é de baixa renda, o que restringe a comercialização. Seria necessário outras técnicas, para melhorar ou diversificar o produto para alcançar o objetivo de sustentabilidade dos grupos. Assim, os grupos de produção passaram por dificuldades para se manter e para a própria permanência na feira, pois a remuneração ainda tímida não cobre as necessidades financeiras básicas. O que os grupos trazem, então, é a solicitação de mais apoio, a possibilidade de diversificar os cursos, incluindo as comidas típicas da região, por exemplo, além de apoio financeiro para investimento e matéria-prima. (Arte na Praça, Marituba/PA)

O problema da pobreza estrutural: as comunidades onde os empreendimentos estão inseridos não se constituem como mercado para os produtos e serviços dos mesmos porque são pobres e têm um baixo poder de consumo e de demandas de serviços. Como romper com este ciclo? O município é muito pobre e seria necessário que este fomento à inclusão produtiva pela economia solidária viesse junto com um plano de desenvolvimento local, incluindo estes grupos com mais garantia de sustentabilidade.

2º. Nó – O despertar: O padre da paróquia reuniu as mulheres e começou a defender a ideia de que uma solução poderia ser através do FNS – Fundo Nacional de Solidariedade, gerenciado pela Cáritas, que apoiava pequenos projetos e a formação de cooperativas. A articuladora de São Paulo do Brasil Local se aproximou do grupo que, com várias rodas de conversa, deu início a um processo para discutir melhor o

que era o cooperativismo e a economia solidária, ajudando na organização do grupo, conhecendo melhor quem eram aquelas mulheres, suas potencialidades, o que poderiam fazer e onde queriam chegar. A partir daí, as mulheres passaram a se perceber dentro desse coletivo, valorizando sua experiência, suas potencialidades e o saber de cada uma. Depois, o grupo tentou definir qual seria o produto da cooperativa e, a primeira ideia, foi produzir bolsas para comercializar.

3º. Nó – A soma: O padre, através da paróquia, fez um empréstimo de R\$ 1000,00 para as mulheres produzirem as primeiras bolsas, dando assim o passo inicial da cooperativa. A criatividade era grande e a quantidade de pedidos foi tão grande que elas não deram conta. Cada uma sabia fazer uma parte do produto, o fuxico, a capa, a finalização, etc. A soma dessas capacidades era uma receita boa para a cooperativa que estava se formando. No mesmo período, o grupo de mulheres com a ajuda da articuladora do Brasil Local Regional escreveu um projeto para o FES que abrangeu a parte técnica de oficinas de aperfeiçoamento, elaboradas em parceria com o Brasil Local Feminista e com o NEATES, a terapia comunitária e, por último, três oficinas de reaproveitamento de alimentos. Eixos do projeto: produção artesanal, curso de culinária e acompanhamento terapêutico. A reflexão sobre sua condição como mulheres permitiu que, no desenvolvimento deste processo, ao mesmo tempo, as mulheres se identificassem entre si e passassem a compartilhar suas histórias de vida, valorizando sua trajetória pessoal e sua experiência coletiva. Isso gerou um entendimento de que o empreendimento não poderá ser um projeto só para ganhar dinheiro, mas também para cuidar uma das outras, reforçando os laços de solidariedade entre elas (Arte com Sabor/SP)

Nesta narrativa, além do quadro geral de vulnerabilidade, salienta-se o papel da igreja. No início do processo de formação do empreendimento, a relação com um pastor, que articulou para que as mulheres fizessem mutirões de trabalho, que não foram remunerados, apesar das promessas, caracterizando um caso de exploração do trabalho: foi o primeiro “Nó”. Na sequência, a aproximação com o padre da paróquia local, que atuou buscando contribuir como a organização, mas assumindo ele próprio o protagonismo da história. Mais tarde foi transferido, o que trouxe sérios problemas (4º “Nó”) para o empreendimento. A igreja vinculada à teologia da libertação cumpriu, principalmente nos anos 70 e 80, e em alguns lugares ainda cumpre, um papel importante no apoio à organização popular. Mas, em contradição com isso, a igreja também tem sido - com exceções - um instrumento de reprodução da opressão das mulheres, pelos valores e pelas práticas patriarcais que dissemina, além de, na maioria das vezes, atuar em proveito próprio reproduzindo a alienação dos indivíduos e o acomodamento das comunidades.

A história deste empreendimento também ressalta o peso das parcerias frente à situação de vulnerabilidade e de ausência de políticas públicas mais articuladas nesta área. Parcerias que, em algumas circunstâncias, não são tão “parceiras” assim e podem se aproveitar da situação de vulnerabilidade do grupo para proveito próprio, como o que foi narrado, colocando em risco a própria possibilidade do empreendimento. De outro lado, têm um papel relevante as parcerias comprometidas com a construção de alternativas, contribuindo na elaboração de projetos de viabilização do empreendimento e nos seus encaminhamentos. Neste

caso, também é muito importante o reforço da discussão do feminismo, valorizando as mulheres e reconhecendo seu trabalho, a dimensão dos cuidados e da solidariedade, a necessidade de fortalecimento para a autonomia e a autogestão, o que também pressupõe um outro aporte por parte das políticas públicas – o que ainda não existe.

A partir do ano de 2006, reduziram-se a metade. Se no início havia muitas organizações que apoiavam e mesmo tomavam a iniciativa de construir clubes de troca nos seus espaços, este incentivo foi reduzindo a partir do momento em que os grupos foram se empoderando. Economia solidária envolve fortalecimento, visão crítica da realidade, conquista de autonomia. Isso gerou reação por parte de alguns apoiadores, como impedimento de ocupação do espaço público e perseguição, o que acarretou a dissolução de alguns grupos e o enfraquecimento de outros. (Clubes de Troca/PR)

O escritório do IPA de Abreu e Lima, que elegeu Porto Jatobá como prioridade máxima em 2009, apoia com assistência técnica e algumas sementes. É de lá, inclusive, que vem a maior expectativa do grupo para o próximo período: PAIS. Três kits do projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), munidos de uma estrutura completa para produção (bomba, canos, caixa d'água, fiação, galinheiros, galinhas e galo) serão instalados na comunidade, sendo dois no sítio que serve de sustentação para o Planeta Vida e um terceiro no entorno da sede da Colônia. Os kits não vieram do nada. Foram sorteados entre as integrantes de um curso, de mesmo nome e composto por quatro módulos, promovido pelo IPA. Do curso, todas participaram e mais Luzia, Secretária da Colônia e uma das maiores incentivadoras dos grupos de mulheres. Foi nesse curso, inclusive, que acabaram decidindo o nome Planeta Vida, depois de uma oficina sobre agroecologia. (...) A Prefeitura, através da Secretaria de Agricultura, que ajudou no início com R\$ 20,00 de sementes, segue atenta à movimentação do grupo para apoiar quando solicitada. E já sabe que vai ter que encontrar meios para atender a outra reivindicação: uma barraca na nova Feira que está construindo na cidade. Hoje o Planeta Vida divide a barraca com outros produtores, mas querem ter uma só para seus produtos, que são orgânicos, diferentes dos demais comercializados atualmente no local. (Planeta Vida)

Conforme diferentes narrativas, estas parcerias são necessárias para a viabilização dos empreendimentos, com o aporte de qualificação técnica e investimentos em infraestrutura, dentre outras contribuições. Pode-se perceber, no entanto, que estes recursos são extremamente modestos frente à carência geral dos empreendimentos narrados, muito aquém do que seria necessário para mudar qualitativamente a situação que está posta. Além disso, em sua quase totalidade essas ações são pontuais, desvinculadas de uma política de fomento permanente e efetiva que consiga inserir estas iniciativas em processos mais consistentes de desenvolvimento e sustentabilidade. Desta forma, esses apoios tendem a ser absorvidos pela situação geral de carências na qual eles se realizam, gerando também resultados pontuais que não conseguem alterar significativamente a qualidade da situação, reproduzindo o círculo de fragilidade dos empreendimentos e de pobreza das mulheres.

A auto-organização, como no relato dos empreendimentos de Abreu e Lima, passa por um caminho que parte, por um lado, da vivência do trabalho reprodutivo, que tem seus tempos, com dinâmicas e organização próprias, e por outro, por uma referência na lógica do

trabalho produtivo assalariado bem menor do que a dos homens. Soma-se a isso, a incipiência das situações concretas: não estamos tratando de recuperar uma empresa com seus ritmos e processos produtivos, também não se trata da implantação de um “negócio”, com produto definido, com mercado delineado, e vendas já articuladas. É muito diferente disto: trata-se de fazer frente à pobreza com os meios que se tem, do jeito que se pode. Podemos dizer, então, que aqui o aprendizado da auto-organização e da autogestão é um elemento vital no processo de estruturação de empreendimentos que, por sua incipiência e vulnerabilidade, dependem fundamentalmente destas capacidades. A discussão que Maré Arte e o Aquarius nos trazem aqui sobre a organização do empreendimento considera os diferentes talentos que podem potencializar o resultado do trabalho coletivo, num processo de aprendizagem a partir da vontade de inclusão de todas. É a divisão do trabalho básica, considerando capacidade, vontades e possibilidades que estão postas num primeiro momento. É o aprendizado da mediação na busca de construir em conjunto, num exercício coletivo de autogestão, mas ainda muito longe de um processo de planejamento produtivo que garanta a sustentabilidade do empreendimento, e ainda se dá em condições de bastante dificuldades:

O Aquarius, segundo elas, trabalha em harmonia, acreditando ter aprendido com os "erros" e os acertos dos outros dois, e creditam sua empolgação à forma de organização do próprio grupo, que funciona com a valorização de todas as funções. "Grupo de cozinha não é feito só de cozinhar. Cada uma é de extrema importância, desde a que está preparando a massa, até a que está limpando ou que traz uma receita diferente". Explicam, com isso, um pouco do que chamam de "erros" anteriores. Quando fundaram o Maré Arte, não pensavam assim e acreditavam que todas as mulheres pudessem produzir artesanato. Nem todas tinham esta habilidade, entretanto e como não valorizavam funções como a de coleta de sementes ou de cascas, por exemplo, algumas acabaram se afastando. (...) Com o início do grupo, Luzia foi transportando o sonho, antes individual, para o coletivo. "Não penso mais somente em mim. Penso na comunidade"(...). Outro dos erros anteriores, para elas, foi terem se afastado da Colônia. "Quando soltos, os grupos perdem fronteiras", afirmam, com a certeza de que o Aquarius pode também auxiliar na fixação da identidade de Porto Jatobá: "tudo o que utilizamos é daqui", já que desde o peixe até a macaxeira ou a banana, utilizados nas receitas, são pescados, plantados ou coletados no local, por integrantes do grupo ou da comunidade. Ficar na Colônia também significa ter um local para produzir, além da possibilidade de utilização do próprio CNPJ, para comercialização e projetos, ampliando as possibilidades de ingresso em programas como o de Alimentação Escolar (PNAE) e o de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo. (...) Com a determinação de manterem uma relação de interdependência com a Colônia, uma nova decisão, talvez a mais significativa para sua estruturação futura: não pode haver, no grupo, mais do que duas pessoas da mesma família. Isso porque, segundo elas, e fruto de uma ampla reflexão sobre sua realidade, "a colônia não pode trabalhar para uma ou outra família; tem que trabalhar para a comunidade como um todo". (Aquarius, Abreu e Lima/PE).

Aqui, as integrantes dos empreendimentos trazem questões de fundo para a economia solidária: o enraizamento na comunidade e a perspectiva do desenvolvimento local, com a constituição de critérios coletivos de organização, preservando uma ideia de "bem

comum" e reforçando laços comunitários. A ideia bastante cara para a economia solidária do desenvolvimento local com enraizamento e construção comunitária de identidade como um elemento importante da sustentabilidade, base de uma outra concepção de economia e de desenvolvimento. Para a economia solidária, o desenvolvimento local significa a superação da ideia de crescimento econômico a qualquer custo, assumindo que o modelo de desenvolvimento do capitalismo é predador da natureza, é excludente, é centralizador no território e concentrador de capital e riqueza, em síntese, é insustentável, e sua generalização destruiria o planeta. Se coloca, portanto, a questão de fomentar alternativas que, com base em processos democráticos e participativos, planejem e construam novas possibilidades de desenvolvimento considerando os aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais, o enraizamento nos territórios e nas diferentes culturas, vocações e potencialidades. Do ponto de vista dos empreendimentos de mulheres que tratamos neste estudo, estas nos parecem ser condições para sua sustentabilidade.

A história do Espaço Mulher é outro bom exemplo de organização autogestionária que parte das necessidades das mulheres e de sua capacidade de articulação estabelecendo, desde o início, relações com a prefeitura para avançar na sua construção:

Se organizaram em grupos de 4 mulheres para a compra de tendas e balcões. A Praça Olímpica, no centro da cidade, foi o local em que a feira passou a funcionar semanalmente, aos fins de semana. 11 de julho é data considerada como inaugural do Espaço Mulher que contava com 120 mulheres. (...) Logo vieram as primeiras dificuldades estruturais. O local não era adequado. Quando chovia alagava; em eventos, como carnaval e aniversário da cidade, banheiros químicos eram colocados tornando precária a realização da feira. As tendas não eram adequadas às condições climáticas do local e com as chuvas e ventos fortes as mulheres precisavam segurá-las e atender aos clientes ao mesmo tempo (...) Devido às dificuldades, muitas foram desistindo, ficando somente 60 mulheres, que se autodenominaram como "guerreiras". Criaram uma comissão de organização com o objetivo de buscar melhorias, composta por cinco empreendedoras, responsáveis por: infraestrutura, tesouraria, comunicação, eventos e controle de qualidade. Todas as decisões eram tiradas em coletivo através de plenárias. Foi criado um fundo para a feira, inicialmente formado por contribuições sobre 1% do valor das vendas e hoje esse valor foi ajustado para 5% do salário mínimo. Com esse fundo elas conseguiram comprar mesas e bancos para oficinas, som e cafeteira. As oficinas acontecem aos fins de semana, sobre economia solidária e direitos das mulheres. (...) Apesar da estrutura conquistada, ainda persistia o problema do local não ser adequado. No final do ano de 2009, elas então conseguiram se mudar para a praça Santa Tereza, um local mais central, no qual estão até hoje. Contudo, ainda havia o problema das tendas, que já eram frágeis e foram ficando cada vez mais desgastadas. E isso se tornou um problema muito grande, pois era muito difícil trabalhar nessas condições. Apesar do fundo, o dinheiro não era suficiente para comprar tendas novas. Elas então amarravam pesos de cimento, remendavam as tendas como podiam. Junto à Secretária da Mulher e à coordenação de projetos, conseguiram que a prefeitura abraçasse o projeto, e comprasse novas tendas. Ainda assim não foi tão rápido. Foram ainda longos 8 meses de espera até que as recebessem. Em outubro de 2010 finalmente chegaram as novas tendas, e nessa época elas já haviam conquistado o respeito e o reconhecimento como empreendedoras solidárias. Elas se encontravam em melhores condições de trabalho. Com o fundo, conseguiram manter um lugar para guardar as mercadorias e as tendas. Tudo estava indo muito bem, estavam bem empolgadas, até que no dia 12 de janeiro

de 2011 ocorreu uma das maiores catástrofes naturais do país! Com uma chuva torrencial, chegando a quase mil mortos na região serrana, elas sofreram grandes perdas. Perderam parentes, amigos, muitas ficaram sem suas casas, e o Espaço Mulher perdeu uma querida companheira, a Santana, que era a referência na economia solidária, já que antes mesmo de todas sequer ouvirem falar em ecosol ela já se mobilizava e participava de movimentos e feiras de trocas. As que tinham condições, se uniram como voluntárias para ajudar da maneira que pudessem. Abriram uma tenda na praça para recolher donativos. Outras foram para abrigos, algumas para a defesa civil. Fizeram o que era possível no momento para ajudar às vítimas da chuva. Foram 2 meses sem expor. A feira foi abalada. A conjuntura econômica ficou prejudicada, pois mesmo após a reabertura da Feira, o ritmo de circulação de pessoas e vendas diminuiu. Com isso elas tiveram perdas financeiras. O que fazer? Como continuar? (Espaço Mulher, RJ).

O empreendimento passou pela mesma trajetória dos demais: o problema do local inadequado e a infraestrutura precária. Isso evoluiu a partir de negociações com a prefeitura, consolidando-se em conquistas importantes, como o espaço mais adequado e as bancas necessárias para melhoria das condições de exposição. Dois pontos se sobressaem nesta narrativa. Em primeiro lugar, a capacidade de organização e de autogestão do empreendimento, que se expressa na organização de comissões internas, nos processos de mobilização em diversos momentos, na capacidade de fazer frente às adversidades e agir solidariamente frente às perdas e à tragédia. Também se expressa na constituição do fundo para investimento e qualificação do empreendimento. O outro ponto importante, é a relação com o poder público municipal, que tem um diferencial no fato de envolver, desde o início, uma Secretária de Políticas Públicas para Mulheres e uma Secretária de Desenvolvimento Social com orientação para a economia solidária, o que resulta numa ação mais estruturadora de um empreendimento econômico. E, por fim, a descontinuidade na relação com o governo municipal em virtude da crise da gestão pública local, o que gera insegurança em relação à continuidade da parceria institucional.

Resolvemos dar a volta por cima e recomeçar como uma fênix renascendo das cinzas. Pôr em prática mais uma vez toda a formação que tivemos, todo o conhecimento obtido. Levamos tudo para o coletivo pois funcionamos numa autogestão”. Também contaram com o apoio da Agente Feminista do Projeto Brasil Local Economia Solidária e Feminista, da Oscip Guayí, que participou do processo, levando o conhecimento da economia solidária e apoiando na reconstrução. Assim, não deixaram o grupo se dissolver, se unindo ainda mais na luta e na organização. Partiram então em busca de parcerias para fortalecer o Espaço Mulher. Contudo, em abril começou uma grande crise política no município. Os secretários e seus assessores pediram exoneração. No primeiro momento, por causa da forte parceria com a prefeitura, elas contam terem se sentido sozinhas e perplexas. Porém, mais uma vez colocaram em prática sua organização, seguindo na autogestão e respeitando o coletivo. Hoje o município tem uma secretária provisória, e o prefeito está afastado por uma CPI. (Espaço Mulher, Teresópolis/RJ).

Compondo o quadro de diversidade da economia solidária, outra experiência importante e original, com outro tipo de construção e de complexidade, é a da Rede Pinhão de

Clubes de Troca, no Paraná, que funciona como um mercado alternativo e como um espaço de convivência e de trocas diversas. A Rede articula diversos grupos (Clubes) com participação majoritariamente feminina, que têm uma função econômica de troca de bens com valor de uso para seus integrantes, bem como uma função de integração social e de espaço de convivência:

Clubes de Troca são espaços onde as pessoas se reúnem para se organizar e trocar produtos, serviços, experiências, saberes, afetos. Para facilitar as trocas, utiliza-se, geralmente, uma moeda própria chamada "moeda social": o Pinhão. (...) No ano de 2011, são 11 clubes de troca, e mais alguns em fase de organização. Os (as) participantes, em sua maioria, utilizam a moeda social "Pinhão" e se reúnem mensalmente para planejar e avaliar atividades, para estudar, produzir conhecimento, pensar coletivamente estratégias de fortalecimento. A ideia de rede surge a partir do momento em que os grupos percebem a importância de articulação entre si e com as parcerias, saindo do isolamento. A Rede Pinhão, ao longo dos 10 anos de existência, desenvolveu uma metodologia característica nos seus encontros, visando acolher, motivar a participação, fortalecer a autoestima, a organização, a autonomia. Há um estímulo para que haja revezamento na condução dos diversos momentos. Participantes da Rede Pinhão são estimulados(as) a coordenar, fazer a mediação do diálogo, dos processos organizativos, em rotatividade de funções. (...) Há vários desafios a serem enfrentados: a) Vencer os valores capitalistas que vivem dentro de nós: este é o desafio principal da economia solidária, como todo: superar o egoísmo, individualismo, a passividade, a espera de que autoridade tomem as decisões que dizem respeito ao coletivo. Entra aqui a atenção com as relações pessoais, praticar novos valores como a solidariedade, o reconhecimento do papel da mulher na sociedade, etc. b) Conquistar espaços permanentes para realização das trocas solidárias, encontros de formação, oficinas de artesanato, eventos promovidos pela rede. c) Maior articulação com os movimentos sociais, buscando conquista de direitos de forma coletiva. d) Multiplicar ainda mais as lideranças, ampliar a participação e os espaços, e encontro da rede, intensificar a formação; e) Fortalecer os espaços de produção coletiva e de comercialização, já que a Rede Pinhão também busca a geração renda. (Rede Pinhão/PR).

A experiência da Rede Pinhão de Clubes de Trocas mostra a criatividade na busca de soluções para enfrentar o desemprego e a pobreza, articulando diversas dimensões e parcerias, com o desenvolvimento de uma metodologia de organização bastante original, mostrando claramente a relação da dimensão econômica das trocas, com as dimensões sociais, culturais, assistenciais e afetivas. Adota um claro viés anticapitalista, articulado à luta por direitos, apostando na formação de lideranças e na valorização dos movimentos sociais, com reforço de valores alternativos ao do capitalismo de mercado, reafirmando a ideologia da solidariedade e do comunitarismo, que concebe a atividade econômica como um espaço de suprir necessidades para melhorar a vida, o que dialoga de perto com a experiência do trabalho reprodutivo e de cuidados das mulheres.

A COOPERMUPS tem preocupação com o meio ambiente, com a saúde de suas integrantes e da comunidade. Como é uma atividade que envolve o beneficiamento de alimentos procura-se amenizar ou mesmo neutralizar os riscos ao meio ambiente. Para isso são tomados, durante todo o processo de produção, alguns cuidados (...). É uma atividade produtiva que estimula e valoriza o saber local através da produção de comidas típicas da região, buscando alternativas que aproveitem o máximo de

nutrientes dos alimentos através de receitas com produtos agroecológicos que beneficiem a saúde e que diminuam os impactos ambientais. É uma Cooperativa de consumo de produtos da agricultura familiar, que tenta não utilizar produtos convencionais e que desenvolve a economia solidária fazendo essa ligação entre campo e cidade, proporcionando às pessoas o acesso à uma alimentação saudável e que sua forma de produção é livre de qualquer tipo de exploração do trabalho. A cooperativa prima principalmente pela participação das mulheres nos movimentos sociais e políticos em defesa dos direitos de igualdade, respeito e dignidade das mulheres. A COOPERMUPS participa da Rede Xique-Xique de Comercialização Solidária, acreditando que a articulação em rede fortalece a visão de transformação das pessoas e de um mundo mais sustentável. Assim, também se insere nas discussões do colegiado do território Açu-Mossoró para assegurar suas reivindicações para uma vida melhor para as mulheres. (COOPERMUPS, Mossoró/RN)

Outro caso exemplar, a COOPERMUPS é formalizada como cooperativa, o que significa um outro nível de organização interna e de gestão, bastante diferente dos grupos informais que ainda predominam na economia solidária feita por mulheres. O empreendimento incorpora princípios importantes para a economia solidária, como a preocupação com a preservação do meio ambiente, os cuidados com a saúde e a segurança alimentar. Também recupera a proposta do desenvolvimento local, comprando seus produtos da agricultura familiar, se associando com outros empreendimentos em rede e participando nas instâncias de políticas públicas no território. Outro elemento importante é a valorização da luta por direitos e cidadania, principalmente dos direitos da mulher e a participação no movimento de mulheres.

A RICS produz cerca de 17 mil peças de roupas hospitalares mensais sendo, atualmente, composta de 08 empreendimentos: CIAS – Costurando e Inovando Ações Solidárias; KRAS – Kriar e Reinventar Ações Solidárias; Mulheres Solidárias da Tuca; LIBERDADE (na penitenciária Madre Pelletier); SHALOOM – Costurando em Rede; Centro Gestor - modelagem, corte e controle de qualidade; Guayí – formação e assessoria técnica. Hoje, ao todo, a rede conta com 42 integrantes diretos, 37 mulheres e 5 homens. Hoje, os únicos empreendimentos ainda não formalizados são o Centro Gestor (que está em processo de formalização) e o Liberdade (no presídio) que é regido por um PAC (protocolo de Ação Conjunta) com a SUSEPE (Superintendência de Serviços Penitenciários) pois a legislação penal não permite a organização formal de presas no regime fechado.

O desafio da RICS é o de propiciar melhores condições para uma inserção econômica autossustentável desses empreendimentos solidários. Isso possibilita maior agregação de valor na produção, com conseqüente aumento de renda para as trabalhadoras, que deixam sua situação de excluídas/desempregadas para a de empreendedoras e protagonistas de uma experiência nova, coletiva e solidária e autossustentável. O funcionamento da rede é autogestionário, ou seja, cada empreendimento gerencia seu negócio, com assessoria da Guayí, nas questões de gestão e de produção; as decisões são coletivas e autônomas, tanto dentro dos empreendimentos quanto na rede, e a organização do trabalho é feita com base na economia solidária. Todos os empreendimentos são proprietários de suas máquinas e equipamentos (a maioria adquiriu os bens de produção por meio do trabalho da Rede). A RICS dispõe de uma Kombi para sua logística (cedida por projeto aprovado pela SENAES/MTE); além disso, recebeu um aporte de computadores para os empreendimentos.

As diretrizes da RICS são definidas em um seminário geral com participação de todas as trabalhadoras de todos os empreendimentos anualmente. As decisões e deliberações da RICS são definidas através de um Comitê Gestor, formado por representação de

cada empreendimento, que reúne mensalmente. (...) O projeto com o GHC foi renovado e está no décimo ano de execução. Além desta produção, a RICS também teve muitas outras iniciativas, como produção de bolsas para os fóruns sociais mundiais, roupas hospitalares para hospitais privados, camisetas, uniformes para guarda municipal e trabalhadores em geral, atualmente, discute a importância da diversificação de mercado como uma forma de fortalecimento e ampliação da rede. Ao longo desta história, tivemos parcerias que foram importantes na construção do que somos hoje: além da SENAES, a FBB, FINEP, EMREDE e Escola Calábria. A Rede Industrial de Confecção Solidária foi certificada e premiada, em novembro 2009, como Tecnologia Social pela Fundação Banco do Brasil. Foi escolhida como um exemplo para o programa Cidadania do Serginho Groissman (da rede Globo) e foi exibida em rede nacional. (RICS - Rede Industrial de Confecção Solidária, Região Metropolitana de Porto Alegre/RS)

Da leitura destas narrativas, a primeira questão que podemos afirmar é que as iniciativas econômicas de mulheres em situação de pobreza e vulnerabilidade, se têm uma dimensão importante de associação e de trabalho coletivo para construir alternativas de geração de trabalho e renda, da forma como têm se constituído e com as limitações brutais que enfrentam, do ponto de vista econômico tendem a reproduzir o ciclo de pobreza e de vulnerabilidade, a não ser pelo fato de que a adesão à processos coletivos possibilita ir além em outras dimensões (social, comunitária, pública, afetiva) o que os empreendimentos narrados demonstram claramente. Podemos dizer, portanto, que o “estado da arte” destes empreendimentos do ponto de vista econômico é de fragilidade, situando-se entre os empreendimentos mais pobres da economia solidária.

Uma segunda questão é que esta capacidade de resistência e de iniciativa, que as mulheres mostram mesmo em situações de adversidade e de carência - que se evidencia na busca de parcerias, no enfrentamento às dificuldades e na construção de alternativas - para produzir soluções também tem sido um combustível importante para o movimento de economia solidária e seus fóruns em todos os níveis, onde as mulheres são majoritárias e têm dado uma importante contribuição. Ou seja, mesmo que com iniciativas econômicas frágeis e bastante carentes, as mulheres têm tido um papel importante na construção do movimento de economia solidária, com sua participação e com o diálogo com as políticas públicas, embora ainda não estejam contempladas por esta como os empreendimentos majoritariamente masculinos, que são via de regra maiores e mais constituídos.

Por fim, uma terceira questão que podemos formular a partir da leitura destas narrativas, analisando como estes empreendimentos se situam dentro da economia solidária, é que eles cumprem um papel de reforçar o caráter comunitário e os princípios da solidariedade e do desenvolvimento local como estratégia de construção de alternativas à exclusão do mercado capitalista. E fazem isso a partir da forma intrinsecamente relacionada às responsabilidades com a reprodução e o cuidado com as famílias e comunidades, que as

mulheres carregam consigo para a atividade econômica. É um ir para a economia a partir das necessidades básicas de sustentação da vida o que, mesmo se dando em situação de pobreza e vulnerabilidade, traz o embrião do que possa vir a ser uma alternativa à lógica de mercado que visa o lucro em detrimento do bem viver das pessoas e das comunidades.

As mulheres têm uma presença forte na economia solidária e suas experiências, que devem ser reconhecidas pelo seu valor, oferecem uma oportunidade inédita de avançar na luta contra a desigualdade entre os sexos e avançar na visibilidade e na responsabilidade social e pública em relação à dimensão reprodutiva das pessoas e das famílias. Podemos dizer, então, que esta ação das mulheres “recoloca” na pauta da esfera econômica e do trabalho produtivo, as necessidades da reprodução humana, dos cuidados e do trabalho doméstico, incorporando também a dimensão da participação e priorizando os aspectos sociais, associativos e solidários ao lucro.

Esta ação tem contribuído com o desenvolvimento da economia solidária no Brasil como atividade econômica concreta (por mais vulnerável que esta prática econômica das mulheres ainda seja com extrema dificuldade de concorrer no mercado), como movimento social e como política pública, dentro de uma estratégia de construção um outro modelo de desenvolvimento.

5.4 O SENTIDO CONTRADITÓRIO: A APOSTA (HIPÓTESE 3)

5.4.1 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

As narrativas são muito claras em relatar o papel da mulher na divisão sexual do trabalho: o fato de serem as principais responsáveis pelos cuidados e pela reprodução da família faz com que o trabalho no empreendimento seja concebido e praticado compatibilizando-o com a atividade doméstica:

Segundo elas, compreender os horários e as dificuldades de cada uma é vital para o funcionamento do grupo: "todas somos mães e temos responsabilidades com nossa casa, nossos filhos e maridos. Não podemos sacrificar nem um ou outro". Mas, acima de tudo, querem preservar a amizade, a união e o respeito e, para isso, contam justamente com o acordo de convivência, que inclui as conversas abertas e a possibilidade de trocas nas escalas. (Empreendimentos de Abreu e Lima/PE)

Via de regra, podemos dizer que não há uma separação, um limite rígido entre as atividades para gerar renda e as outras dimensões da vida para as mulheres destes empreendimentos. Esta compatibilização, no entanto, tem um sentido contraditório. Por um lado, significa a afirmação de algo importante para uma vida plena que é o reconhecimento de que não somos (mulheres e homens) apenas trabalhadores para o mercado, que devem dar conta de cuidar da vida, até para continuar em condições de trabalhar, otimizar desempenho e rendimento e obter, com isso, ganhos pessoais e garantir a sustentação da família. Significa perceber que para que isso aconteça, ou seja, para sustentar a vida, a lógica é inversa: fazemos primeiro o que é necessário para reproduzir, criar, alimentar, cuidar e, a partir daí, vamos produzir, trocar, contribuir com o que temos e podemos, buscar o que nos falta, considerando, além da família, o empreendimento, a comunidade, a economia solidária, a sociedade em geral. Nesta perspectiva, a dimensão da reprodução e dos cuidados não deveria ser considerada oposta à da produção, nem mesmo considerá-la como dois universos paralelos que não se encontram, mas entender que para conseguir produzir valor para trocar no mercado, precisamos nos reproduzir, cotidianamente, e melhor será nossa capacidade produtiva quanto melhor forem nossas condições de reprodução e de vida. É, portanto, entender que a dimensão produtiva tem uma relação de dependência das condições de reprodução da vida que é obscurecida pela divisão sexual do trabalho, que separa homens e mulheres em esferas distintas, delegando às mulheres o trabalho reprodutivo, cotidiano, que é fundamental para sustentar a sociedade e a sua capacidade de desenvolver relações econômicas, mas que é sistematicamente invisibilizado e subordinado à lógica da produção de valor de troca para o mercado, o que traz todo o tipo de prejuízo para o bem estar e o pleno desenvolvimento humano e social.

O trabalho é realizado de forma coletiva e individual, pelo fato de serem donas de casa, de terem uma jornada de trabalho doméstico, algumas serem chefes de família, elas não conseguem se desprender de casa todos os dias, então planejam e organizam juntas o trabalho, e realizam algumas coisas separadas e outras coisas em conjunto. (...) A renda gerada ainda é pequena, mas já dá para garantir alguns sonhos que antes eram quase impossíveis como a compra de um tanquinho para facilitar o trabalho de lavar a roupa, isso dá mais tempo de desenvolver o trabalho no grupo. (Mulheres Criativas/CE)

Por outro lado, a compatibilização que as mulheres fazem entre as atividades domésticas e de cuidados e o trabalho na economia solidária contribui para mantê-las como titulares dessas responsabilidades. A situação de carência e de vulnerabilidade social e a ausência de políticas públicas mais efetivas na área dos cuidados, somada à ausência masculina sustentada por valores que afirmam que “isso é coisa de mulher”, acabam reproduzindo a lógica da divisão sexual do trabalho, reforçando a ideia de que este é o papel da mulher na sociedade,

o que incide diretamente na capacidade produtiva das mulheres e de suas iniciativas econômicas. O exemplo acima, das Mulheres Criativas é emblemático: ao ter um recurso para investimento (produzem artesanato) priorizam um tanquinho para lavar roupa. Não conseguimos imaginar esta ação acontecendo com um empreendimento masculino. Neste sentido, Guérin (2005, p. 20), analisando os obstáculos que as mulheres enfrentam na busca de uma igualdade real, aponta que:

O terceiro obstáculo diz respeito às desigualdades intrafamiliares e mais especificamente à desigual divisão das obrigações familiares, quer se trate do cuidado de pessoas dependentes (crianças e idosos) ou dos trabalhos domésticos. As obrigações familiares foram consideradas durante muito tempo – e ainda o são em muitos países – ligadas à uma responsabilidade exclusivamente familiar e, de fato, exclusivamente feminina. É em nome desta responsabilidade, erigida como um dever, que a liberdade individual das mulheres foi sacrificada – e continua a sê-lo – em nome da eficiência coletiva, sendo a sua contribuição ao capital humano considerada prioritária em relação a toda a perspectiva de projeto pessoal. Apesar de certos avanços notáveis neste domínio e quaisquer que sejam os modelos sociais, inclusive os dos países escandinavos, a divisão das tarefas continua igual: as mulheres ainda assumem a quase totalidade das responsabilidades pelas pessoas dependentes, mesmo quando o estado cobre uma parte das necessidades. (GUÉRIN, 2005, p. 20-21).

Os dois relatos abaixo, de formas diferenciadas, também expressam a situação contraditória de querer se afirmar a partir da condição de ser mulher e, de alguma forma, viver a discriminação decorrente desta condição. A arte de fazer bonecas e de reciclar, que passa de mãe para filha numa tradição feminina, e adquire qualificação técnica com a oficinaira, se constitui em forma de gerar alguma renda para ajudar no sustento da família, dentro da lógica de que às mulheres restam algumas possibilidades e com isso elas podem trabalhar e ter renda, que sempre é considerada “complementar”, mesmo que seja fundamental, e às vezes a única renda frente ao desemprego masculino ou ao descompromisso dos homens com a sustentação familiar. O Espaço Mulher, pelo fato de ser uma feira organizada por mulheres para comercializar o produto do seu trabalho, demonstra o empreendedorismo, a capacidade de diálogo com a política pública, a criatividade e o esforço produtivo dessas mulheres que se colocam no espaço público e de mercado onde, no entanto, sofrem o preconceito como forma de desvalorização de sua iniciativa econômica.

(...) as oficinairas que vem aí pra fazer boneca, tem muito resgate aí da cultura, o que a mãe da gente ensinou... a gente recicla muita coisa e a gente tá fazendo esse trabalho... e é a gente que tá fazendo esse trabalho assim (...) (Mulher que Faz, NH/RS).

Elas também se sentiam discriminadas, pois por fazerem parte de um projeto da Secretaria da Mulher, ficaram conhecidas como a “feira das mulheres que apanhavam dos maridos” ou a “feira do pano de prato”, numa clara mostra da discriminação que ainda pesa sobre as mulheres quando saem do espaço doméstico para realizar atividades produtivas no espaço público. (Espaço Mulher, Teresópolis/RJ).

Fazer frente às adversidades buscando forma de se estabelecer e produzir encontra, por fim, solução na recorrente fórmula caseira: funcionar na casa de uma das integrantes, projetando ações que são de artesanato e de reciclagem, com pouca necessidade de equipamentos e infraestrutura, repetindo a situação típica, muito recorrente na economia solidária praticada por mulheres em situação de vulnerabilidade.

5º. Nó – Tempo presente: Maria José, uma das mulheres do grupo, ofereceu a casa dela para o empreendimento, em função das mudanças na paróquia. O espaço hoje serve para a realização das reuniões e das oficinas do projeto. A proposta é multiplicar as diferentes técnicas existentes (crochê, costura, bordado, encadernação, tricô e acessórios) para depois criar uma linha própria de produtos para o empreendimento (multiplicação e aperfeiçoamento técnico). No momento da sistematização desta narrativa, as mulheres reafirmam sua fé nas próprias possibilidades de, apesar dos “nós” do caminho, construir a sua cooperativa, a partir da sua experiência e da sua vontade organizada, contando com parcerias que venham realmente a somar e lutando por seus direitos junto às políticas públicas. (Arte com Sabor/SP).

Aqui também podemos dizer que, a capacidade empreendedora numa situação de carência geral reproduz, mais além da pobreza, o que tem, o que pode, o que é: a condição de mulher na sociedade de domínio patriarcal. Assim, mesmo o sonho de ter mais renda, embalado pela vontade de autonomia econômica, visa garantir melhores condições para reprodução de sua família.

Mesmo que a renda ainda seja pequena, todas ganham igual, exatamente por acreditarem que todas as funções são importantes. Para aumentar a renda, pensam em ir para a cidade, para restaurantes, levar cartão e apresentar os produtos. Com isso, acreditam que possam colocar em prática seu maior desejo: ter um ganho fixo mensal; uma renda que possibilite sua independência financeira e o auxílio mais efetivo ainda no sustento da família. (Empreendimentos de Abreu e Lima/PE).

5.4.2. RESSIGNIFICAR A VIDA

Mas uma questão fundamental desta história é o efeito desta experiência na vida das mulheres e de suas comunidades, a importância para a vida pessoal de cada uma: algumas voltaram a estudar, uma passou a escrever poesias, todas se tornaram mais bonitas, confiantes, cuidadas. É uma forma de se recolocar no mundo, na comunidade, na família, de se valorizar como trabalhadoras e como mulheres. O cotidiano das mulheres exige mais do que a produção na costura e uma outra coisa importante então, é a organização do trabalho no empreendimento compatibilizando com o trabalho de casa e com os cuidados necessários para a vida pessoal e familiar. (RICS/RS).

O que podemos dizer é que as mulheres do grupo encontram muita satisfação em se reunir. Elas ficam muito contentes de passar um tempo juntas, seja produzindo, seja trocando outras experiências, elas acham que aprendem muitas coisas. Agora sentem-se motivadas a participar porque é muito divertido, mas também porque mudou as suas vidas. Elas começaram a acreditar no seu potencial. Hoje estão realizando seus sonhos conquistando seus espaços, algumas estão estudando depois de muito tempo longe da sala de aula, outras estão viajando, coisa que antes eram incapazes por se sentirem inseguras. A participação no grupo lhes deu mais autoestima e orgulho, que puderam entender melhor qual era o seu papel na sociedade. Estão entendendo o valor

do trabalho coletivo, antes só sabiam trabalhar individual. Tornaram-se muito mais criativas, por isso o nome do grupo: Mulheres Criativas (CE).

As narrativas trazem a importância do trabalho coletivo como espaço de trocas diversas além da dimensão econômica, com fortalecimento de suas integrantes como indivíduos, e como espaço de construção de identidade. Falam, de forma significativa, da satisfação pessoal, da motivação e da autoestima trazendo melhorias para a vida. Ao mesmo tempo, a possibilidade de entender melhor e valorizar seu papel na sociedade, o que contribui com a construção de laços e identidades. Como consequência, outro elemento importante, recorrente nos depoimentos, é a participação no empreendimento ressignificando a vida:

Muitas mulheres que saíram da depressão hoje tem uma amplitude melhor, né... tem uma nova vivência, tem um novo aspecto hoje, tem uma nova perspectiva hoje, não é mais aquela mulher fraca, né... e hoje tem uma referência, junto ali ao grupo, né. (Mulher que faz/Novo Hamburgo/RS)

O espaço da sala, estar ali e produzir... participar de feira, isso é importante porque a gente vende, a gente aprende e fica conhecendo mais, né... O reconhecimento da comunidade, a família da gente que vê que a gente tá trabalhando e produzindo... e a gente que se sente melhor, né. Como o empreendimento está hoje? Tá bem, dá pra dizer que tá bem... estamos fazendo oficinas e produzindo e a gente quer organizar uma feira... A gente já é reconhecida, quando tem atividade no Pronasci e na comunidade sempre estamos junto, né...O que precisa é um apoio pra mais organização. E as mulheres, como estão? Tão bem. O grupo muda a vida, a gente fica com uma coisa mais, que é importante... as mulheres melhoraram, é bom pra todo mundo, né...na família também. Tem um lado importante que é ter um dinheiro pra comprar as coisas que a gente precisa, pode ser pouco, mas é importante... não é que não tenha problema, mas a gente se sente bem. (Mulher que faz/NHRS)

Para mulheres que tem poucas oportunidades além do espaço doméstico e familiar, ressalta-se o espaço coletivo do empreendimento como ponto de encontro, de referência e de acolhimento, além do reconhecimento da família e da comunidade. As mulheres se sentindo melhores, mais valorizadas, tendo um recurso que por mínimo que seja, é uma pequena vivência de autonomia que mostra que é possível. Isso reforça significativamente a autoestima destas mulheres.

Uma das principais mudanças causadas pela ação da COOPERMUPS é a valorização da capacidade das mulheres, do seu trabalho, dando visibilidade ao mesmo. A formação política proporcionada pela cooperativa vem mudando bastante o pensamento das mulheres para ter um posicionamento diante dos problemas sociais, de entender a importância da participação e da luta por direitos. Outro aspecto importante é que a Cooperativa é fonte geradora de renda e manutenção da própria família, bem como oportuniza para as mulheres o crescimento e fortalecimento de um empreendimento construído por elas próprias, com princípios da economia solidária. (COOPERMUPS, RN).

Também aparece, nas narrativas, a formação política como espaço de elaboração de identidade e de projeto do empreendimento. É onde se faz a crítica ao modelo capitalista e

patriarcal de economia, trazendo as necessidades e demandas das mulheres para pensar, a partir delas, um novo modelo de desenvolvimento. Esta perspectiva se fortalece com o acesso destes empreendimentos à formação feminista, o que permite resgatar sua história da ótica de sujeitos, valorizando suas trajetórias e construções e reconhecendo seu potencial, colaborando com o desenvolvimento de um sentido de futuro, com possibilidade de protagonismo e expectativa de uma vida melhor.

Afirmam que o grupo se tornou mais sólido e confiante a partir das ações do Brasil Local - Economia Solidária e Feminista. Primeiro, descobriram que o que praticavam, mesmo sem saber o nome, era economia solidária. Esse fato, aliado à própria reconstituição de sua história, fortalece e projeta o futuro: "a gente resgatou aquilo que não lembrava e, com isso, não valorizava", ilustram, afirmando que hoje pensam em levar sua experiência e seu conhecimento adiante, "a partir de uma estrutura que já construímos". Fortalecida a confiança das mulheres, em si e em seu trabalho, "com as reuniões a gente foi pondo fé no que precisava por", hoje querem também repassar a discussão sobre violência e valorização do trabalho doméstico para outras mulheres da comunidade e já planejam reuniões, com o convite a outros atores, incluindo a continuidade de nossa participação. (...) Em casa, relatam mudanças, por vezes singelas, mas bastante significativas para este conjunto de mulheres: a partir de conversas com a família, já visualizam alguma alteração na vivência. Hoje, além de começarem a pensar na divisão das tarefas de cuidados, se sentem mais apoiadas em relação a sua atuação no próprio grupo e não pretendem parar: já planejaram uma degustação "para os próprios maridos" do que produzem (Aquarius), como forma de integrá-los e de conhecerem melhor seu trabalho e já armaram uma estratégia (Planeta Vida), para obter um apoio dos homens para a limpeza do terreno da horta. (Empreendimentos de Abreu e Lima/PE).

Os grupos buscam criatividade e inovação na produção apesar das limitações que enfrentam (...) Através do estudo de casos que impactaram pela ousadia de sonhar e de não perder a oportunidade de autodesenvolvimento, se procura dar exemplos positivos e levantar a autoestima das mulheres, mostrando que é possível. E já se pode comemorar avanços importantes: existem dois grupos que já foram emancipados nos quais as mulheres já conseguem viabilizar seus empreendimentos sem ajuda do projeto. Hoje participam como apoio e na realização de feiras, seminários, e inclusive são lideranças no município e seus bairros. Algumas saíram como delegadas para a II CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária. Além de produzir em seus empreendimentos, estas mulheres participam ativamente das questões sociais do seu bairro, exercendo sua cidadania e contribuindo para a construção de melhores condições para a comunidade. (Arte na Praça, Marituba/PA)

Aqui se relata o empreendimento como oportunidade de desenvolvimento individual e coletivo e de esforço de superação das limitações enfrentadas, bem como a possibilidade de emancipação das mulheres além do compromisso com o movimento a economia solidária (CONAES) e com a participação em processos comunitários.

De acordo com relato das mulheres, participar do empreendimento é uma maneira de ter autonomia, reconhecimento do marido e da família, de fazer amizades, melhorar a autoestima, superar problemas de depressão. É o início de um processo de autodesenvolvimento. Muitas voltaram a estudar. É uma oportunidade de refazer a vida:

Neide, 57 anos, participa do Arte na Praça há 7 meses e garante que o projeto mudou sua vida: “Eu sofri um derrame cerebral e fiquei com parte do meu corpo paralisado. Aqui tive a oportunidade de descobrir que podia realizar várias atividades, conhecer novas pessoas e ainda ganhando uma renda extra. Recuperei quase cem por cento dos movimentos que havia perdido e o meu médico afirmou que foi devido às atividades das oficinas”, conta Neide.

Nazaré, 34 anos, do grupo do Grupo Dom Aristides, declara que fazer parte deste grupo é importante pois aprendeu e perdeu o medo de falar em público e de questionar, abriu os olhos para os problemas do bairro e do mundo e a consciência de seus direitos. Voltou a estudar já está escrita no ENEM, e é delegada do Fórum de Assistência Social.

Dona Conceição, se considera uma mulher batalhadora, transmite confiança e muita força às companheiras, com sua amizade, alegria, brincadeiras, está sempre pronta a ajudar, colaborar, é uma pessoa que, com sua participação, levanta a autoestima dos grupos. Tem um sonho: tornar seu grupo emancipado, autossustentável, ter uma produção e comercialização que garantam independência. (Arte na Praça, Marituba/PA)

Com o Projeto Brasil Local Economia Solidária e Feminista, puderam se reconhecer enquanto mulheres e aprenderam a se valorizar mais, a valorizar o seu trabalho e o papel da mulher na sociedade. A recuperação da trajetória de construção do empreendimento com a linha da vida, contribuiu para visibilidade da Cooperativa e de seu acúmulo, contando a histórias da vida das mulheres, fazendo formação e construindo a colcha para mostrar seu trabalho. (COOPART/DF).

No Projeto Brasil Local Economia Solidária e Feminista cada empreendimento produziu um quadro para a composição de uma colcha coletiva, que ficou bastante grande e bonita, para mostrar o trabalho das mulheres e simbolizar a construção conjunta em rede. Esta iniciativa demonstra o sentido forte, que a economia solidária traz, de valorização do trabalho, de reconhecimento das diferenças culturais e da diversidade regional e étnica que, na experiência das mulheres, assume suas próprias características. Os empreendimentos narrados participaram desta construção que, para alguns, se transformou em um momento importante de elaboração coletiva e de expressão do grupo.

Depoimentos diversos relatam as mudanças na vida que a participação nos empreendimentos traz para suas integrantes, nos permitindo afirmar que a economia solidária tem servido para ressignificar a vida destas mulheres que, pelo seu perfil e condições, não têm outra forma de se incluir como protagonistas que apostam nas possibilidades de uma vida melhor a partir de suas construções coletivas. Como na experiência da COOPART:

Ângela- “A minha própria valorização: já era costureira, mas nunca tinha tido a oportunidade de dar aula, pois não tinha diploma. Isso eu consegui graças a cooperativa e às amigas encontradas aqui. Financeiramente não é ruim, sempre tem serviço, e apesar dos valores não serem altos é o suficiente para ajudar no sustento.”

Leonete- “Conhecer outras pessoas, aprender a trabalhar em grupo, realização de um sonho que era costurar. Aos poucos estão aparecendo encomendas, já passamos por muitas dificuldades, mas com muita força estamos superando”.

Eunice- “Além dos recursos, a melhora da auto-estima. Uma ocupação, com valorização de qualidade e qualificação e o aprendizado de trabalhar em equipe”.

Valeria- “Era muito tímida, quase não falava em público. Então, a mudança foi tão grande que agora sou a vendedora da Cooperativa. A importância da amizade e do trabalho conjunto. Não sabia fazer quase nada e agora faço muita coisa dentro da cooperativa.”

Damasia- (vice presidenta) “Quando comecei na Cooperativa, havia acabado de sair de um casamento, chorava muito e aqui encontrei a alegria de viver, conseguindo assim melhorar a minha autoestima, trabalhar e crescer junto com as outras. Foi como se fosse uma terapia, antes só vivia para cuidar dos netos.”

Nilva- (presidenta) “A Cooperativa é a minha razão de viver, embora tenha muitas preocupações, pelo fato de a ser a presidenta e por acompanhar e buscar cada vez mais o crescimento da Cooperativa e das Cooperadas.”

Vanilda - “Depois que entrei na Cooperativa me senti mais útil. Antes, só ficava em casa cuidando dos filhos e da casa e aqui aprendi muita coisa, inclusive até gostar de costurar, agora penso em futuro e espero muito mais dele.”

Laura- (conselho fiscal) “A participação na Cooperativa, mudou muita a vida, por tirar da rotina e levar para o mercado de trabalho, troca de conhecimento e um grande aprendizado.”

Laura (conselho fiscal) - “Aposentada, aprendi a economizar, comprar, vender, e a divulgar os trabalhos de todas. As reuniões são muito importante, para troca de saberes e experiências.”

Perspectivas futuras: A aposta na capacitação das cooperadas para qualificação da produção e aumento das vendas. Busca de novas parcerias e a criação de um polo de modas que está em discussão com a prefeitura. (COOPART/DF)

Da mesma forma, vários depoimentos das participantes da Rede Pinhão dizem ter, mais além das trocas e do trabalho, se curado de depressão graças ao acolhimento nos clubes de troca e à ação coletiva e cooperada. Muitas afirmam com seus depoimentos que a participação transformou a vida, trazendo-lhes outra perspectiva, como algumas falas que também apontam, além do trabalho, a formação em economia solidária e feminista como importantes para o fortalecimento e a valorização das mulheres:

Maria diz que foi recebida com muito carinho e atenção que se sentiu compreendida e valorizada com as ‘pessoas solidarias que me deram apoio, atenção e carinho. Então senti comecei a pintar em tecidos até fazer parte da organização e da coordenação do grupo. Hoje eu aprendi o que é ser dona de si, e que eu posso! Aprendi a falar e me defender, dialogar, questionar. Eu não sabia e não entendia como eram as coisas e os direitos. Agora decido e faço meus negócios. Sou outra mulher e me valorizo.’ (Clube de Trocas Perpétuo Socorro)

Idair diz que ‘com as reuniões da rede, discutimos como resolver os problemas nos grupos, decidimos em conversar e fazer planejamentos e cursos de economia solidaria, de produção em artesanato e panificação, doces e conservas, e sabão caseiro. Assim temos muitos produtos para troca e o grupo passou a ter potencial para viver.’

Dona Idair conta que ‘quando comecei a fazer as trocas estava em extrema pobreza, minha renda era só o Bolsa Família. Mas das trocas eu trazia de tudo, alimento calçados, vestimento, amizades e muitas experiências. Eu tinha 50 anos mas tinha cara

de 90. Hoje tenho 56 e estou bem, mas queria ter 22 anos com a cabeça que tenho agora. Pois aprendi muito e participo de tudo o que envolve a economia solidária e hoje tenho tudo. Mudou a minha vida.’ (Clube de Trocas Nova Semente).

Neusa: ‘O Projeto Economia Solidária e Economia Feminista, veio reconhecer, valorizar e mostrar o trabalho da mulher e tem muito a ver com toda esta proposta dos clubes de troca. Os grupos que o projeto abordou praticamente desconheciam o assunto e, através das oficinas, abriu a possibilidade de reflexão e de descoberta da importância para a vida das mulheres dos assuntos debatidos. Despertou um interesse que temos que discutir e dar continuidade, para ter uma economia solidária sem discriminação, valorizando o trabalho e a participação das mulheres.’

As narrativas também nos permitem dizer que a reflexão sobre a condição da mulher e sobre a importância de seu papel social, na perspectiva do feminismo, como a que foi trazida pelo Brasil Local Economia Solidária e Feminista, contribui para um sentimento de descoberta pessoal e reforço à autoestima o que, somado à ação coletiva no empreendimento, empodera as mulheres, fomentando a participação de lideranças que passam a assumir novos papéis no bairro e no município, como na experiência do Espaço Mulher, dentre outras tantas:

Hoje o Espaço Mulher está com aproximadamente 60 empreendedoras, com lista de espera, mas para novas vagas temos que abrir um edital junto com a secretaria, o que só ocorre uma vez por ano, sempre no aniversário do Espaço Mulher. Para isso, também é criada uma comissão de avaliação das novas empreendedoras, que devem fazer cursos de formação em economia solidária. Também passamos sempre por um cadastramento no mês de agosto. Hoje estamos tentando na câmara municipal a aprovação da lei que nos garanta a permanência na praça Santa Tereza, no centro da cidade. Com toda a experiência que estamos acumulando, nós temos uma certeza, somos reconhecidas e referência para outros municípios. Participamos também de movimentos ligados à mulher. Somos convidadas para participar de outras feiras e eventos, para falar sobre a nossa experiência e incentivar outros grupos de mulheres. Temos representantes nos conselhos municipais de segurança, da mulher e duas representantes no conselho municipal de economia solidária que está sendo implantado em Teresópolis. Sabemos que temos ainda alguns desafios, como a criação de uma associação, como a proposta do eco banco e a formação de um fórum. E, como mulheres organizadas, apostamos no futuro. (Espaço Mulher/RJ)

5.4.3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA: A APOSTA

Tudo isso nos faz refletir sobre a história de superação de nós, mulheres, e que ainda temos muito a conquistar quando se fala de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades, sem fugir dos princípios agroecológicos e solidários e sem perder a cultura e os valores comunitários, sem abrir mão de nossos direitos como mulheres. Queremos autonomia para buscar a sustentabilidade do nosso empreendimento, mas precisamos de políticas públicas que atendam nossa realidade, como por exemplo uma estrutura de um restaurante popular para a nossa comunidade através do programa fome zero garantindo geração de renda para as mulheres, melhorando as condições de vida das famílias e da comunidade. Queremos o fortalecimento das práticas de desenvolvimento local, com economia solidária e garantia dos nossos direitos. (COOPERMUPS)

As decisões do grupo são coletivas; o trabalho é coletivo bem como a partilha dos recursos vindos da venda, mesmo que muito pequenos ainda. Isso quando não decidem deixar o dinheiro na caixinha, para alguma emergência (arrumar o pneu furado do carro de mão do tio, por exemplo) ou necessidade de alguém do grupo. Por

serem da mesma família, morarem perto e plantarem no mesmo terreno, reúnem-se ali mesmo, na horta, para planejar a plantação. (Planeta Vivo, Abreu e Lima/PE).

As mulheres trazem para a economia solidária um conjunto de reivindicações que contemplam a preocupação não só com as demandas do processo produtivo, mas também com equipamentos e ações para dar conta de necessidades comunitárias e de fomento ao desenvolvimento local. O entrelaçamento destas duas dimensões, sem dúvida, aponta para uma qualificação da economia solidária no sentido de chegar mais perto do que são as carências e as potencialidades destes territórios, se colocando assim em sintonia com a construção de alternativas para o seu desenvolvimento.

Outro aspecto igualmente importante que se apresenta nas narrativas é o aprendizado com funcionamento coletivo e compartilhado dos empreendimentos como base para o desenvolvimento de uma capacidade autogestionária, alicerce necessário para um projeto emancipatório.

(...) vão se virando com o que têm, sempre visando a melhoria do espaço. Recentemente obtiveram, junto ao Pronaf, um empréstimo de R\$ 2.000,00 que serviu para a compra de um fogão de seis bocas, assim como liquidificador, batedeira, bacias, panelas, facas e outros instrumentos necessários para a produção. Processam o peixe e preparam os alimentos na casa de uma das integrantes, no entorno da "sede da colônia": uma sala, que serve para diversos fins, como reuniões; sala de aula do Projeto Pescando Letras (Alfabetização de Jovens e Adultos, numa parceria do MPA com o Governo do Estado) e abrigará o telecentro. É nesta sala que também fica o fogão e para lá que o alimento, pré-pronto, é levado para ser cozido, frito ou assado, conforme sua especificidade. Para breve, entretanto, enquanto aguardam o projeto maior, contam com a iniciativa da prefeitura, que vai estruturar, mesmo que provisoriamente, uma cozinha semi-industrial numa pequena construção ao lado desta sala, que será azulejada e contará com um balcão para o processamento dos alimentos. (Empreendimentos de Abreu e Lima, PE)

Outro elemento significativo para se entender a economia solidária pelas mãos das mulheres também se expressa de uma forma muito forte nesta narrativa de Abreu e Lima, onde pelo entrelaçamento entre os processos produtivos e reprodutivos, não apenas o empreendimento econômico funciona na casa de uma das participantes, como também outras ações voltadas à comunidade. Da mesma forma, a atividade central gira em torno da cozinha e do preparo dos alimentos em mais uma demonstração de que as mulheres entram na economia a partir de seus saberes e de suas práticas historicamente realizadas desde seu lugar de mulher na sociedade, e daí se estendem para a comunidade e para a economia. Assim, o engajamento das mulheres nas atividades comunitárias e de proximidade, somado ao trabalho no empreendimento, constituem um aporte consistente como base para uma possibilidade de desenvolvimento local, assentado nas capacidades e na participação da comunidade. Desta

forma, as mulheres contribuem efetivamente para a potencialização da economia solidária como estratégia de desenvolvimento local solidário e sustentável.

O grande passo, rumo ao seu sonho, é uma cozinha industrial. Para isso estão construindo, com a parceria principal do IPA, um projeto de turismo ecológico para a região. Em fase de elaboração para posterior apresentação ao MPA, o projeto conta com um galpão que abrigaria uma cozinha industrial - que também serviria para o processamento do peixe dos demais integrantes da Colônia, além de espaço adequado para o administrativo. Além disso, visa construir um pier na beira do porto, valorizando o local e inserindo um quiosque, para comercialização dos produtos. (Aquarius, Abreu e Lima, PE)

Como projeto de futuro, o sonho da cozinha industrial que, ao mesmo tempo em que mantém as “mulheres na cozinha”, demonstra sua capacidade empreendedora e reafirma o compromisso entre o desenvolvimento do empreendimento e da comunidade, contemplando também outros segmentos e integrando ações na perspectiva do desenvolvimento local. Assim, esta proposta concretamente resgata a importância da cozinha e do preparo dos alimentos, não apenas como necessidade doméstica e de reprodução das famílias, mas como atividade econômica que pode ser realizada comunitariamente, ressignificando sua prática no contexto possível de uma economia mais próxima das necessidades da vida. É a mistura de recursos sociais, comerciais, não comerciais, não monetários; a construção conjunta da oferta e da demanda a partir de espaços públicos e de proximidade. Do ponto de vista das mulheres, estão postas as possibilidades de emancipação nos marcos da história em que vivem, o que poderá se desenvolver na medida em que houver condições e suporte para tanto.

Este, inclusive, consta como o primeiro item do ‘Acordo de Convivência’ do grupo - um conjunto de regras constituídos para seu funcionamento, no qual também está inserida a necessidade de confiança mútua; de divisão de tarefas e de cooperação. Há também itens que falam especificamente sobre como agir em relação aos erros, desavenças, intrigas e até mesmo TPM ou como enfrentar a existência de temperamentos diferentes. Problemas familiares ou outros, que impeçam que uma das integrantes esteja presente ou deixe de cumprir com a divisão de tarefas, deve ser explicado, "e o grupo terá que ouvir e apoiar", exemplificam. (Empreendimentos de Abreu e Lima, PE).

A prática de auto-organização das mulheres em seus empreendimentos também traz para a economia solidária uma contribuição importante. As iniciativas constituídas por mulheres, em sua maioria, têm até dez integrantes, está assentada na necessidade básica de compatibilizar o trabalho para gerar renda com as atividades domésticas e de cuidados. A auto-organização é, portanto, um requisito para a viabilidade destes empreendimentos, e antes de ser uma opção política, é uma necessidade concreta das mulheres para frente às suas responsabilidades. Mas se este é o ponto de partida, muitos destes empreendimentos, como os de Abreu e Lima com seu acordo de convivência, demonstram as possibilidades desta

construção, aprofundando de forma criativa o caráter participativo dos mesmos, com isso fortalecendo o projeto da economia solidária de se afirmar como atividade econômica a partir do trabalho associado e autogestionário, na construção de um outro modelo de desenvolvimento democrático, solidário e sustentável.

O reconhecimento da contribuição das práticas autogestionária das mulheres para a economia solidária não pode obscurecer, no entanto, os problemas decorrentes do fato de que estes empreendimentos são ainda frágeis e estão inseridos em relações capitalistas competitivas num modelo autoritário e excludente de economia e de sociedade, o que significa uma permanente tensão sobre os mesmos, que deve ser enfrentada com reflexão sobre a prática, com formação política e com o aprofundamento das experiências de participação e de autogestão.

Os desafios são muitos: lutar pela continuidade da feira e sua emancipação. Contribuir para o desenvolvimento dos bairros e do município, construir um bem-estar para si e a família, já que o Arte na Praça já beneficiou muitas famílias. Reafirmar a importância social do trabalho e da participação das mulheres, sua capacidade de se organizar e produzir quando tem oportunidade, e reivindicar uma política pública permanente para gerar trabalho e renda de forma solidária. (Arte na Praça, Marituba/PA)

Por fim, podemos dizer que a participação das mulheres na economia solidária tem sim um sentido contraditório na medida em que esta participação se dá centralmente a partir de segmentos produtivos “femininos”, em um grau de fragilidade muito grande, conciliando o trabalho com as atividades domésticas e de cuidados tidas como responsabilidade de mulheres. Reproduz-se assim a discriminação que reafirma o lugar das mulheres na divisão sexual do trabalho. Ao mesmo tempo, no entanto, a economia solidária tem significado para estas mulheres um espaço de participação e uma possibilidade de autonomia econômica e de engajamento na superação dos limites de seu papel social com a construção de alternativas. A ação das mulheres traz as necessidades do espaço doméstico, privado, para a esfera pública e da produção, ressignificando assim a economia e destacando a esfera reprodutiva como fundamental para a produção da vida e, com isto, reafirmando a economia solidária como alternativa, atribuindo-lhe um conteúdo novo. Assim podemos dizer que “as experiências femininas e feministas qualificam a economia solidária” (Brasil Local Feminista) e que a economia solidária aparece, para estas mulheres, como uma aposta numa vida melhor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar a contribuição que as mulheres, a partir do lugar onde estão na divisão sexual do trabalho, trazem para o desenvolvimento da economia solidária, bem como aprofundar a compreensão do papel que a economia solidária tem na vida dessas mulheres, focalizando a vivência ainda contraditória de reprodução e emancipação na construção de uma alternativa econômica, social e solidária

Como considerações finais, sintetizamos algumas questões que a análise das narrativas nos trazem. Em primeiro lugar, a ideia de que as mulheres vivem um processo contraditório na economia solidária. De um lado, a leitura da situação de seus empreendimentos revela as dificuldades das mulheres que entram na esfera econômica a partir da sua experiência no trabalho doméstico e reprodutivo, quase que numa extensão do mesmo, num verdadeiro esforço de sobrevivência. Resgatando o conceito de “filiação” de Castel (1995) quando se refere ao mundo do trabalho em relação ao assalariamento, podemos dizer que a filiação destas mulheres é à esfera reprodutiva – ela é a referência, o enquadramento, é dela que se parte para o trabalho “fora” com a geração de renda de forma associativa. Quanto às mulheres, chama a atenção a criatividade e a capacidade de enfrentar as carências todas decorrentes da desigualdade social e da vulnerabilidade, bem como enfrentar as adversidades decorrentes de um processo de produção e de comercialização em muitos aspectos improvisado e precário, como nos mostram as narrativas. Frente ao caráter multidimensional da pobreza que caracteriza as condições de vida da grande maioria destas mulheres, Guérin (2005, p. 18) cita Amartya Sen resgatando a ideia de **liberdade substantiva**, cara a Marx: a necessidade de avaliar a desigualdade e a pobreza no sentido de avaliar a **liberdade real das pessoas** – ou seja, o que elas realmente podem fazer e ser a partir de sua condição, superando a mera formalidade dos direitos, os limites de recursos monetários ou as preferências pessoais. “A pobreza deve então ser apreendida como insuficiência de direitos e de incapacidade de fazê-los valer ou de se tomar consciência deles.” Os direitos formais não bastam se não se tem os meios ou até mesmo a vontade de fazê-los valer: “é a dificuldade de converter direitos formais em reais possibilidades”. É o que entendemos que se passa com estas mulheres que, em situação de vulnerabilidade buscam a economia solidária.

Entendemos que isto é consequência, dentre outras questões, da falta de acesso a políticas públicas mais estruturadas e permanentes que possam apoiar efetivamente o desenvolvimento das iniciativas das mulheres, potencializando suas capacidades, bem como

torna-se evidente a necessidade de investimentos produtivos que possam fazer a diferença na estruturação e na qualificação destes empreendimentos. Fica claro que a política pública ainda tem uma dívida muito grande com as mulheres que, ao superar um conjunto de dificuldades para, além do trabalho doméstico e de cuidados, gerar renda com sua organização produtiva, se deparam com o vazio. Ainda não há políticas estruturadas para apoiá-las de forma mais efetiva, recaindo sobre as mulheres e suas iniciativas produtivas o ônus desta lacuna. Consideramos que o Projeto Brasil Local Economia Solidária e Economia Feminista (2010/2012) integrante do conjunto de projetos do edital público que compunha o Brasil Local – Economia Solidária em Desenvolvimento/SENAES-MTE foi a primeira iniciativa neste sentido, muito longe ainda de um programa de ações de fomento produtivo com recursos para investimento e um assessoramento técnico mais especializado e efetivo, como se mostra necessário. É certo que as políticas públicas de economia solidária, em sua dimensão nacional, só passaram a existir a partir de 2003 com o primeiro governo do presidente Lula, portanto, do ponto de vista histórico, são extremamente novas. Mas podemos dizer que sua formulação ainda se dirige a um sujeito genérico (que, no mundo que vivemos, é o homem) tendo dificuldade em contemplar a diferença qualitativa da situação das mulheres e as necessidades da reprodução social humana e dos cuidados necessários para sustentar a vida, que as mulheres trazem consigo para a esfera do trabalho produtivo, no caso, a economia solidária. Além disso, considerando-se que a SENAES, em que pese sua ousada elaboração, seu profundo compromisso e sua demonstrada capacidade de gestão, tem uma estrutura e um orçamento bem menor do que as possibilidades que sua própria política pública constrói e que a economia solidária demanda. Podemos, portanto, dizer que há uma grande defasagem entre todo este potencial (demandas efetivas, construções econômicas concretas e política pública articulada) por um lado, e por outro, uma postura de governo que ainda não aposta na economia solidária como parte importante de uma estratégia de desenvolvimento alternativa, inclusiva, sustentável e solidária, que deve ter sustentação política, simbólica, material e financeira para se desenvolver. Com esta defasagem se desperdiça grandes potencialidades, e perdem as mulheres, como um dos segmentos mais vulneráveis dentro da economia solidária.

Uma segunda questão expressiva nas narrativas é o significado deste trabalho para a vida das mulheres e os ganhos que efetivamente elas têm com o mesmo. Fica evidente, na maioria dos casos, que do ponto de vista financeiro os ganhos ainda são muito pequenos, embora representem sempre uma parcela de autonomia, além da contribuição com o sustento da família. As narrativas, no entanto, são ricas em depoimentos que revelam o sentimento de inclusão social e simbólica, de pertencimento, de engajamento em um processo coletivo que

contribui para ressignificar a vida, trazendo novas perspectivas. A dimensão de solidariedade, de cooperação e de autonomia, no sentido de realização de si, que as mulheres vivenciam na economia solidária, lhes possibilitam que através do trabalho associado e autogestionário, satisfaçam necessidades, com o desenvolvimento de suas capacidades e o fortalecimento de sua individualidade. Mas concordamos com Pinto (2006, p. 183) quando diz que “a possibilidade de autonomia é mediada pela relação com o 'outro' e não é algo dado ou intrínseco à própria ação racional do indivíduo”. Portanto, a conquista de autonomia não depende apenas de cada uma, mas também do olhar do “outro” e das relações efetivamente estabelecidas. Então pesa decisivamente o fato de vivermos em uma sociedade patriarcal baseada na divisão sexual do trabalho e na inferioridade social das mulheres. É muito difícil querer experimentar a condição de sujeito, quando o “outro” (e a sociedade em geral) nos atribui a condição de objeto. Superar esta situação é um longo e complexo processo que tem uma dimensão individual e uma dimensão coletiva inseparáveis. Por isso, o trabalho associativo e autogestionário é importante pelo que ele possibilita de construção de identidade, de vínculos e responsabilidades compartilhadas, pela vivência de que a solidariedade se desdobra em compromissos mútuos, e que os laços assim constituídos têm uma dimensão afetiva e pessoal importante, que podem fortalecer e qualificar a vida, tendo efeito positivo nas próprias relações de trabalho.

Assim, uma terceira questão que lemos nas narrativas é que a economia solidária aos poucos, vai construindo uma nova cultura do trabalho: trabalho não mais como "tortura", como castigo, como alienação, mas sim como criação, como espaço de convivência e de aprendizagem, de afetividade: trabalho que permite ressignificar a vida. Para isso, são muito importantes os novos valores nos quais a proposta da economia solidária se assenta e a possibilidade de novas relações que, sob sua inspiração, se estabelecem. Pela sua proposta autogestionária, chega mais perto das dinâmicas de compatibilização do trabalho doméstico e de cuidados com a produção, e carrega consigo o potencial de transformar as relações de poder e de cultivar novos valores, contribuindo para uma nova sociabilidade baseada na cooperação e na solidariedade, nas relações igualitárias e nas decisões coletivas: a “associação como espaço por excelência da construção de uma sociabilidade democrática” (PINTO, 2006, p. 183) principalmente se considerando que estamos tratando de relações econômicas. Soma-se a isso, a articulação do movimento e a participação nos fóruns como constituição de espaço de troca de experiência, socialização de informação, aprendizado de cidadania e diálogo permanente com a política pública, o que tem, na presença das mulheres, uma significativa contribuição.

Por fim, podemos concordamos com a análise de Guérin (2005, p. 16) sobre o avanço da economia solidária no sentido da rearticulação do econômico com o social e o

político, contribuindo com a “democratização” da economia através da transformação das necessidades coletivas em demandas sociais e da transformação de problemas em projetos coletivos, reformulando com isso a noção de “interesse geral”, implantando formas diversas de parceria e reforçando a proposta de uma proteção social pluralista, da aprendizagem de cidadania, da emergência da pluriatividade e da recomposição dos “tempos sociais”, o que dialoga de perto com a experiência das mulheres a partir de seus empreendimentos. Para Guérin, as atividades de economia solidária criam espaços intermediários entre o privado/doméstico e a esfera pública, entre o monetário e o não-monetário, preenchendo de fato três funções importantes que podem favorecer a eliminação de bloqueios que a autora formula para caracterizar os problemas enfrentados pelas mulheres com seus empreendimentos: desempenhar um papel de justiça de proximidade essencial frente ao caráter multidimensional da pobreza; constituir espaços de reflexão, discussão e deliberação coletivas, acesso à fala pública para quem não a tem, e pressionar as instituições e, por fim, contribuir efetivamente com a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas (estado), mercado e sociedade civil, e participando da revalorização das práticas de reciprocidade, o que também pode tornar possível a luta contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que mulheres, e também os homens, conciliem melhor os cuidados com vida familiar e o trabalho e a vida produtiva.

Assim, entendemos que a economia feminista, com base na prática das mulheres na economia solidária, tem trazido uma importante contribuição para esta, no sentido da repolitização do econômico, fortalecendo a necessidade de reformular a articulação entre o mercado, as políticas públicas (o estado) e a sociedade civil – a ideia de reinserir o econômico no social e no político, considerando também o lugar da família e das obrigações familiares, valorizando as relações igualitárias, as práticas de cooperação e de reciprocidade e a proposta de desenvolvimento local, sustentável e solidário. A economia solidária, por questionar os valores típicos do mercado capitalista – como a competição e a lei do mais forte, o individualismo, a busca de lucro a qualquer custo – se concebe como uma economia a serviço da vida, dialogando com suas necessidades e carências, como as mulheres reconhecem nos seus depoimentos. Nesta perspectiva, também se coloca como fundamental enfrentar o risco de se pretender, por conta da situação de carência e das urgências financeiras, priorizar a eficiência às custas da necessária revisão da lógica utilitarista do capitalismo de mercado. Ou seja, mesmo de modo frágil, os empreendimentos de mulheres estão a questionar o fundamentalismo do mercado e a maximização utilitária, como forma necessária e suficiente de regulação da economia e de realização pelo trabalho. Como contraponto, deve-se buscar, portanto, “a

cooperação como fator gerador de riquezas materiais e imateriais, a gestão compartilhada dos recursos, a motivação voltada para a distribuição e não-acumulação de riquezas produzidas ou trocadas” (PINTO, 2006, p. 27), além da priorização na produção dos bens necessários ao desenvolvimento das pessoas, das comunidades e da sociedade. A economia solidária, concebida desta forma, se constitui num espaço para a superação da oposição entre a esfera reprodutiva, de cuidados com a vida, e a esfera da produção e do mercado de trocas, transformando a divisão sexual do trabalho em direitos e responsabilidades compartilhadas no âmbito familiar, comunitário e social, criando enfim condições para a equiparação de direitos e oportunidades entre mulheres e homens. A economia solidária assim se assume como feminista, se afirmando como embrião de um novo modelo de desenvolvimento, onde a autogestão e a cooperação, a participação e a solidariedade sejam a base para o bem viver, a igualdade e a democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. **A crise da crise do Marxismo**. Ed. Brasiliense, 3ª edição, SP, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Ed. Bertrand Brasil, RJ, 1999.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. **Ofício de Sociólogo**. Ed. Vozes, 6ª edição, Rio de Janeiro, 2002.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Editora Vozes, Petrópolis, 1995.
- CASTELLS, Manuel. **O fim do patriarcalismo**. *In*: O poder da identidade, capítulo 4, p. 169-285, Editora Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- COMBES, Danièle & HAICAULT, Monique. **Produção e reprodução, relações sociais de sexo e de classe**. *In*: O sexo do trabalho, Ed. Paz e Terra, SP, 1986.
- COTANDA, Fernando C. **Processo de Pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução**, in Ciências Humanas – Pesquisa e Método, UFRGS, 2008.
- EGERTT, Edla (org). **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres no Rio Grande do Sul**. Edunisc, Santa Cruz/RS, 2011.
- EISLER, Raiane. **O cálice e a espada**. Palas Athena Editora, São Paulo, 2008.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Ed. Bookman, 2004.
- FREITAS, Taís Viúdes de. **O cenário atual da divisão sexual do trabalho**. *In*: Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres, Crítica à Sociedade de Mercado, SOF, SP, 2007.
- GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária no Brasil**. Ed. Oikos, São Leopoldo, 2014.
- GERMANO, Idilvia M.P. **Aplicações e implicações do Método Biográfico de Fritz Schütze em psicologia social**. UFCE, 2009.
- GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. Edições Loyola, São Paulo, 2005.
- GODELIER, Maurice. **As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina**. *In*: Encontros com a Civilização Brasileira, nº 26, Rio de Janeiro, 1980.
- HIRATA, Helena. **Divisão sexual do trabalho: o estado das artes**. *In*: Nova divisão sexual do trabalho, p. 273-290. Editorial Boitempo, São Paulo, 2002.

- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: evolução da problemática e paradigma da ‘conciliação’**. In: Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil-França, 2007.
- MANDEL, Ernest. **Tratado de Economia Marxista**. Tomo I, capítulos I e II. Ediciones Era, México, 1969.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. In: Os Pensadores, Ed. Abril, 2ª edição, São Paulo, 1978.
- MARX, Karl. **O Capital** (Livro I, vol. 1). Ed. Civilização Brasileira, 5ª edição, RJ, 1980.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. In: Conceito Marxista do Homem, Fromm, Erich, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1962.
- MEILLASSOU, Claude. **Mulheres, celeiros e capitais**. Ed. Afrontamento, Porto, 1976.
- MOURA, Esmeralda Blanco B. **Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital**. Petrópolis, Vozes, 1982.
- OLIVEIRA, Francisco. **A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital**. In: A economia da dependência imperfeita, capítulo 5. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1977.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Editora Contexto, SP, 2006.
- PINTO, João Roberto Lopes. **Economia Solidária: de volta à arte da associação**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar**. RJ, Editora Paz e Terra, 1985.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Editora Vozes, Petrópolis, 1979.
- SANTOS, Boaventura Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.
- SCHMIDT, Carlos. **A economia política da economia solidária**. UFRGS, 2006.
- SCHMIDT, Carlos. **Economia Solidária e Desenvolvimento**. UFRGS, 2009.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Ed. Companhia das Letras, SP, 2009.
- SENAES/MTE. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005/2007**. Brasília, 2009.

- SILVA, Marcelo Kunrath. **Uma introdução à História Oral**. *In*: Cadernos de Sociologia, volume 9, IFCH/UFRGS, 1998.
- SILVEIRA, Maria Lúcia & TITO, Neuza (orgs). **Trabalho doméstico e de cuidados**. Sempreviva Organização Feminista, São Paulo, 2008.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. Ed. Fundação Perseu Abramo, SP, 2002.
- SINGER, Paul. **A recente ressurreição de economia solidária no Brasil**. *In*: Produzir para viver, Ed. Civilização Brasileira, RJ, 2002.
- SORJ, Bila. **Trabalho Doméstico e de Cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil**. *In*: Trabalho Doméstico e de Cuidados, SOF, SP, 2006.
- STRATHERN, Marilyn. **Um lugar no debate feminista**. *In*: O gênero da dádiva, p. 53-77. Editora da Unicamp, Campinas, 2009.
- VIEZER, Moema. **Pesquisa-ação com mulheres**. Mimeo.
- Várias autoras. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**. Coordenadoria Especial da Mulher, Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.
- Várias autoras. **Mulher, trabalho e políticas públicas locais**. Coordenadoria Especial da mulher, Prefeitura Municipal de São Paulo, 2002.
- Várias autoras. **O sexo do trabalho**. Editora Paz e terra, Rio de Janeiro, 1986.

APÊNDICE

As narrativas analisadas neste trabalho foram realizadas pelas Agentes de Desenvolvimento do Projeto Economia Solidária e Economia Feminista, integrante do Brasil Local – Economia Solidária em Desenvolvimento, desenvolvido de maio de 2010 a outubro de 2012, que passaram por dois seminários de capacitação para a construção e sistematização das narrativas:

- Arte na Praça, Marituba, Pará: Maria Gercina de Araújo e Maria Beatriz Lima
- Mulheres Criativas, Fortaleza, Ceará: Simone Holanda e Ana Célia Batista
- Pescadoras de Sonhos (Planeta Vida, Maré Arte e Aquarius), Abreu e Lima, Pernambuco: Rosane Mariani
- Cooperativa de Mulheres Prestadoras de Serviço (COOPERMUPS), Mossoró, Rio Grande do Norte: Francisca Eliane de Lima (Neneide)
- Cooperativa de Artesanato (COOPART), Cidade Ocidental, Goiás: Patricia Ferreira
- Espaço Mulher, Teresópolis, Rio de Janeiro: Cláudia Cristina Barbosa e Sheila Castro
- Arte com Sabor, Parque Anhanguera, São Paulo/SP: Sabrina Pedrosa e Tauá Pires (integrante da articulação nacional/Cáritas)
- Clube de Trocas da Rede Pinhão, Região Metropolitana de Curitiba, Paraná: Neuza Carvalho, Aloir Cândido da Silva e Marici Mazepa
- Rede Industrial de Confecção Solidária (RICS), Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Fabiana Araújo e Vanusca Silva
- Mulher que faz, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: Fabiana Araújo e Helena Bonumá (Coordenadora do Projeto).

O trabalho destas Agentes foi fundamental para construir as narrativas com os empreendimentos mas, evidentemente, nenhuma delas tem responsabilidade pelas minhas análises e conclusões. As sistematizações das narrativas foram publicadas na edição final do Brasil Local “Economia Solidária em Construção”, sob responsabilidade da Cáritas Brasileira, Brasília, dezembro de 2012.